

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: ENSINO, APRENDIZAGEM E
DESENVOLVIMENTO HUMANO**

**EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE: TRANSDEFIÇÕES, REFLEXOS
E FRESTAS NA ESCOLA**

LEILA ANTONIASSI SASSINE

**MARINGÁ
2023**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: ENSINO, APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO
HUMANO**

**EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE: TRANSDEFIÇÕES, REFLEXOS E FRESTAS
NA ESCOLA**

Dissertação apresentada por LEILA ANTONIASSI SASSINE, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Ensino, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano

Orientadora:

Prof^(a). Dra.: ELIANE ROSE MAIO

MARINGÁ
2023

FICHA CATALOGRÁFICA:

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S252e	<p>Sassine, Leila Antoniassi</p> <p>Educação para a diversidade : transdefições, reflexos e frestas educacionais / Leila Antoniassi Sassine. -- Maringá, PR, 2023. 96 f.: il. color., tabs.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Eliane Rose Maio. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Teoria e Prática da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023.</p> <p>1. Educação - Diversidade. 2. Teoria <i>Crip</i>. 3. Transfeminismo. 4. Escola - Currículo. 5. Pessoa com deficiência (PcD). I. Maio, Eliane Rose, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Teoria e Prática da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 23.ed. 370.9</p>
-------	--

LEILA ANTONIASSI SASSINE

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: TRANSDEFIÇÕES, REFLEXOS E FRESTAS NA ESCOLA

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Eliane Rose Maio (Orientadora) – UEM

Prof. Dr. Márcio de Oliveira – UFAM

Prof. Dr. Cleberson Diego Gonçalves – UEM

Maringá, 8 de dezembro de 2023.

Dedico este trabalho a todes que transbordam
nesse sistema de vidro¹.

1 Referência à música “Aquário” des artistas Luz Ribeiro, Jupi77er e Sara Donato (2019).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todo mundo que lerá essa dissertação, peço que façam com carinho e afeto, com muito cuidado, pois é uma parte exposta a vocês. Gostaria que muitos dos escritos aqui fossem diferentes, que eu tivesse organizado de um modo que imagino ser mais compreensível, ter resumido alguns pontos e ampliado outros. Aprendi muito, mas gostaria de ter aprendido muito mais. Mas a realidade é diferente do que esperamos, e fiz o melhor que pude. Espero que meu melhor seja suficiente para acrescentar e contribuir um pouquinho com o fazer científico e o acadêmico.

Agradeço a todas as pessoas que lutaram e lutam por políticas afirmativas e por direitos das pessoas com deficiência, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneras e intersexos, negras, indígenas, quilombolas, e outros grupos marginalizados, com consciência de classe e pensamento interseccional.

Às lindezas do *Rap Plus Size*, em especial ao Jupi77er, suas letras são respiros em meio a crises de ansiedade.

Equipe do curso preparatório para pós-graduação da (Universidade Federal do Paraná (UFPR) que me orientou na escrita do projeto, preparou e acalmou para a entrevista do mestrado.

Maria Terezinha Galuch, primeira orientadora fofíssima e que me auxiliou a entender a perspectiva histórico-crítica e a iniciar minha pesquisa, seus ensinamentos estão presentes em mim.

Pessoal do Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educativas Especiais (PROPAE) por fazer o melhor diante de todas as dificuldades institucionais, vocês tornaram minha experiência na pós-graduação um pouco mais acessível.

Eliane Rose Maio orientadora sensacional que me estimulou, acolheu e me apresentou pessoas autoras que me fazem muito sentido. Profa, sem você eu sei que não teria chegado até aqui, gratidão por me aceitar no meio do nada, acreditar em mim quando eu já não acreditava e mostrar que eu sou capaz.

Comunidade da Escola Ayrton Plaisant que me fortaleceu de diferentes formas e me impulsionou a continuar, seja jogando pedras ou ajudando a colocá-las para construir meu castelo (sim a referência aos anos 90 é brega, mas real).

Lua Lamberti, que respondia minhas dúvidas com várias perguntas e reflexões, que eram como gostosos tapas na cara que me estimulavam.

Clara Hanke Ercoles mais do que amiga, meu afeto que me auxiliou em tantos momentos em que me perdia em minha escrita acadêmica, segurando em minha mão e dando uns empurrõezinhos gentis e carinhosos.

José San Martin e Lu du Brasil, amigos que fizeram o primeiro *test drive* da pesquisa e com consultoria, auxiliaram nas correções.

Edueena e Edmara sempre me ajudando a pensar sobre meu projeto e minha vida, lindas no qual pude desabafar e confiar nos momentos de dificuldade.

Raysa Gaspar que me ouviu, mesmo cansada, sobre meus projetos, me inspirando a sonhar.

Samuel da Costa e Sandro que muito me auxiliaram no projeto para ingressar no mestrado, reforçando, inspirando e mostrando eu ser capaz.

Jhonny de Oliveira Rosa, companheiro de vida em que nossas relações ressignificaram durante a trajetória dessa pesquisa, que pude encontrar apoio, auxílio e confiança.

Tayná Adorno, Ayra e Sara, colegas da pós-graduação sendo sempre solícitas, me ouvindo e auxiliando nas questões existenciais acadêmicas e nas disciplinas.

Pessoal do ComunicaUEM (Universidade Estadual de Maringá), em especial Paolo Negri, que me incentivou e me valorizou dentro de meus conhecimentos, mesmo os não acadêmicos.

Às minhas amores, nenéns e gatinhas, David Bowie, Lisa Simpson, Kiki Ghibli e Exu Tiriri, que estiveram literalmente comigo durante todo esse processo de estudo, seja ao meu lado ou em cima de mim.

Minha psicóloga Sthéfany Aristófanos que em atendimento *on-line* me fortaleceu durante 2020 e 2021 e no qual tive dificuldades de me afastar “de modo profissional”, pois é aquela pessoa fofa, que dá vontade de estar junto e convidar para os rolês.

Ao privilégio de ter tido como médica a Débora Anhaia de Campos, ser radiante que me acompanhou no desde o início de meu processo de regulação hormonal em 2020 até 2022, com muita informação derrubando tratamentos baseados em preconceitos de outros médicos que me atendiam e me possibilitando uma vida com mais satisfação e energia.

Hugo, secretário do PPE que com toda a precariedade do sistema educacional público (que continue público, porém com mais verbas), nos atende com excelência.

Anahí Guedes de Mello e Marco Antônio Gavério, que foram minhas primeiras leituras sobre Teoria *Crip* que me estimularam desde o projeto de mestrado.

A todas as pessoas autoras que referenciei, em especial às com deficiência, trans, travestis, negras, indígenas e tantas outras dissidentes.

Maddox e Jaqueline Gomes de Jesus, que aceitam ser minha banca de qualificação e sei que trarão considerações importantíssimas para essa dissertação.

Ao Rodrigo Pedro Casteleira – PC – e ao Márcio de Oliveira que com carinho aceitaram ser suplentes. E ao querido Fagner Carniel que não pode estar em minha Banca, mas se disponibilizou a auxiliar nas considerações para minha pesquisa, no qual envio as melhores energias de saúde para seu lar.

À minha mãe, que me deu o exemplo à leitura, pelo amor, cuidado, preocupação e dedicação que sempre teve comigo. Minha base e suporte que sempre pude contar.

À minha sogrinha eterna, minha Ma, Marili, que tanto me ouviu, procurou entender, conversou, acolheu, cuidou e amou. Pelo exemplo que me deu e dá todos os dias como mulher, pedagoga, gentil e inteligente que é.

Às minhas demais amigas e afetos que sabem que estiveram ao meu lado e que fazem meu coração acelerar de um modo bom.

Às pessoas orientadas pela minha linda Eliane Maio que em nosso grupo de discussão muito me ensinaram e alertaram.

A todos do NUDISEX (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual), que estiveram comigo quando me afastei do mestrado e pensava em desistir, e graças a eles pude perceber um diferente modo de continuar.

Até aqui, os agradecimentos foram escritos detalhadamente em 2022, já em 2023, em que tive novo período de “desistência” de escrita dessa dissertação, tudo

foi muito caótico. O último nome desse agradecimento é da minha última monitora do PROPAE, Suelen, que foi fundamental para a finalização dessa dissertação. Em 2023, iniciei uma graduação em Psicologia, tive diversos problemas familiares e financeiros e intensifiquei o ritmo e horas de trabalho. Portanto, quem esteve presente comigo nesse último ano, não terá seu nome aqui, quem esteve sabe. Saiba que você esteve comigo em um momento muito difícil e caótico, minhe grande gratidão.

Aquário

(Luz Ribeiro, Jupi77er e Sara Donato)

Quando presa em quatro paredes
Virei presa de tantos poemas
Escrita bruta em primeira pessoa
Acredite é pra pluralizar: temas, dilemas, teoremas...
Minha lágrima já transbordou um oceano
Quando ele não coube em mim
Se há quem desacredita
Me nada pra ver se tenho fim
Queriam-me rasa
Sou profunda
Quem me guia, orienta:
Se não pedir licença
Afunda

Vai, sai do raso, mergulhe profundo
Que nada é tão fundo que não possa ser desvendado
E mesmo que eles ainda saibam de tudo
Não sabem da pressão que é a prisão aqui desse lado
Que se quebrem rotinas desses percursos cíclicos
Imerso em realidades, criada pra seres híbridos
Persuadidos a nadarem somente em círculos
E não se questionar com o que tem que pra além do vidro
A mão invisível que te alimenta também tira da sua mesa

Enquanto 'cê tá vidrado na tela das incertezas
Se perguntando "e se?", eu te convoco: Vamo aí!
Eles criaram as próprias brechas, quando jogaram nós
aqui
Eu vim pra ser ruptura, dessa estrutura falida
Que limita como escuto e enxergo minha vida
Eu quero sair daqui, mergulhar pra dentro de mim
Buscar possibilidades de existir sem só resistir

Quebre as paredes
Desse sistema de vidro
E vencer
Ser livre pra você
Ser livre

Sensação de impotência, redoma de vidro
Espelhos que refletem salas que não se habitam
Migalhas de vida exibidas no vídeo, ao vivo
Um coletivo programado ao inerte cognitivo
E essas cadeias se assemelham à cadeia alimentar
Hierárquica, pra família monarca servir no jantar
Resquício de colonizador, sem coral, sem moral
Racista e Patriarcal

[...]

Aumenta a pressão quanto mais fundo nos afundam
É que a verdade dói
Dói, mas te liberta!

Procure a brecha!

[...]

Luz que atravessa a fresta
Que atravessa
Quem atravessa!

SASSINE, Leila Antoniassi. **Educação para a diversidade**: transdefeições, reflexos e frestas educacionais. 96f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Dra. Eliane Rose Maio. Maringá, 2023.

RESUMO

Na linha ensino, aprendizagem e desenvolvimento humano, da Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), essa pesquisa tem como tema transdefeições e escola, e foi impulsionada pela inquietação diante do currículo e da realidade escolar em que corpos não normativos, não são considerados como referências bibliográficas. Defeição é o aleijamento carinhoso de “deficiente” e Transdefeições são interseccionalidades que criam frestas nas pedagogias que pretendem valorizar a “diversidade”, uma diversidade que assim se intitula, mas que escolhe qual diverso pode existir. O objetivo é investigar como pessoas com deficiência, que sejam trans – travestis, transgêneras e/ou transexuais – explicam a influência do ensino formal em suas construções pessoais. Para tanto, é questionado: como as pessoas trans com deficiências foram influenciadas pelo ensino formal em suas construções pessoais? A hipótese é que a escola foi construída sobre bases hegemônicas e normativas que ocultam historicamente o protagonismo de existências outras, que destoam das normas e ideais eurocêtricos, coloniais, higienistas, cristãos, heterossexuais e cisgêneros. A metodologia revela uma escrita autoetnográfica e pesquisa qualitativa de nível exploratório, com modalidade de pesquisa de campo. O método empregado foi *Snowball Sampling*, que buscou pessoas trans com deficiência, com identificação desses marcadores em suas descrições de perfis ou postagens no *Instagram*, sendo efetivada a participação de 8 transdefeições. O referencial teórico exhibe multirreferenciais, versando a *Teoria Crip*, Transfeminismos e Interseccionalidade. A análise aprofundada é feita a partir das respostas ao questionário, utilizando linguagem não excludente de gênero, o uso da Linguagem Neutra reflete uma proposta de contra-acessibilidade. Entre os resultados encontrou-se majoritariamente que a escola tende a repercutir padrões hegemonicamente criados, colocando à margem corpos que destoam dos ideais socialmente construídos. Como considerações, destaca-se que o ensino formal oferecido pela escola e acessado pelas pessoas entrevistadas, não se preocupou em fortalecer suas subjetividades, embasando-se em currículo hegemônico e centrado na heterocisnormatividade.

Palavras-chave: Deficiências; Teoria *Crip*; Transfeminismo; Escola; Educação; Diversidade.

SASSINE, Leila Antoniassi. **EDUCATION FOR DIVERSITY: TRANSDISABILITY, REFLEXES AND EDUCATIONAL GAPS**. 96f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Dra. Eliane Rose Maio. Maringá, 2023.

ABSTRACT

In the line of teaching, learning and human development, of the Postgraduate Course in Education (PPE) at the State University of Maringá (UEM), this research has as its theme transdeficiencies and school, and was driven by concern about the curriculum and the school reality in which non-normative bodies, are not considered as bibliographic references. Defiça is the affectionate crippling of “disabled” and Transdefiças are intersectionalities that create gaps in pedagogies that intend to value “diversity”, a diversity that is called that, but that chooses which diversity can exist. The objective is to investigate how people with disabilities, who are trans – transvestites, transgender and/or transsexuals – explain the influence of formal education on their personal constructions. To this end, the question is: how were trans people with disabilities influenced by formal education in their personal constructions? The hypothesis is that the school was built on hegemonic and normative bases that historically hide the protagonism of other existences, which clash with Eurocentric, colonial, hygienist, Christian, heterosexual and cisgender norms and ideals. The methodology reveals autoethnographic writing and qualitative research at an exploratory level, with a field research modality. The method used was Snowball Sampling, which sought trans people with disabilities, identifying these markers in their profile descriptions or posts on Instagram, with the participation of 8 trans people. The theoretical framework displays multi-references, covering Crip Theory, Transfeminisms and Intersectionality. The in-depth analysis is carried out based on the responses to the questionnaire, using language that does not exclude gender, the use of Neutral Language reflects a counter-accessibility proposal. Among the results, it was mostly found that schools tend to reflect hegemonically created standards, marginalizing bodies that clash with socially constructed ideals. As considerations, it is highlighted that the formal education offered by the school and accessed by the people interviewed, was not concerned with strengthening their subjectivities, being based on a hegemonic curriculum centered on heterocisnormativity.

Keywords: Disabilities; Crip Theory; Transfeminism; School; Education; Diversity.

LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

BCE – Biblioteca Estudantil Central

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAP – Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CID-10 – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, 10ª edição.

COPEP – Comitê Permanente de Pesquisa com Seres Humanos

EUA – Estados Unidos da América

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FDB – Fundação Dom Bosco

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

GESE – Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola

GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes

IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro

LGBTI – Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexos

LGBTI+ – Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexos e demais identidades.

Libras – Língua Brasileira de Sinais

Nead – Núcleo de Educação à Distância

NUDISEX – Núcleo de Pesquisas e Estudos em Diversidade Sexual

OMS – Organização Mundial da Saúde

PcD – Pessoa com Deficiência

PcDs – Pessoas com Deficiência

PPE – Programa de Pós-graduação em Educação

Profei – Mestrado Profissional em Educação Inclusiva

PTC – Pé torto congênito

PROPAE – Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educativas Especiais

RU – Restaurante Universitário--

SIPAD – Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TEA – Transtorno do Espectro Autista

TDHA – Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UFPR– Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

WON – *Marketing* boca a boca

eWON – *Marketing* boca a boca *on-line*

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Pesquisas selecionadas: revisão bibliográfica.....	14
QUADRO 2 – Contatos de Pessoas com deficiência LGBTI+.....	42
QUADRO 3 – Apelidos e pronomes utilizados	45

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO - QUANDO PRESA EM QUATRO PAREDES	1
2	METODOLOGIA - ACREDITE, É PRA PLURALIZAR	24
	2.1 Contra-acessibilidade	30
3	ESPELHOS QUE REFLETEM SALAS QUE NÃO SE HABITAM	33
	3.1. Me nada pra vê se tenho fim	36
	3.2. Quem atravessa!	41
	3.3. Escrita bruta em primeira pessoa	45
	I. Azul	46
	II. Dorinha	48
	III. Joca	50
	IV. Leon	51
	V. Nilo	53
	VI. Noah	55
	VII. Phi	56
	VIII. Poliana	57
4	BUSCAR POSSIBILIDADES DE EXISTIR SEM SÓ RESISTIR	58
	4.1 <i>Instagram</i>	58
	4.2 Escola	61
5	CONSIDERAÇÕES - EU VIM PRA SER RUPTURA DESSA ESTRUTURA FALIDA	64
	REFERÊNCIAS	67
	APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	77
	APÊNDICE II – QUESTIONÁRIO	80
	ANEXO I – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	85

1 INTRODUÇÃO - QUANDO PRESA EM QUATRO PAREDES²

Mesmo sendo uma das pessoas que se pretende que esteja presa entre paredes de normatividades, de resignação, mesmo já tendo estado entre essas paredes, hoje sou resistência, resisto e tantas outras, resistimos. Com nossas existências para além dessas quatro paredes e como nossa escrita, como no trecho de música no título dessa seção e a escrita dessa dissertação que ressalta tantos conhecimentos que a norma tenta abafar.

Escrevo utilizando e defendo o uso da Linguagem Neutra em gênero, e da ruptura da norma hegemônica imposta às produções acadêmicas. Historicamente, saberes, currículos e estudos centraram-se na figura do homem branco heterossexual cisgênero cristão e viril. Escrevo de modo autoetnográfico e pesquiso de modo interseccional buscando não reproduzir o epistemicídio sobre pessoas com corpos que não contemplam padrões heterocisnormativos.

Dentro desse contexto, indago: onde estão estas existências? Onde podemos acessar os saberes de pessoas colocadas em dissidência? Sei que existem, por existirmos, por mais que insistam em dizer que somos uma “moda” da contemporaneidade ou que não somos capazes. Mas como e onde encontrar a nós e nossos conhecimentos registrados? É possível resgatar essas produções já violentadas? Impulsionado por este e outros questionamentos, escrevo esta dissertação como forma de resistência epistêmica e enfrentamento das normas binárias limitantes. Normas que definem o certo e o errado, o capaz e o incapaz, que classificam o que é normal e anormal, o que é atitude de homem ou de mulher, de menino ou de menina. Normas que associam o belo e o feio ao magro e ao gordo, ao saudável e ao doente, respectivamente.

Desde a infância, essas normas me foram ensinadas, me foi ensinado que não era possível eu amar meu corpo, pois ele não se ajustava aos ideais de beleza vigentes, assim, ouvia frequentemente: “você tem que se amar, tem que emagrecer”, “Emagrecer é se amar!”, “Emagrecer é cuidar da sua saúde”, entre outros discursos.

2 Referência à música “Aquário” dos artistas Luz Ribeiro, Jupi77er e Sara Donato (2019).

Estas e tantas outras falas que atrelam a magreza como ideal de beleza, me marcaram ao longo dos anos de forma violenta.

Como eu não conseguia alcançar essa idealização estética, eu não me amava. Em minha mente, se eu me esforçasse o suficiente, eu poderia emagrecer e então passar a corresponder ao esperado de um corpo considerado "saudável e funcional". Somado a isso, cresci em um ambiente familiar em que diariamente aconteciam violências físicas, verbais e psicológicas ao meu redor, justificadas por discursos de misoginia, racismo, transfobia, homofobia.

Quando tive o privilégio de ir morar sozinha em 2015, pude me afastar dessa rotina violenta e assim, refletir mais sobre mim mesma. Busquei descobrir o que constituía meus momentos felizes, construindo novas formas de me ver e de amar. Em 2016, quando eu estava no último semestre da graduação em Comunicação e Mídias, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), pegou fogo em um quarto da casa de minha mãe, ela sofreu queimaduras profundas, que foram de difícil cicatrização devido a diabetes.

Aquela que era minha fortaleza, havia entrado em chamas. Foi a quebra de uma idealização, de mãe guerreira, mulher invencível que eu, mesmo sem racionalizar acreditava, e que até hoje ela parece acreditar, já que carrega toda a família nas costas.

Com tantas mudanças repentinas e profundas, me vi em outras complicações. Eu tinha predisposição genética à Doença de *Crohn*³ e não sabia, ela é ativada por situações de desequilíbrio emocional, normalmente afetando o sistema digestório, e em casos raros, os nervos. Eu tive um caso raro. Foram seis meses para descobrir o diagnóstico e iniciar a medicação correta, um imunossupressor biológico de alto custo. Apesar de enfraquecer o sistema imunológico, mantém minha doença em remissão.

Quando os sintomas iniciaram com dores intensas nos pés, eu era independente, morava sozinha, dirigia, cuidava de minha mãe no hospital, estudava, namorava, lia muitos livros impressos e trabalhava com edição de vídeos e criação

3 É uma doença intestinal inflamatória crônica, que causa diarreia, sangramento retal, fortes cólicas no abdômen e febre. Esses sintomas são agravados de acordo com minha alimentação (alimentos gordurosos, fibras insolúveis e laticínios), todavia, a alimentação não é a causa da doença (sua causa é a desregulação do sistema imunológico). A doença de *Crohn* não tem cura.

de imagens para uma faculdade particular. Essa vida intensa foi freada pela doença, e eu que era quem acompanhava minha mãe, tias e avós ao hospital e às consultas quando precisavam, passei a ser a pessoa que precisava de cuidados, sem autonomia para sair de casa, ir ao banheiro, andar, enxergar.

Perdi muita massa muscular e necessitei de cadeira de rodas para me locomover por alguns meses. Após tratamento fisioterápico, voltei a caminhar, mudei minha alimentação – agora preciso evitar comer alimentos com muitas fibras – e passei a ter diferentes sensações em meu corpo, pois, ocorreu uma diminuição considerável da percepção tátil – sinto como um amortecimento constante nas pernas. Os nervos da parte externa do meu clitóris também foram afetados e tive que descobrir novas formas de estimular o meu prazer.

No meu aniversário de 24 anos, eu estava no hospital com fortes dores e com a visão turva, “embaçada”. A equipe médica não deu muita importância a isso, dizia ser efeito da morfina e que, quando parasse de tomar, melhoraria. Não melhorou. Tive neurite periférica⁴ e conseqüente neurite óptica⁵, e a nitidez da visão não voltou, tenho aproximadamente 10% da acuidade visual⁶ em um olho e 5% no outro.

Isso quer dizer que vejo tudo embaçado e que para eu ler um livro impresso, ele precisaria estar com a fonte em tamanho 40, o que o tornaria bem volumoso. A dois metros de distância posso perceber que tem uma pessoa vindo em minha direção, mas não percebo suas roupas, seus cabelos, sua expressão. Preciso estar a vinte centímetros para perceber uma piscada, um sorriso ou uma lágrima.

Aos 25 anos me tornei uma pessoa com deficiência visual – baixa visão⁷ – e ocorreu-me um processo de resignificação, mas sem um discurso piegas de superação. Como minha deficiência não pode ser “curada” – apesar da insistência das orações que recebo por cura – tive que assumir meu corpo, já que não teria mais como deixar de ser o tal do corpo abjeto. “São abjetas as pessoas que não se

4 Também chamada de neuropatia periférica, é uma inflamação nos nervos que resulta em fortes dores e inflamações nos nervos periféricos (nervos dos pés e mãos).

5 É a inflamação do nervo óptico, causando perda de visão e dor ocular (e no meu caso, tive forte perda da visão).

6 É a capacidade visual, logo, minha capacidade visual é de 10% em um olho e 5% no outro. Isso significa que enxergar com nitidez, identificar cores e discriminar as formas são difíceis para mim, além disso, questões ligadas ao contraste, luminosidade e brilho também foram afetadas.

7 As deficiências visuais são classificadas em dois grupos: cegueira e baixa visão. A baixa visão é um comprometimento visual grave, que afeta a acuidade visual (a capacidade visual) em diferentes níveis.

encaixam no padrão homogêneo da norma branca machista e colonizadora” (Maddox, Cleberson GONÇALVES, 2018, p.18). E nesse não-lugar, eu já estava enquanto pessoa gorda e com deficiência. Percebi então que já estava sem nomear, deslocada de um padrão heterocisnormativo que antes eu me esforçava para me encaixar.

Para contar sobre meu processo de desconstrução de gênero, é preciso trazer questões ligadas à atração sexual, já que essas expressões são lidas socialmente e imputadas até mesmo a crianças que estão apenas existindo e explorando-se, antes mesmo de refletirem profundamente sobre si mesmas. Ouço de adultos pelos corredores da escola que eu trabalho, que determinada criança, atribuída como menino, “vai ser gay, só gosta de coisas de menina”, esse é um reflexo dessa sociedade binária limitante.

Ainda com 6 anos, eu chorava ao ouvir meus primos cantarem para mim em zombaria, meu nome em uma marchinha de carnaval: “A Leila é sapatão⁸, sapatão, sapatão, de dia é a Leila e de noite é João”. Essa situação revela que as expressões socialmente consideradas de gênero e sexualidade se confundem popularmente, e características são nomeadas e classificadas por outras, que não aquelas que as expressam. Em outras palavras, o termo gênero⁹ – assim como identidade de gênero - tem um significado, inclinado para a forma como me identifico e podendo ser diferente do sexo biológico¹⁰ definido em meu nascimento. Por sua vez, a sexualidade¹¹ não quer dizer a mesma coisa, estando voltada para quem me relaciono.

Gênero e sexualidade são socialmente e historicamente construídos (Ariane Camila Tagiacolo MIRANDA, 2013). Gênero está atrelado as representações sociais (Fabiane Freire FRANÇA, 2009). Sexualidade tange ao modo de expressar e vivenciar os prazeres e afetos, havendo uma normalização heterocisnormativa compulsória em meio a sociedade (Cássia Cristina FURLAN, 2013). A sociedade – heterocisnormativa compulsória – impõe sexo como algo universal e binário – macho

8 Sapatão foi um termo usado pejorativamente por muito tempo em nossa sociedade, referindo-se às mulheres lésbicas. Atualmente, Sapatão é uma forma de resistência e enfrentamento epistemológico.

9 Gênero popularmente distingue feminino e masculino. As identidades de gênero escapam do binarismo universalizante: Travestis, transexuais, transgêneros, agênero, gênero neutro e não-binária.

10 Intersexo, fêmea-mulher e macho-homem.

11 Assexual, bissexual, pansexual e heterossexual.

e fêmea – oriundo de uma tradição cultural-religiosa judaico-cristã, que globaliza identidades e papéis sociais (Jaqueline Gomes de JESUS, 2015).

Quando eu tinha 15 anos, há não muito tempo, em 2008, três amigos meus contaram-me ser *gays*. Depois disso, fiz amizade com outros meninos que ficavam com meninos e meninas que ficavam com meninas – aqui com todos os estereótipos cisnormativos. Me sentia bem entre essas amizades, e que poderia fazer parte desse mundo que na época conhecia sua nomeação pela sigla GLS (*Gays, Lésbicas e Simpatizantes*). Me sentia mais eu nessa comunidade do que quando em ciclos heterossexuais, a qual letra da sigla será que eu pertencia? Já tinha tido interesse por alguns meninos, então eu não era lésbica, o L da sigla.

Como ser “mulher” era algo que em meu adolescente conhecimento, não havia a possibilidade de ser diferente, eu não era *gay*. Devia então ser simpatizante. Aquilo que eu sentia pelas meninas devia ser apenas amizade. Só com 18 anos que conheci o termo bissexual, e ainda com muito apagamento.

Ao falar de sexualidade, afirmo-me como bissexual, considerando o Manifesto Bissexual de 1990 (BIALOGUE, 2012), em que a definição permeia o interesse – sexual, afetivo ou múltiplo – por pessoas, independente de gênero ou não gênero. Essa autopercepção enquanto bissexual, só ocorreu em 2017 – já sendo eu defixa – após eu efetivamente transar com uma mulher. Após um longo processo de desconstrução de mitos permeados de bifobia, em que se invisibilizam pessoas bi (abreviação de bissexual), as classificando enquanto heterossexuais ou homossexuais.

Pessoas bi ainda hoje, são chamadas de indecisas, de “em cima do muro”. E esse não-lugar da bissexualidade, me levou a outras reflexões, questionamentos sobre o meu não lugar nos binarismos de gênero e em relacionamentos monogâmicos. Esses três aspectos para mim, estão diretamente ligados à constituição de um autoconhecimento, à negação a sistemas normativos e de abalo às relações de poder tradicionais.

Unindo questões vividas por mim e que me atravessam até aqui em minha pesquisa, como continuidade, reflito sobre fatores capacitistas excludentes em que me deparei até hoje. Ao falar de mim e da trajetória enfrentada com as questões de saúde, revelo que uso o termo “cura” ao falar de minha deficiência porque,

infelizmente, o corpo com deficiência ainda é percebido como doente e incapaz – mesmo que doenças não tenham nada a ver com a causa da deficiência, esses dois termos acabam não sendo desvinculados. Segundo Anahi de Guedes Mello, Adriano Nuernberg e Pamela Block (2014), essa perspectiva é conhecida como modelo médico da deficiência, nele essa é vista como um "problema" que está no corpo da pessoa e que deve ser medicado ou curado.

Em uma perspectiva social, a deficiência tem seu foco deslocado do corpo para o contexto de um ambiente com barreiras sociais impostas. A deficiência passa a ser uma opressão social e um "problema" da sociedade e do Estado, nessa relação com um corpo com impedimentos – seja de natureza visual, física, auditiva, psicossocial ou intelectual (MELLO; NUERNBERG; BLOCK, 2014).

Após me tornar uma pessoa com baixa visão, trabalhar com criação e edição de imagens se tornou cansativo e lento, trazendo-me muita dor de cabeça e esforço visual, portanto, acabei por pensar um novo caminho profissional, já que velocidade é uma cobrança constante no mercado de trabalho. Me rendi, já com mais consciência, à antiga ideia de fazer uma licenciatura, cursar Pedagogia e trabalhar com crianças com deficiência.

Fiz licenciatura em Pedagogia como segunda graduação, entre 2017 e 2019 no Claretiano Centro Universitário, meu artigo de conclusão foi “Autismo e Educação Infantil: identificando e encaminhando uma criança com suspeita de Transtorno do Espectro Autista para avaliação” (Leila Antoniassi SASSINE, 2019). Iniciei enquanto ainda me recuperava e foi muito importante poder estudar em casa, naquele momento em que ainda tinha muita dificuldade de me locomover.

Já melhor, enquanto cursava Pedagogia, em 2018, fiz especialização presencial, em Atendimento Educacional Especializado (AEE), pela Faculdade de Ensino Superior Dom Bosco (FDB). Eu tinha a urgência em continuar vivendo e a ter autonomia, assim, enquanto eu estudava sobre processos educacionais para Pessoas com Deficiência (PcDs), eu pesquisava minhas próprias possibilidades e reconfigurações corporais.

Meu artigo de conclusão foi “A comunicação com e entre pessoas com surdocegueira no Atendimento Educacional Especializado” (SASSINE, 2018). Ao realizar esse artigo, durante a especialização, e em cursos livres, estudei Tecnologia

Assistiva, uma área do conhecimento composta por recursos, produtos, metodologias, práticas, estratégias e serviços que visam funcionalidades e práticas de PcDs, mobilidade reduzida ou incapacidades (CAT, 2009).

Enquanto ainda estudava, em 2018 realizei o concurso público municipal de Maringá, com prova ampliada e auxílio de uma pessoa ledora para marcar o gabarito de minha prova. Passei em 23º na ampla concorrência e em 1º na vaga para pessoas com deficiência, infelizmente, nem todas as vagas foram ocupadas, já que eram 5 as disponíveis, e apenas três PcDs inscritas. Estas e tantas outras vivências enquanto PcD, me impulsionaram a estudar a respeito, entender questões políticas e a necessidade de políticas públicas, a urgência em repensar aspectos sociais.

Reitero que mesmo antes de ser PcD, o acesso a materiais e a participação em eventos e projetos, me auxiliou muito no processo após eu ter a diminuição da minha acuidade visual. Destaco que obtive conhecimentos prévios mediante aos projetos da graduação em Comunicação em Mídias, frequentando o Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP) de Maringá e o Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educativas Especiais (PROPAE) da UEM, no qual atualmente recebo os serviços¹².

Eu havia conhecido crianças cegas que estudavam, pessoas adultas que faziam graduação e mestrado, que tinham acesso a tecnologias assistivas que junto com docentes, auxiliavam essas pessoas a desenvolver formas outras de estudar, trabalhar e ter momentos de lazer. Formas essas que não estão nos currículos, não ensinadas comumente nas escolas, na mídia e famílias sem deficiência.

Até então, eu tinha tido pouco contato com PcDs, e quando os tive foi cheio de exclusão e sem reflexão. Hoje sei que o conhecimento na pesquisa desse projeto da graduação, o contato com diferentes realidades e conversar com pessoas cegas, me

12 O PROPAE está localizado no bloco 04 da UEM e disponibiliza monitoria para o acompanhamento de alunos com deficiências e necessidades especiais. Também oferta recursos mecânicos como lupas e computadores para uso na sala de estudos do Programa. Além do apoio com monitorias e equipamentos disponibilizadas para alunos com deficiências, ocorre a adaptação de materiais didáticos e pedagógicos para Braille – código universal de escrita e leitura para pessoas cegas.

ajudaram a entender o que um capacitismo¹³ estrutural bloqueava. Que após eu me tornar uma PcD, era possível eu continuar estudando e percebendo diferentes modos de viver e de construir minhas identidades.

Sobre minha deficiência sem o uso de tecnologias assistivas e barreiras das mais diversas em minha vida, costumo exemplificar para uma pessoa sem deficiência que é como se ela tivesse que agachar de cócoras e se locomover assim o dia inteiro. Ela pode conseguir inicialmente, mas é extremamente cansativo, lento, têm períodos em que não dá para continuar e barreiras que não dá para passar.

Utilizo bengala na cor verde – cor que indica baixa visão – para sinalizar minha deficiência para outras pessoas em filas preferenciais e ao utilizar o transporte público; impressões em tinta na fonte Arial 40; óculos com lupa embutida quando estou estático assistindo filmes e peças de teatro; lupa portátil com luz; lupa digital que amplia texto impressos para um monitor; *zoom* adicional na tela do computador; teclado com teclas em alto contraste; leitor de tela do celular para eu ouvir texto digitados; *zoom* das configurações de acessibilidade do celular; livro digital em que posso ampliar as letras de um *e-book*; *audiobooks* gravados por pessoas leitoras e disponibilizados no *Youtube*; descrição de imagens; dublagem em audiovisual; audiodescrição em eventos, peças teatrais, filmes e séries.

Para as pessoas videntes a visão acaba sendo um dos principais sentidos, e a audição, olfato, tato, parecem estar fixos ao primeiro. Maria Stockler Carvalho (2023) que ficou cega na adolescência conta algo que eu também faço. Quando ouvimos um barulho, mesmo ao longe – quando sei que não vou enxergar – automaticamente eu viro meus olhos para o local que vem o barulho. Por essa força que as visualidades têm em nossa formação, há uma dificuldade em desprender-se da dependência visual ao estimular diversas outras sensorialidades.

Utilizo o computador com *zoom* e faço leituras, mesmo com fonte ampliada, meus olhos doem após alguns minutos, e tenho dores de cabeça ao procurar “forçar” minha visão. Ainda não aprendi a estudar, ler, escrever, utilizando a audição ou o tato. Como minha socialização foi de uma pessoa vidente, ainda dependo muito de minha

13 Capacitismo é uma categoria que menospreza e subestima as pessoas com deficiências. É um termo preconceituoso, usado para inferir que pessoas deficiadas não são aptas para desempenhar atividades por incapacidade cognitiva ou corporal (Anahi Guedes de MELLO, 2018).

memória e organização visual para a aprendizagem, e no processo de escrita dessa pesquisa, também estou buscando e descobrindo formas de estudar, diferentes das que me foram ensinadas.

Ser PcD foi uma imposição dos acontecimentos, me tornar defixa foi uma construção pessoal a partir de reflexões, vivências e leituras. Até aqui, utilizei o termo – e sua sigla – definido pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2008), e ainda o utilizarei, pois legalmente é o termo correto e que deve ser usado legalmente.

Entretanto, a partir deste ponto, utilizo também o termo “defixa”, uma abreviação potente, política e ‘carinhosa e aleijada de “deficientes”” (MELLO, 2019, p. 55). A palavra alinha-se com a perspectiva dos Estudos Culturais¹⁴, ao ser tomada como um substantivo. Ou seja, o termo “deficiente” é utilizado no lugar de “pessoa com deficiência”, da mesma forma em que no Brasil, “negra” é usado ao invés de “pessoa de cor”.

A partir do momento em que me percebi defixa, me libertei da busca inatingível de ter um corpo padrão. Padrões normativos e hegemônicos que se voltam para julgar a aparência das pessoas com deficiências quanto aos ideais de beleza e estética, além de aptidões (e inaptidões) quanto aos fatores cognitivos e funcionais (Anahi Guedes de MELLO, 2018). Escrevo isso de uma perspectiva de alguém com deficiência adquirida, que cresceu reproduzindo o capacitismo instaurado ao longo dos séculos e que agora, é colocado neste lugar de violência.

Ocupo um lugar sociocultural e reforço a existência de outros corpos que passam por situações de violências e desigualdades, instauradas historicamente, desde meados do século XIX, como informa Marco Antônio Gavério (2017). Sendo eu uma pessoa branca, moradora da região central de uma cidade planejada, Maringá, tão enaltecida, do sul do Brasil, e simplesmente gorda, ainda seria possível eu emagrecer e ter o corpo esperado, mas agora com uma deficiência adquirida “irreversível”, já não era mais possível.

14 Os Estudos Culturais como campo de análise apresentam discussões políticas e sociais sobre gênero (Guacira Lopes LOURO, 2003), pautando as práticas culturais e debatendo-as frente às relações de poder instauradas socialmente (Rosângela SOARES, 2008).

Pude então passar a perceber-me para além do que era esperado de mim. Foi a partir de então que me permiti refletir sobre minha sexualidade, formas de amar, identidade de gênero, expressões e visualidades corporais. Meus marcadores sociais neste momento? Pessoa branca, gorda, com deficiência visual, bissexual, não-monogâmica, transgênera e não-binária.

Algumas dessas identificações são fluídas, já que entendo “os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias” (LOURO, Guacira Lopes, 2003, p.24).

Durante o isolamento social, devido à Pandemia do COVID-19¹⁵, me encontrei na não-binaridade, no meu não-lugar. Realizei acompanhamento psicológico e participei de um grupo de apoio *on-line* para pessoas trans, em que tive contato com outras pessoas que de alguma forma compartilhavam de sensações semelhantes às minhas. Em março de 2021, iniciei o uso hormonal de testosterona com receituário médico.

Ainda utilizando máscara facial, minhas expressões e minha voz começaram a mudar. A máscara cobria algo que eu não queria disfarçar, mas ao mesmo tempo, não queria “causar”. Causei reações diversas. As profissionais da escola “causaram” situações diversas. Situações desconfortáveis, transfóbicas, e até algumas muito acolhedoras. As crianças sempre tiveram reações apaixonantes.

No decorrer desta dissertação, essas situações surgirão e se entrelaçarão. Traços de uma escrita em primeira pessoa acabavam transbordando. Situações vivenciadas por mim, relatos de outras pessoas transdefeças coletadas por formulários *on-line* e debates acadêmicos já publicados serão conectados por meio da autoetnografia. Esta metodologia foi uma sugestão que a princípio me atraiu, mas veio junto com o autoconceito de não suficiência, de incapacidade, de minhas vivências não serem interessantes o bastante.

Essas identidades brotaram em mim como uma revolução, como uma transformação que se desdobra ao mesmo tempo que outras. Sou transfeminista -

15 Covid-19 popularmente chamada de Coronavírus, é uma doença respiratória que se originou na China, pelo vírus SARS-CoV-2. A Covid-19 originou uma pandemia – estado de calamidade global – de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS).

feminista do século XXI- de acordo com a colocação de Paul Preciado (2015), já que desejo me tornar outra pessoa por estar saturado de normatividades em relação ao meu gênero, ‘de binários (menino-menina, hetero-homo, branco-não branco, animal-humano, norte-sul), além do modelo ‘casal romântico’, perdendo as esperanças no capitalismo’.

Jaqueline Gomes de Jesus (2014a) perpassa historicamente diferentes feminismos, em uma perspectiva que desmonta gênero baseado em variações biológicas – chamado de sexo biológico, que se baseia em genitália ou aparelho reprodutor. A definição de gênero, por meio desses movimentos, vai sendo tecida, e o mesmo analisado enquanto político e relacional, para além da mera definição homem ou mulher.

Com as contribuições do transfeminismo, a palavra é ampliada para “identidade de gênero”, sendo essas identidades constituídas por atitudes individuais diante de construções sociais. Como em outras identidades sociais, há uma troca de sentimentos, crenças e subjetividades (JESUS, 2014a).

Minhas vivências me impulsionaram a furar a bolha da hegemonia, enfrentar e resistir. Construo uma dissertação que permeia as temáticas de gênero e diversidades, envolvendo deficiências e estudos transfeministas. Como tema de pesquisa transdefiças e escola. Em outras palavras, discuto sobre pessoas trans com deficiências e a escola.

A música “Aquário” (Luz RIBEIRO, JUPI77ER e Sara DONATO, 2019), escolhida como epígrafe desta dissertação, traz referência ao título e aos subtítulos aqui presentes. O vidro é colocado como material de um aquário em analogia a uma prisão e ao sistema que vivemos, como algo que cerceia ao mesmo tempo que é frágil. Ao utilizar a palavra Sistema, falo de um sistema cisgênero e binário que rege a sociedade de modo compulsório (Martha Cristina Nunes MOREIRA; Francine de Souza DIAS; Anahi Guedes de MELLO; Sara Wagner YORK, 2022). São Sistemas corponormativos, que invalidam corpos trans e não-binários (MOREIRA; DIAS; MELLO; YORK, 2022).

Nossa sociedade e esses e outros itens e aspectos que a constituem precisam ser fissurados, aleijado – como o termo defença – e conforme essas fendas vão sendo ampliadas, temos a possibilidade de ressignificar e expandir também as percepções

sobre pessoas e vivências marginalizadas, ampliando as corporalidades de todes (COMITÊ DEFICIÊNCIA e ACESSIBILIDADE, 2020).

Como apresenta a música “Espelhos que refletem salas que não se habitam. Migalhas de vida exibidas no vídeo, ao vivo [...] quebre as paredes desse sistema de vidro” (RIBEIRO, JUPI77ER e DONATO, 2019, s/p). Essas quebras geram frestas, a existência de corpos dissidentes são frestas em meio a esse aquário de vidro. Frestas que são abertas por resistências possíveis diante de barreiras diversas. Uma delas são as “frestas educacionais”, que coloco nesse sentido das possibilidades em um sistema. Fresta é uma palavra que quando pronunciada em voz alta soa justamente como ela é, com esforçada articulação e aleijada como a proposta desta pesquisa.

“Procure a brecha! Luz que atravessa a fresta. Que atravessa quem atravessa!” (RIBEIRO, JUPI77ER e DONATO, s/p, 2019). Luz que é associada ao saber, em referência ao movimento Iluminista¹⁶. Mas agora, não um saber restrito e hegemônico, mas sim saberes, corporalidades e existências múltiplas que atravessam outras existências. Esse atravessar aqui coloco como agir, transformar, educar. Corpos em dissidência são atravessados e atravessam, são reflexos e refletem, mesmo sendo, e por serem colocados à margem da sociedade.

Meu questionamento direcionador é: como as pessoas trans com deficiências foram influenciadas pelo ensino formal em suas construções pessoais? Mantenho como objetivo geral investigar como pessoas com deficiência, que sejam trans – travestis, transgêneras e/ou transexuais – explicam a influência do ensino formal em suas construções pessoais.

Elenco dois objetivos específicos: o primeiro é revisar estudos sobre corponormatividade, a fim de compreender as influências pedagógicas do ensino formal, que envolveram as pessoas participantes. E o segundo, articular conceitos de deficiência e transgeneridade como construções não-normativas no espaço educacional.

Para responder à pergunta de pesquisa e atender aos objetivos propostos, a metodologia concentra-se em uma pesquisa qualitativa e de nível exploratório,

16 O Iluminismo foi uma corrente intelectual que surgiu na Europa, e teve força no século XVIII, incluindo na educação portuguesa, o que refletiu na educação do Brasil, visto ser colônia de Portugal naquele período. A teoria Iluminista, se pautou na razão, na lógica e na ciência, contrapondo-se às tradições religiosas que imperavam (Dermeval SAVIANI, 2013).

autoetnográfica na modalidade pesquisa de campo, resultando em uma escrita autobibliográfica, em primeira pessoa e linguagem de gênero neutra. O método empregado centrou-se no *Snowball Sampling*, tendo como público-alvo pessoas com deficiência que sejam trans – travestis, transgêneras e/ou transexuais – que possuem *Instagram* e tragam em sua descrição da *bio*¹⁷ ou em postagens frequentes marcadores de que sejam PcDs e trans.

Entendo a partir de leituras, que o método *Snowball Sampling* parte de buscas pesquisas pessoais, da pessoa pesquisadora, acompanhada de indicações de pessoas que foram localizadas e apontaram outras possíveis participantes (Nilza Rogéria de Andrade NUNES; Anne-Marie VEILLETTE, 2022). A partir desse método, busquei por pessoas que compunham meu público de pesquisa na plataforma *Instagram* e localizei 8 respondentes do questionário.

Para a coleta de dados, contou a aplicação de um questionário *on-line*, com questões de múltipla escolha sociodemográficas e dissertativas, com questionamentos sobre como essas pessoas explicam a influência do ensino formal em suas construções pessoais, considerando suas vivências na escola.

O referencial teórico definido para a análise foi o multirreferencial, versando os estudos da *Teoria Crip*, Transfeminismos e Interseccionalidade. A *Teoria Crip* se encarrega de tecer críticas a corponormatividade e refletir sobre as violências propagadas contra as corporalidades deficias. Os Transfeminismos voltam-se para as lutas e enfrentamentos das existências trans em meio a sociedade e a Interseccionalidade contribuiu para meus olhares sobre os atravessamentos e marcadores que os corpos de pessoas transdefiças recebem cotidianamente. Entendo que as três teorias apresentam convergências e divergências, que serão trabalhadas junto a análise de dados coletados.

Após a definição de meu tema e objetivos de pesquisa, realizei o levantamento bibliográfico para verificar trabalhos antecedentes nas seguintes plataformas: Base Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e

¹⁷ *Bio* vem de biografia. Texto inicial do perfil da rede social *on-line Instagram*, que pode ser preenchido com até 150 caracteres, sendo possível usar figuras, *hashtags* – são palavras-chave com o símbolo # no início da palavra, como exemplo: #PcD – e texto.

Tecnologia (BDTD); Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e no e *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*.

Busquei teses e dissertações na BDTD e CAPES e utilizei os seguintes critérios: 1- Inicialmente não restringi o ano de publicação ou defesa e, após a busca, localizei materiais de 2018-2021, mantendo esse recorte temporal; 2- A pesquisa deveria estar disponível para leitura digital; 3- apenas texto em Língua Portuguesa; 4- Apenas trabalhos que têm Ciências Humanas como grande área do conhecimento.

As combinações iniciais de palavras-chave foram diversas, relacionadas diretamente ao tema de minha pesquisa, porém como não obtive resultados, passaram a ser termos ligados somente a variações de palavras relacionadas ao meu público-alvo, pessoas com deficiência e trans.

Os termos de pesquisa foram: 1- transgêneros, deficiência e 2- trans, deficiência. Neste último conjunto de palavras, obtive diversos resultados em que a palavra “trans” é usada como prefixo para outros termos que nada têm a ver com questões de gênero, portanto, selecionei apenas os que realmente se referiam às pessoas trans. Considerei também as palavras transexuais e travestis em conjunto com a palavra deficiência, porém na primeira busca não foram encontrados resultados dentro de nosso recorte, e o segundo foi encontrado apenas um resultado, sendo o mesmo que já considerado na busca com a palavra trans.

Desses, um trabalho foi excluído, já que apenas mencionou no resumo que seu trabalho não considerou pessoas trans e com deficiência. O resultado dessa trajetória epistêmica foram 5 pesquisas, sendo 2 teses e 3 dissertações, todas das Ciências Humanas que discutam em seus trabalhos assuntos relacionados às pessoas trans e pessoas com deficiência conforme indicado no quadro 1, a seguir. Desde já, reitero que os aspectos metodológicos e a sistematização da análise de dados serão aprofundados nas seções seguintes.

QUADRO 1 - Pesquisas selecionadas: revisão bibliográfica

PESQUISAS SELECIONADAS COM O LEVANTAMENTO DE DADOS				
Título da obra	Autoria	Titulação	Universidade	Ano

Crítica ao paradigma da diferença identitária dos corpos: transgressão de gênero como ruptura ética.	Cinthia Alves Falchi	Doutorado Em Educação	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	2018
Sob o Signo da Sereia: a feminilidade na experiência de mulheres trans deficientes.	Drielly Teixeira Lopes Silveira	Mestrado Profissional em Educação Sexual	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	2020
Salvador, cidade movente: corpos dissidentes, mobilidades e direito à cidade.	Marcelo de Troi	Doutorado em Cultura e Sociedade	Universidade Federal da Bahia	2021
O corpo (des)conhecido na docência da educação infantil: narrativas docentes.	Rafael Romeiro Doin	Mestrado em Educação	Universidade Federal de São Carlos	2021
Dissidência, resistência e transgressão no espaço escolar: vozes trans, negras, indígenas e de pessoas com deficiência na encruzilhada epistêmica.	Lucas Silva Dantas	Mestrado Em Educação: História, Política, Sociedade	Pontifícia Universidade Católica De São Paulo	2021

Fonte: ê Pesquisadore, 2022.

Cabe apresentar que os trabalhos selecionados foram: “Crítica ao paradigma da diferença identitária dos corpos: transgressão de gênero como ruptura ética” (Cinthia Alves FALCHI, 2018); “Sob o Signo da Sereia: a feminilidade na experiência de mulheres trans deficientes” (Drielly Teixeira Lopes SILVEIRA, 2020); “O corpo (des)conhecido na docência da educação infantil: narrativas docentes” (Rafael Romeiro DOIN, 2021); “Dissidência, resistência e transgressão no espaço escolar:

vozes trans, negras, indígenas e de pessoas com deficiência na encruzilhada epistêmica” (Lucas Silva DANTAS, 2021); e “Salvador, cidade movente: corpos dissidentes, mobilidades e direito à cidade” (Marcelo de TROI, 2021).

As análises apresentadas nessa dissertação, são pautadas no transfeminismo, já que o movimento reconhece as intersecções existentes entre as diversas identificações pessoais e identidades. As autoras, Jaqueline Gomes de Jesus e Hailey Alves (2010), ressaltam que a perspectiva também considera como corpos diferentes de ideais sexistas e racistas, sofrem diferentes opressões. O Transfeminismo visa “empoderar os corpos das pessoas como eles são (incluindo as trans), idealizados ou não, deficientes ou não, independentemente de intervenções de qualquer natureza” (JESUS e ALVES, 2010, p. 15), além de diferentes e variadas identidades sexuais.

Outra consideração do transfeminismo é a desconstrução das identidades binárias, respeitando tanto as pessoas transgêneras quanto as cisgêneras, que se enquadram ou não no binarismo homem/mulher (ALVES, 2012). “Trans” é utilizada referenciando pessoas transgêneras, incluindo transexuais e travestis, em que “transgênero” é um conceito que abrange pessoas que não se identificam com o gênero atribuído ao nascimento, “em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero” (JESUS, 2012, p. 26). Já cisgênero ou cis, é o termo usado a referir-se a quem se se identifica com o gênero atribuído ao nascimento. Outros termos e expressões relacionados a esses que aqui não estão detalhados, podem ser ampliados didaticamente na publicação “Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos” (JESUS, 2012).

Acredito que essas negações ocorreram simultaneamente, como resistência a moldes que foram desgastando diante de minha vivência, assim como Michel Foucault (1979, p. 18), apresenta sobre nosso corpo, quando afirma que “ele é destroçado por ritmos de trabalho, repouso e festa; ele é intoxicado por venenos – alimentos ou valores, hábitos alimentares e leis morais simultaneamente; ele cria resistências”.

A estrutura capitalista atual em que estamos inseridos, administra nossos corpos no sentido de manter uma estrutura de poder. As normas compulsórias, por seguirem um padrão binário de “certo”, produzem o que não se ajusta, o “errado”. E esse não ajustamento à norma são os corpos abjetos, são esses que possibilitam a

fronteira para os corpos normativos que são considerados os que importam (BUTLER, 1999).

Para Foucault (1979, p. 45), “onde há poder, ele se exerce”, por meio de dispositivos de força que controlam e garantem o assujeitamento e a docilidade. O autor define o poder como uma execução, uma ação sobre outra ação possível, sendo estabelecido apenas em uma relação de indivíduos. Nenhuma pessoa é efetivamente localizada como a detentora do poder, porém sabemos “quem não o possui” (FOUCAULT, 1979, p. 45).

Esses são os corpos abjetos, já que são os que historicamente são invisibilizados, mortos e perseguidos. “Vozes dissidentes são constantemente invalidadas. E mesmo quando acessam espaços hegemônicos, tendem a ser rechaçadas e diminuídas” (Lua LAMBERTI, 2019, p. 44). Se onde há poder, há resistência (FOUCAULT, 1979), corpos em dissidência são resistências.

Para mim, a não-binaridade vem no sentido também de uma afirmação diante de negações, em não ser nem mulher e nem homem. Sou uma pessoa transgênero por não ser do gênero feminino, o que me foi designado antes mesmo de meu nascimento, assim que minha genitália foi identificada em uma imagem de ultrassom.

Existem muitas mulheres que são mulheres e não se encaixam em padrões de feminilidade e rompem com estereótipos de gênero, porém essa não sou eu. Existem homens cis – que foram atribuídos como ao nascimento – e trans que buscam romper com a masculinidade tóxica e levam a reflexões sobre masculinidades, porém esse também não sou eu.

A não-binaridade é um lugar e um não-lugar. A não-binaridade não é uma novidade do século XXI, em entrevista divulgada em *live* no *Instagram* em janeiro de 2022 (@¹⁸jupi77er; @elumesme; @NegaPretoNP, 2022)¹⁹, e pela plataforma *Sympla*²⁰ em julho de 2022 (SYMPLA, 2022), Jovanna Baby – conhecida como trans ativista da década de 1960 no Brasil, referência viva sobre o movimento, contou para

18 @ é o símbolo Arroba. Neste caso, indica o nome e endereço eletrônico na Plataforma *Instagram*.
19 2022. “Não-Binaridade e Linguagem Neutra”. *Instagram*, de janeiro de 2022.

<https://www.instagram.com/tv/CZLClgjlLOt/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D>.

20 <https://www.sympla.com.br/evento-online/nao-binaridade-linguagem-neutra-com-jupi77er-nega-preto-e-ophelia-cassiano/1640819>.

Jupi77er que já havia pessoas não-binárias nos movimentos, porém ainda não havia a conceituação formal atual.

Questões de gênero e sexualidade são rechaçadas, temidas e percebidas como temas destruidores por uma sociedade patriarcal, já que essa baseia-se no poder de um homem heterossexual, cisgênero e branco, que está acima das demais pessoas e que, para manter-se nesse poder, precisa subjugar-las. Informações e processos educacionais contrários, são colocados como uma ameaça a esse homem de poder e conseqüentemente a toda a sociedade que este procura dominar (LOURO, 2003).

Foi devido à percepção desse repúdio em discutir-se gênero e sexualidade na escola, que ao escrever o projeto para essa pesquisa, levei apenas meu desejo de pesquisar questões ligadas a pessoas com deficiências enquanto referencial teórico. O projeto foi escrito no final de 2020, ano do início da Pandemia da Covid-19²¹ no Brasil, um ano intenso, em que eu mal acreditava que sobreviveria.

Por querer pesquisar no meu ambiente de trabalho, uma escola municipal, com turmas do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental, tive medo de levantar questões consideradas polêmicas. Ainda não sabia que minha própria existência na escola, já seria uma questão polêmica.

Maria Léo Fontes Borges Araruna (2017), ao descrever a escrita autoetnográfica, conta que associa a escrita poética com a escrita científica. Ela narra sua experiência travesti: “rompo com o binário artístico/científico e faço de minha narrativa algo fora dos modelos hegemônicos de escrita perpetuados por uma academia masculina, racista e transfóbica” (ARARUNA, 2017, p.03). Essa associação pareceu dialogar com o próprio recorte que eu vinha procurando encontrar.

Quando fui pela primeira vez, por puro prazer e lazer a uma oficina de *slam*²², “Batalha de Poesia”²³, no fim de 2022, contei que quando eu escrevia poesia, era

21 A Organização Mundial da Saúde (OMS) determinou a Covid-19 uma pandemia global em 11 de março de 2020.

22 *Slam* é uma batalha de poesia, com pessoas juradas escolhidas aleatoriamente entre o público, cada poeta apresenta até três poemas caso chegue até a final das apresentações, em que a pessoa deve usar apenas seu próprio corpo como instrumento, por até 3 minutos cada poema. Surge e desenvolve-se em um contexto inicialmente marginalizado, com apresentações nas ruas e praças (SETELLA, 2015).

23 “Batalha de Poesia” foi um evento que ofereceu diversas oficinas em Maringá-PR e região. Participei foi a Oficina Poesia e Sociedade, que aconteceu nos dias 18, 19 e 20 de outubro de 2022, ministrada

como um respiro em meio à pressão acadêmica. Depois disso, percebi que utilizando a metodologia autoetnográfica, a minha poesia poderia fazer parte da escrita acadêmica, e eu poderia expandir e respirar enquanto escrevo essa dissertação.

Para acompanhar essa expansão, uma linguagem diferente da norma culta foi adotada. Seja na questão de conteúdo, de formatos, quanto na própria mudança de utilização de termos e na grafia de palavras. Grada Kilomba (2020), ao escrever o prefácio da tradução em Língua Portuguesa de “Memórias da Plantação”, aponta a necessidade da reinvenção de um novo vocabulário na Língua Portuguesa. Muitas terminologias “revelam uma profunda falta de reflexão e teorização da história e herança coloniais e patriarcais, tão presentes na língua portuguesa” (KILOMBA, 2020, p. 14). A autora ressalta também a ausência de palavras e termos que em outros idiomas foram desmontados criticamente ou reinventados em um vocabulário novo.

Nesse sentido, na perspectiva de gênero, nossa língua baseia-se em uma divisão binária entre masculino e feminino, além da utilização do masculino para se referir a um coletivo. “Popularmente, dizemos que a primeira manifestação feminista que uma menina pode vivenciar é a revolta com a ideia de que pode haver noventa e nove mulheres em um espaço, mas se houver um homem, o pronome será “eles”” (ERCOLES, 2020, p. 22-23).

Quando aqui são escritos coletivos que estão articulados no feminino, isso ocorre porque estou me referindo a "pessoas", e essa palavra não foi repetida. Isso porque optei por utilizar a linguagem neutra nesta dissertação. Essa linguagem produz sentido e permite diferentes atravessamentos, sendo pautada em debates nacionais e internacionais “na busca de construção de repertórios interpretativos que nos auxiliem na formação de novos olhares para identidades ou expressões outrora invisibilizadas, sequer nomeadas” (JESUS, 2022, p. 57).

Jesus (2022) reforça que a linguagem é neutra, mas os posicionamentos desta são firmes e políticos. “O “neutro” da linguagem somente se sustentará na medida em que reconhece e enfrenta o silenciamento e o ocultamento dos corpos dissidentes de gênero e sexualidade não-masculinas na linguagem” (JESUS, 2022, p. 58).

por Érika Paiva, em Maringá - PR, projeto aprovado no Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura PROFICE da Secretaria de Estado da Comunicação Sociedade e da Cultura.

A intenção não é suprimir o que diferencia, e sim visibilizar as diferenças, que foram e são constantemente silenciadas. A constituição da linguagem neutra, tem como base, a luta de travestis, mulheres trans e outras transgeneridades que constituíram as reflexões transfeministas de desconstrução e construção de identidades de gêneros. “A linguagem além de política é fluida, e a transformamos conforme vivenciamos nossos corpos, “você se dá conta de quem é e encontra uma linguagem para si” (Judith BUTLER, 2019, p. 143).

O objetivo dessa dissertação não é um aprofundamento nos diferentes sistemas de linguagem neutra, que são apresentados em dois materiais importantes para os estudos – com diferentes contrapontos – que podem ser consultados em pesquisas de aprofundamento. São esses, o Guia para “Linguagem Neutra” (Ophelia CASSIANO, 2022) e Dossiê da Linguagem Neutra e Inclusiva (Pri BERTUCCI, 2022). O primeiro apresenta “elu” como pronome neutro, e o segundo “ile”. Eu pessoalmente utilizo os pronomes “ele” ou “elu” para referir-me a mim, devido às minhas vivências e práticas diárias.

Esses materiais apresentam duas formas de Linguagem Neutra, uma utilizando palavras da norma culta da Língua Portuguesa. Um exemplo é que diante de um coletivo que não só de pessoas que utilizam pronome masculino, ao invés de “O grupo de médicos” no masculino hegemônico, podemos nos referir como “A equipe médica”. Outro exemplo, ao invés de “Sejam bem-vindos”, pode-se utilizar “Boas-vindas” ou ao invés de “Boa noite a todos os presentes”, utilizar “Boa noite a todas as pessoas presentes”.

A outra forma de utilização da Linguagem Neutra, é por meio da neolinguagem, utilizada para referir-se a uma pessoa como eu, que utiliza pronome neutro ou não-binário (elu), ou no coletivo quando não temos um grupo exclusivo de pessoas que utilizam de pronome feminino (ela) ou somente masculino (ele) (CASSIANO, 2022; BERTUCCI, 2022).

Principalmente em meios de comunicação digital, existe o uso de “x” e “@” na busca de uma linguagem sem marcação de gênero, como “professor@” ou “professorxs”, estes não são usos inclusivos, por serem impronunciáveis a leitores de tela utilizados frequentemente por pessoas com deficiência visual. Portanto a

flexão de palavras com a desinência (final de palavra) “e”, acaba por ser a mais inclusiva também no aspecto das deficiências (CASSIANO, 2022; BERTUCCI, 2022).

Exemplos dessa forma de escrita são: ao invés de utilizar “Boa tarde a todos”, utilizar “Boa tarde a todes”, ou “A todas, todes e todos”, caso queira ressaltar a presença de mulheres e trans em determinado contexto. Então pode-se usar “Falei com Maria, elu é linde”, ou “Maria está mais cansade que o João, mas ambes são trabalhadores”.

A existência de um pronome para além do masculino “ele” e do feminino “ela”, não é uma invenção recente. A linguista Paula Ramos Pacheco (2022, p. 92) ressalta que no latim clássico, de onde a língua portuguesa deriva, havia um terceiro gênero, o neutro, que em latim significa “nem um nem outro”. Servia para referência a “seres inanimados, ou seja, seres que não os vivos, para os quais a discussão de identidade de gênero não era uma problemática”.

São diversas as variações e não é uma aprendizagem fácil, porém são mudanças e retomadas que vêm ocorrendo na Língua Portuguesa e já estão presentes em conversas cotidianas, em diferentes meios de comunicação, como a série “Todxs Nós” da HBO de 2020 (Caio Dutra PEREIRA, 2022).

Essa busca pela padronização de uma linguagem neutra, por pessoas que se afirmam fora de um padrão, pode parecer contraditória, mas temos a necessidade de reforçar politicamente essas regras para que documentações que trazem um gênero diferente do masculino ou feminino, não sejam em vão. É por meio das leis e documentações que as pessoas saberão como se referir a pessoas não-binárias, em especial com bebês e crianças intersexo que são nossa pauta prioritária, afirma Ophelia Cassiano em entrevista¹. Para isso ressalto a importância daquelas que se dedicam a essa pesquisa e pauta política, a citar: Ursula Boreal Lopes BREVILHERI; Fabio LANZA; May Romeiro SARTORELLI, 2022.

O artigo de Brevilheri, Lanza e Sartorelli (2022), fala sobre a relação da linguagem com o ambiente escolar, e traz Projetos de Lei criados entre 2020 e 2021, vinculados a uma agenda conservadora anti-gênero nacional, que proíbe o uso da linguagem neutra. Entendo que à medida em que se tem lutas para a aceitação da linguagem neutra, se tem a forte organização de grupos contrários.

O título dessa dissertação “Educação para a diversidade: Transdefiças, reflexos e frestas na escola”, foi escolhido pensando nas pessoas envolvidas nessa pesquisa e em quais aspectos eu quero ressaltar. Escolhi a associação dos termos trans e defença – já explicados anteriormente – para dar enfoque a ambos os atravessamentos. Isso porque, em espaços de debates a que frequentei e que estavam relacionados às deficiências, muitas vezes não se debateram questões de gênero. Enquanto é preciso reforçar a acessibilidade e as vivências defenças em movimentos que lutam pela diversidade de gênero e sexualidade. Isso, sem desconsiderar outros fatores, como cor, etnia, idade, classe social. Nessa medida, penso em olhares interseccionais, que debatem diversos atravessamentos a que os diferentes corpos são colocados diariamente, ressaltando aspectos que possam desconstruir o capacitismo e as violências de gêneros (Sueli CARNEIRO, 2011; Carla AKOTIRENE, 2022; Cida BENTO, 2022; GAVÉRIO, 2017; MELLO, 2018; MOREIRA; DIAS; MELLO; YORK, 2022).

Já a palavra reflexos, foi escolhida por mim em alusão a materiais de vidro, que visualmente são refletivos. Um desses é a tela de um computador ou smartphone, por onde encontrei a página do *Instagram* das pessoas entrevistadas. O mesmo vidro que possibilita encontros que podem ser lindos e construtivos como essa pesquisa, também pode ferir, conforme as pessoas entrevistadas trazem mais adiante em suas respostas sobre interações *on-line*.

Outro item de vidro é um espelho, que mediante ao tratamento do material, reflete imagens colocadas à sua frente, como defende Angélica Aparecida de Oliveira Bicalho (2010, p. 25) ao afirmar que o espelho “reflete o mundo”. Essa comparação à percepção visual tange ao modo como as pessoas videntes se “enxergam” nos espelhos e demais objetos com reflexos, sendo que neste trabalho propomos uma ampliação dos sentidos e não só a visual. Complemento que a percepção majoritária utilizada pelas pessoas em redes sociais *on-line*, como o *Instagram*, é a visual, visto que enxergam fotos e vídeos publicados na plataforma e que foram registrados com câmeras compostas de lentes de vidro.

Pensar na forma como pessoas cegas e com baixa visão utilizam as redes sociais, também me mostra que essas pessoas são comumente vistas e consideradas diferentes na sociedade, frequentemente sendo rotuladas (BICALHO, 2010). Essas

vigilâncias podem ser entendidas como oriundas dos padrões corponormativos e capacitistas. O capacitismo tende a considerar que as pessoas cegas são “imperfeitas” quando em relação às videntes (BICALHO, 2010, p. 22).

Nessa seção “Introdução – Quando presa em quatro paredes”, apresentei um memorial sobre minha trajetória acadêmica e articulação com a apresentação geral dos debates que se formularam ao longo da pesquisa.

Na próxima sessão “2. Metodologia - Acredite, é para pluralizar”, explico o caminho metodológico e a perspectiva utilizada para a escrita desta pesquisa, de contra-acessibilidade.

Na seção 3, “Espelhos que refletem salas que não se habitam”, a perspectiva interseccional é colocada enquanto possibilidade, em conjunto com o *Instagram* enquanto espaço de manifestação de identidades. As perguntas do questionário são detalhadas, seguidas do perfil das participantes e suas respostas.

Na seção seguinte, a 4 “Buscar possibilidades de existir sem só resistir”, trago debates a partir das respostas das participantes, em especial sobre aspectos do *Instagram* e da escola, enquanto espaços selecionados para verificação de suas influências, características e possibilidades.

Por fim, as Considerações Finais em “5 Considerações – Eu vim pra ser ruptura dessa estrutura falida”. em que conto sobre minhas expectativas e percepções diante da conclusão dessa dissertação.

2 METODOLOGIA - ACREDITE, É PRA PLURALIZAR²⁴

Esta seção apresenta os aspectos metodológicos que permitiram a construção desta dissertação e buscam pluralizar e ampliar perspectiva. Compreendendo se tratar de construções de saberes científicos, desta forma, necessitando de objetividades, critérios e exigências (Eduardo Augusto TOMANIK, 2004), realizados de forma sistemática (Antonio Carlos GIL, 2019).

Realizei uma pesquisa de campo qualitativa e exploratória, apoiada na técnica *Snowball Sampling* (Beatriz Rodrigues Silva BOCKORNI; Almira Ferraz GOMES, 2021), para amostragem para redes sociais, contemplando o emprego de questionário, com questões objetivas e dissertativas, disponibilizado por meio da Plataforma *Google Forms*.

Aproveito para defender minha escolha pela escrita autobiográfica, em primeira pessoa (Marie-Christine JOSSO, 2020; Ana Chrystina C. MIGNOT; Elizeu Clementino de SOUZA, 2015), pois, tratando-se de uma pesquisa participante seguindo método autoetnográfico, apresento meus olhares e vivências junto às análises, revelando também meu lugar de fala (Djamila RIBEIRO, 2017). A pesquisa participante possui caráter emancipador e educativo, pois envolve pessoas pesquisadoras e participantes na resolução de uma problemática (GIL, 2019).

A autoetnografia por sua vez, apresenta minhas perspectivas enquanto pesquisadore, junto aos dados coletados, compondo um texto narrativo e interpretativo, como descreve Célia Magalhães (2018).

Tenho a consciência de que a escrita acadêmica apresenta padrões e especificidades (TOMANIK, 2004), sobretudo hegemônicos. Minha escolha pela escrita autobiográfica, em primeira pessoa, me possibilita escrever de um lugar que ocupo e que busco ferir essa resistência normativa. Minha escrita assume função social em que posso por meio dela dividir experiências de vida (Suely Amaral MELLO, 2010). Acredito que a escrita acadêmica que rompa vieses hegemônicos tende a proporcionar mudanças sociais, atuando contra diversas formas de violências (Luana TOLENTINO, 2023).

²⁴ Referência à música “Aquário” dos artistas Luz Ribeiro, Jupi77er e Sara Donato (2019).

Dessa forma, a escrita autobiográfica visa não tornar minhas perspectivas como uma narrativa única e hegemônica (Chimamanda Ngozi ADICHE, 2019). Assim, o emprego da narrativa oral autobiográfica na composição de minha dissertação de mestrado, tende a valorizar vivências (tanto das pessoas participantes da pesquisa, quanto a minha própria, enquanto pesquisadore participante).

Trago à tona vozes dissidentes que por muitas vezes ficam apagadas pela sociedade e mesmo por trás de telas, conseguiram enfrentar e compartilhar suas vivências (MIGNOT; SOUZA, 2015; JOSSO, 2020; ADICHE, 2019). Logo, defendo o uso da escrita narrativa autobiográfica em primeira pessoa como forma de descrição resistência e enfrentamento, compartilhado para meus pares. Defendo a necessidade de nossos pares contarem suas histórias, pois, a hegemonia que detém o poder tem historicamente contado suas versões sobre os fatos, excluindo e apagando minorias (ADICHE, 2019).

Mantenho a escrita como enfrentamento dos dispositivos de poder impostos por normas hegemônicas que firmaram lacunas históricas postas pela normatização social. Falar de lugares não hegemônicos tende a contestar normas que definem as Políticas Educacionais, a construção curricular e as normativas acadêmicas para a submissão de artigos acadêmicos (Megg Rayara Gomes de OLIVEIRA, 2020).

Reitero que essa pesquisa possui abordagem qualitativa exploratória. Qualitativa pois, por meio do instrumento de coleta de dados utilizado, a pessoa pesquisadora fará observações críticas, a fim de identificar, compreender e explicar quais as principais potencialidades e/ou entraves que o público participante apresenta em relação à temática investigada. De acordo com Marcelo Vieira e Deborah Zouain (2005), a abordagem qualitativa permite atribuir valor aos depoimentos das atrizes sociais abrangidas, aos discursos e significados expressados por elas. Sendo assim, a pesquisa qualitativa possibilita a análise crítica e detalhada dos fenômenos e fatos que a compõem.

É exploratória por buscar maior familiaridade com a pesquisa, apresentando um problema seguido de sua hipótese, considerando assim, diferentes óticas e envolvendo flexibilidade (GIL, 2019). Comumente a coleta de dados para pesquisas exploratórias envolve: levantamento bibliográfico, entrevistas e análises (GIL, 2019), e neste caso, a coleta de dados foi feita com os Questionários Semiestruturados. Esse

modelo de pesquisa (a exploratória) envolve as pesquisas de campo, bibliográficas, estudos de caso e levantamento (GIL, 2019).

Meu trabalho é caracterizado como uma pesquisa de campo, pois se pretende analisar uma certa realidade (GIL, 2008), utilizando de um Questionário Semiestruturado (Apêndice II) como forma de coleta de dados para compreender as percepções das participantes da pesquisa sobre as influências recebidas em diferentes espaços educacionais. Quanto aos instrumentos para a coleta de dados, o Questionário (GIL, 2002), voltou-se para verificar a percepção de deficiências e da comunidade de Lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexos e demais identidades (LGBTI+) sobre as relações estabelecidas em espaços educacionais formais e informais.

A escolha pela técnica *Snowball Sampling* para a amostragem das redes sociais (Beatriz Rodrigues Silva BOCKORNI; Almira Ferraz GOMES, 2021), deu-se em razão de o contato almejado para junto às pessoas participantes ser obtido por meio de marcações e *hashtags* apresentadas a mim, pesquisadore, pela plataforma *Instagram*, sendo direcionadas por postagens de outros perfis ao perfil do mestrando. Essa ramificação de perfis, ocorre por meio do algoritmo usado pela rede social *Instagram*, contemplando assim, a técnica *Snowball Sampling*. O método *Snowball Sampling* se desenvolve em cadeia para a localização dos pares, sendo usado como uma técnica de amostragem para as redes sociais (BOCKORNI; GOMES, 2021).

Acerca do campo de pesquisa, ela foi realizada com pessoas com deficiência que se identificam como LGBTI+. Inicialmente foram aproximadamente 50 pessoas que foram localizadas a partir de suas postagens na rede social *Instagram* que traziam o tema dos marcadores sociais listados por mim ao longo de três anos. Este número mudou com o decorrer do tempo, fixando-se em 8 participantes com interesse em contribuir para o trabalho.

Ressalto que vários motivos contribuíram para a mudança no número de participantes, sendo: o interesse em participar; e a existência da deficiência na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, em sua 10ª edição (CID-10). Isto porque existiram pessoas com interesse na pesquisa e que possuem gagueira, todavia, ela não é considerada deficiência pelo CID-10.

Os contatos foram obtidos por meio de marcações e *hashtags* das páginas pessoais, que me foram apresentadas por postagens de outros perfis, seguindo indicações de algoritmos do próprio aplicativo. Todas as postagens acessadas e que me direcionaram ao endereço eletrônico do aplicativo, estiveram relacionadas às questões das deficiências. Em seguida, foi observada a descrição do perfil e suas publicações, para a confirmação de ser uma possível pessoa participante dessa pesquisa, sendo uma pessoa com deficiência e LGBTI. O contato inicial foi realizado via mensagem privada na Plataforma *Instagram*, de forma individual.

Dessa maneira, defendo que todas as postagens acessadas e que me direcionaram enquanto pesquisador, estão relacionadas às questões das deficiências, seguidas da observação do perfil acessado, para a confirmação de se tratar da página de uma pessoa com deficiência e lésbica, *gay*, bissexual, travesti, trans e/ou intersexo (LGBTI) e assim, participante dessa pesquisa.

No tangível aos procedimentos para a coleta de dados, a fim de atender às questões sistêmicas necessárias, realizei a solicitação de anuência na pesquisa com a submissão do projeto, assim como do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE I) ao Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (COPEP)²⁵ da UEM (ANEXO I). Este processo envolveu a reescrita do TCLE, a fim de atender às exigências institucionais, com novo envio de protocolos. Após o aceite institucional, apliquei o Questionário, *on-line* via *Google Forms*, junto às pessoas interessadas em participar.

Cada participante, além de responder ao questionário, recebeu o TCLE para assinar. Sendo assim, após a aprovação do projeto pelo COPEP, iniciei a coleta de dados da pesquisa. Para o TCLE, assim como para o convite prévio na plataforma *Google Forms*, seguido do questionário (APÊNDICE II), redigi uma carta convite, situando as questões pertinentes para a compreensão de pessoas interessadas em participar.

O texto iniciou com a apresentação do título, outrora “*DEFIÇA E LGBT+: REFLEXOS E FRESTAS EDUCACIONAIS*” e modificado após a qualificação, a fim de compreender a magnitude da linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação

25 Parecer Consubstanciado do CEP número 6.199.097; CAAE de número 64200022.3.0000.0104.

em Educação (PPE) da UEM e o foco educacional de meu trabalho, inserido nos estudos do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual (NUDISEX/CNPq), orientada pela Prof.^a Dr^a. Eliane Rose Maio.

Para a identificação individual das participantes da pesquisa, foram utilizados pseudônimos, apontados por elas mesmas, preservando assim a identidade de cada uma. Quanto aos procedimentos para as análises de dados, após a aplicação do Questionário Semiestruturado, as respostas foram organizadas por meio de categorias de análise, de acordo com a análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2011), junto ao método de análise da autoetnografia (MAGALHÃES, 2018).

Esse tipo de análise permitiu o conhecimento detalhado de cada questão investigada. A análise de conteúdo é composta por três etapas: a) Pré-análise, que se trata da leitura minuciosa de cada resposta obtida por meio da coleta de dados, no caso dessa pesquisa, as respostas obtidas no questionário, para fazer a organização dos dados coletados; b) Exploração do material que é a fase que compreende o recorte e a formulação dos dados em categorias e também subcategorias; c) Tratamento dos resultados em que são explanados os resultados encontrados e feitas as interpretações e reflexões teóricas sobre esses (BARDIN, 2011).

Quanto ao referencial teórico empregado para a realização das análises de dados, escolhi pelo multirreferencial, para articular referências e teorias que conversam entre si e se atravessam, contribuindo para meu trabalho (Cicera Sineide Dantas RODRIGUES; Jacques THERRIEN; Giovana Maria Belém FALCÃO; Manuela Fonseca GRANGEIRO, 2016). Para tanto, versam aqui os estudos da *Teoria Crip*, Transfeminismos e Interseccionalidade.

A *Teoria Crip* é teórico-analítica, criada em sintonia com a *Teoria Queer*²⁶ e que age como forma de subversão ao empregar o conceito de aleijado,²⁷ confrontar a ideia de capacitismo sobre os corpos deficientes e romper os binarismos da corponormatividade que desnaturalizam identidades que não se encaixam nos padrões corporais vigentes. (Gissele Fajreldines dos SANTOS, 2022). O conceito aleijado usado pela *Teoria Crip* é uma forma política identitária de posicionar-se

26 A *Teoria Queer* questiona mecanismos socioculturais de poder, que foram instaurados sobre a sexualidade na sociedade contemporânea - em que a sexualidade é subordinada pela heteronormatividade (Gissele Fajreldines dos SANTOS, 2022).

27 *Crip* em sua tradução significa aleijado.

subversivamente ao estigma imposto as pessoas com deficiências (SANTOS, 2022). Se tem assim, uma luta para combater a noção heterocisnormativa de que os corpos deficientes devem ser considerados “anormais” e “desviantes” (SANTOS, 2022). Essa ideia socialmente imposta.

O Transfeminismo, nasceu da luta feminista trans, não contemplada pelo feminismo branco e heterocisnormativo. Para Jesus (2015) a definição de transfeminismo refere-se à articulação de uma linha de pensamento e de prática feminista, a fim de rediscutir a subordinação do gênero como construção psicossocial e do sexo no viés biológico. Trata-se de uma luta identitária que reflete sobre os privilégios e as relações de poder sobre gêneros e as diferentes identidades sociais (JESUS, 2015). As lutas do transfeminismo são consideradas políticas identitárias para a diversidade de expressões de gênero, desfazendo hierarquias (JESUS, 2015).

A Interseccionalidade surge com a luta das mulheres negras, não contempladas pelo feminismo branco heterocisnormativo, patriarcal e colonialista. Com a analítica interseccional, buscou-se dar voz a um grupo invisibilizado, não pertencente a lógica universalista do feminismo branco (RIBEIRO, 2022). Pela crítica interseccional, as feministas negras identificaram as violências e subordinações de gênero, de classe e raça que as atravessaram historicamente e as oprimiram (AKOTIRENE, 2022). É necessário também que eu apresente que a origem da Interseccionalidade foi com a feminista negra Kimberlé Crenshaw:

Surge da crítica feminista negra às leis antidiscriminação subscrita às vítimas do racismo patriarcal. Como conceito da teoria crítica de raça, foi cunhado pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, mas, após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e formas conexas de Intolerância, em Durban, na África do Sul, em 2001, conquistou popularidade acadêmica, passando do significado originalmente proposto aos perigos do esvaziamento. A interseccionalidade Visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado - produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (AKOTIRENE, 2022, p. 18-19).

Compreendo que Kimberlé Crenshaw junto de suas companheiras de luta, ao identificarem que as mulheres feministas brancas não reivindicavam o mesmo que as

negras, nem priorizavam o mesmo que elas, decidiu exigir os direitos de seu grupo. O fato é que as avenidas identitárias que atravessavam as corporalidades das mulheres negras, não eram – e não são – as mesmas das brancas. Logo, complemento com Ariane Moreira de Senna (2022) que diferentes eixos de opressão atravessam a vida das mulheres negras.

Historicamente as mulheres negras foram escravizadas e estupradas pelos senhores que as possuíam como mercadorias. Posteriormente a esse período, foram impossibilitadas de frequentar escolas, devido ao racismo que as segregavam. Mesmo atualmente, ainda é observável o racismo estrutural em meio a sociedade.

2.1 Contra-acessibilidade

Um material que permeia essa pesquisa em sua lógica, que visa à pluralização é a “Contracartilha de acessibilidade: reconfigurando o corpo e a sociedade”, publicada pelo Comitê Deficiência e Acessibilidade da Associação Brasileira de Antropologia (2020). Nesta Contracartilha, afirma-se que a maioria dos materiais que dialogam sobre a acessibilidade para pessoas com deficiência, procuram trazer como diminuir ou acabar com as barreiras encontradas para a participação plena de todas as pessoas na sociedade, apresentando tecnologias assistivas e procedimentos atitudinais. As pessoas autoras afirmam essa ser uma etapa importante, mas que muitos desses manuais apesar de ter qualidade ao apresentar recursos e normativas, diminuem a história, lutas e pautas das pessoas com deficiência em seus protagonismos, além das especificidades e diferenças de pessoas com uma mesma deficiência.

Nesse sentido há a propulsão a reconfigurar a perspectiva de barreiras, sem deixar de lado a inclusão das PcDs, não “setorizando” essas pessoas em suas deficiências, já que suas experiências são plurais, a proposta é procurar desenvolver formas de acesso para todas as pessoas. Assim, contra-acessibilidades são “formas ampliadas de pensarmos a interação e as práticas de transformação da relação entre indivíduo e sociedade” (COMITÊ DEFICIÊNCIA e ACESSIBILIDADE, 2020, p.4).

Esses pensamentos plurais, surgem porque ainda há normas corporais dentro da própria deficiência, de como cada pessoa reduzida a sua lesão, se comunica ou locomove na sociedade. Portanto, a proposta do Comitê Deficiência e Acessibilidade é aleijar a acessibilidade que se pauta em uma corponormatividade de deficiência, ou seja, “mutilar, deformar e contundir o pensamento hegemônico sobre deficiência, acesso e inclusão, provocando-lhe fissuras” (COMITÊ DEFICIÊNCIA e ACESSIBILIDADE, 2020, p.4).

Dessa forma, a legenda em um vídeo, ou a audiodescrição em um evento, não vai beneficiar apenas a pessoa surda e cega nessa ordem, pessoas com múltiplas sensorialidades podem ter suas barreiras diminuídas com tais práticas. Assim, não é preciso esperar que uma pessoa com deficiência visual se inscreva e procure sinalizar sua deficiência para quem está organizando um evento, para que as pessoas envolvidas pensem em realizar as descrições das imagens exibidas durante as apresentações do evento ou ir atrás da interpretação em Libras das falas, por exemplo.

Tendo como perspectiva que ações como estas são a redução de barreiras comunicacionais, esse caminho já é pensado antecipadamente, e não somente “sob demanda” de forma adaptativa. A lógica de comunicação passa a ser menos excludente, se já em seu desenvolvimento for pensada diferentes formas de existências no mundo, não só no aspecto das deficiências, mas também de múltiplas sensorialidades.

Trazendo o foco para as barreiras, e não apenas para os indivíduos, todos nós nos beneficiamos das ações que permitem a expansão dos corpos e a diversificação das interações, possibilitando que as diferentes formas humanas de estar no mundo e de aprender sejam contempladas. Afinal, aprendemos de modos distintos que alguns têm maior facilidade de compreensão e memória imagética, outros possuem audição aguçada para detalhes e tonais; alguns precisam da escrita para entenderem uma argumentação, outros têm acesso às imagens por descrições (COMITÊ DEFICIÊNCIA e ACESSIBILIDADE, 2020, p. 6).

Assim, a acessibilidade vem no sentido de estabelecer vínculos, diante do encontro com as diferenças, com as pluralidades de nossos próprios corpos e

comportamentos, reconhecendo padrões antes considerados naturais. Diante dessa percepção anticapacitista, somos convidadas a nos ampliar, pluralizar, em diferentes aspectos, cognitivos, perceptivos, corporais e comunicacionais.

Na Contracartilha do Comitê Deficiência e Acessibilidade (2020), afirma-se que quando se tem a cultura do acesso desenvolvida em um ambiente, as relações entre as pessoas fluem, já que as diferenças são consideradas. A deficiência nessa cultura não é vista como uma falta em um encontro, e sim como uma singularidade.

Essa perspectiva é revolucionária porque muda a nossa forma de nos relacionarmos simbólica e afetivamente com a diferença da deficiência – ela não é simplesmente uma humanidade danificada, mas outra forma de ser humano, outro modo de existência – com suas próprias capacidades, seus próprios modos de ser e fazer que produzem conhecimentos que aqueles corporalmente constituídos como “normais” nem sempre são capazes de desenvolver, pois não fazem o mesmo uso dos seus corpos (COMITÊ DEFICIÊNCIA e ACESSIBILIDADE, 2020, p. 13).

Essa mesma perspectiva pode ser utilizada ao pensar em pessoas com marcadores sociais da diferença, que não sejam os hegemônicos e padronizados. Ao possibilitar a ampliação de suas perspectivas e corporalidades, por meio da abertura para outras existências, além da informação e acesso às vozes de pessoas múltiplas de grupos marginalizados, nossas práticas rumam a não exclusão. “Os marcos legais e os padrões técnicos, embora extremamente necessários, nunca serão suficientes” (COMITÊ DEFICIÊNCIA e ACESSIBILIDADE, 2020, p.13), é da interação que as práticas vão se acomodando, na mudança de atitude, e nos encontros que possibilitam outras formas de fazer as coisas.

3 ESPELHOS QUE REFLETEM SALAS QUE NÃO SE HABITAM²⁸

Essa seção é como o espiar em um espelho, em que vemos uma perspectiva do que é refletido em nossa pesquisa, perspectiva essa que não é usualmente revelada, e que por estar oculta pode passar-se por inexistente, mas que habita, que é uma faceta social em nossa realidade.

Em 2019, iniciei no cargo de Professor Efetivo de Apoio em Sala de Aula (20h) por meio da política de Ações Afirmativas para PcDs, regulamentada pelo Decreto nº 9.508 (BRASIL, 2018). Essa e outras políticas são importantes a fim de aumentar as possibilidades de PcDs, como uma forma de compensar a grande quantidade de barreiras que encontramos em nossa rotina.

Nas escolas em que trabalhei foram diversas situações de inacessibilidade em relação à utilização dos recursos pedagógicos, e diversas falas e ações de colegas que foram preconceituosas e capacitistas. Capacitismo é a exclusão da PCD quando ocorrem “atitudes preconceituosas que hierarquizam sujeitos em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional” (MELLO, 2014, p.53-54).

Um dos fatores para tais situações acontecerem, é a falta de informação e formação de qualidade com protagonismo de PcDs. Colegas com formação mais antiga, nada ou pouco conteúdo tiveram sobre questões ligadas às deficiências que pudessem desconstruir preconceitos.

As formações mais recentes possuem a disciplina de Língua Brasileira de Sinais (Libras), que por vezes, mas não obrigatoriamente, é ministrada por uma pessoa surda, que ensina uma introdução à história e cultura surda. Isso devido à Lei Nº 10.436, de 24 de Abril de 2002, que dispõe sobre a (Libras) (BRASIL, 2002), essa ação é fundamental, porém ainda insuficiente para uma educação não excludente ou inclusiva.

Na graduação em Comunicação e Multimeios da UEM, entre 2012 e 2017, não tivemos nada no currículo relacionado às deficiências, comunicação alternativa ou inclusiva. Em 2014, para a avaliação parcial da disciplina de Empreendimentos em

²⁸ Referência à música “Aquário” dos artistas Luz Ribeiro, Jupi77er e Sara Donato (2019).

Comunicação, orientada pela Prof.^a Me. Fernanda Gabriela de Andrade Coutinho, escolhi de forma independente realizar a pesquisa “Jogos digitais em áudio: entretenimento e acessibilidade para deficientes visuais” (SASSINE, 2014a). O objetivo foi a criação de um áudio jogo voltado para pessoas com deficiência visual.

Eu participava de projetos de rádio na UEM, gostava de direção de elenco e interpretação, e me pareceu interessante criar algo em áudio. A escolha do público-alvo acredito que surgiu de uma simples e até capacitista associação de que quem precisa ouvir coisas, são pessoas com deficiência visual. Me envergonho da justificativa desse recorte, mas foi como aconteceu. Pessoas mais espirituais podem dizer que foi o destino. O projeto resultou em um *trailer* do áudio jogo intitulado “O Mistério dos Bardolf” (SASSINE, 2014b), inspirado no livro “Sherlock Holmes: O Cão dos Baskervilles” de Arthur Conan Doyle (1859-1930), datado de 1902.

Durante a pesquisa conversei com adolescentes e jovens com essa deficiência sobre a forma com que acessavam, ou não, atividades de lazer e como utilizavam o computador e o *smartphone*. Isso sem nem imaginar que em três anos eu faria parte desse meu público-alvo. Encontrei tais pessoas visitando a sala de recursos de uma escola estadual, o Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP) de Maringá e o Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educativas Especiais (PROPAE) da UEM, no qual atualmente recebo os serviços.

O contato com jovens me possibilitou novos olhares e experiências acadêmicas. Observei a presença desse público nas redes sociais. Com o tempo, conforme utilizava as redes sociais, notei que ganharam mais visibilidade e isso me chamou a atenção. Percebi que muitas pessoas utilizavam as redes para se expressar, passar suas angústias, lutas e superações, divulgar seus trabalhos etc.

As redes sociais *on-line* como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *Youtube* estão fortemente presentes na vida de brasileiros de diversas idades. Jovens com acesso à internet, com a modificação comunicacional e tecnológica, e produção de seus conteúdos e ativismos digitais dessus, modificou o feminismo (COLLINS, SIRMA, 2021).

Ainda há dúvidas sobre quem são as feministas digitais que têm acesso aos principais meios de comunicação social, quem tem legitimidade e quem não tem seus direitos respeitados por semear a

discórdia, ser elitista ou inútil à causa feminista (COLLINS, BILGE, 2021, p. 162).

Essa perspectiva de quem acessa e quem é respeitada é um ponto nessa pesquisa, em que foi possível eu ter o contato com transdefeças graças ao acesso ao *Instagram*, porém não só o que a pesquisa mostra, há também a necessidade de uma análise do que ela não mostra, como a falta de transdefeças entrevistades indígenas ou cegas, cegos, cegues – diante de uma rede prioritariamente imagética – ou deficiência intelectual. Por mais que pensemos nesta e em outras redes sociais como modos de ampliar expressões antes silenciadas, também devemos nos atentar sobre as que ainda estão ocultas.

Collins e Bilge (2021) seguem apontando a interseccionalidade como fator que possibilitou essa mudança de perspectiva do feminismo, ou feminismos como hoje percebemos como múltiplo. Ressaltam sobre a discussão de feministas negras, dando visibilidade para projetos que promovem a justiça social de mulheres, *queers*, trans negras e não conformantes de gênero – como não-binárias. “As feministas de cor não apenas estão *on-line*, como se apoiaram na interseccionalidade para analisar a importância fundamental do espaço digital para a reprodução das relações de poder interseccionais” (COLLINS, BILGE, 2021, p.163).

Em 2019, quando comecei a usar o *Instagram* com mais intensidade, tive dificuldades em encontrar pessoas com deficiência para eu seguir e “consumir” seus conteúdos. Na época já seguia algumas pessoas trans, mas meu foco de interesse estava em conhecer mais defeças. Então iniciei em um aplicativo simples de bloco de notas do meu celular, a inserção dos nomes cadastrados no *Instagram* de PcDs que eu fui encontrando navegando nesta rede social *on-line*.

Em 2022, já com mais de 200 contatos, em alguns momentos de compartilhamento com colegas sobre o tema, falei sobre se ter como referências PcDs, e apontaram também a dificuldade de encontrar essas pessoas, iniciei então o compartilhamento dessa lista com elas, tendo pessoas acadêmicas, militantes e ativistas digitais.

Durante o processo da minha pesquisa, fiz uma tabela com todos os nomes cadastrados no *Instagram*, durante esses mais de 3 anos classificando os perfis já inativos e listando marcadores sociais das diferenças que se faziam perceptíveis na

descrição dos perfis (biografia), em postagens recentes e *stories* em destaque. Obtive 300 contatos, sendo 250 ativos, desses 80 com demarcação de que essas pessoas pertenciam à comunidade LGBTI+. Essas foram as pessoas que enviei mensagens, para que pudessem participar desta pesquisa, nas mensagens privadas do *Instagram*, e depois o *link* para responder a um questionário (APÊNDICE II).

As primeiras perguntas abertas formuladas foram submetidas ao grupo de estudos das pessoas orientadas pela doutora que orienta a escrita desta dissertação. Recebi várias críticas e sugestões, a partir delas, reelaborei as perguntas e realizei um teste de preenchimento com duas amigas, um gay autista e outra transdefiça, colhi suas correções de entendimento, e sugestões e refiz já com as perguntas atuais, que após correção, finalizei o formulário do questionário que foi enviado.

3.1. Me nada pra vê se tenho fim²⁹

Uma pesquisa que visa conhecer percepções das pessoas participantes, é como um mergulho em suas percepções, uma busca por detalhes em meios a uma infinidade de possibilidades existentes. Não há fim nas possibilidades, somos seres múltiplos e a imensidão das transdefiças aqui presentes não será totalmente revelada.

Para buscar algumas possibilidades de compreensão sobre uma pessoa, grupo ou situação social é preciso uma ampla exploração, e ainda assim não teremos a totalidade do ser. Uma forma de buscar entendimentos mais amplos, é com a utilização da Interseccionalidade como metodologia de pesquisa. A interseccionalidade busca compreender como políticas e ações específicas produzem opressões e transitam entre os diferentes eixos (Kimberlé CRENSHAW, 2002).

Em 1981, Angela Davis (2016) já ressaltava a necessidade de discussões interseccionais, mas foi aproximadamente em 1990 que Crenshaw (2002) evidenciou o termo ao propor a utilização de um protocolo para a percepção de ocorrências que ampliassem a discriminação de gênero, tal como a discriminação racial ou em ordem inversa. A autora não se restringe a essas duas questões. Crenshaw (2015, s/p)

29 Referência à música “Aquário” dos artistas Luz Ribeiro, Jupi77er e Sara Donato (2019).

indica que o termo ressaltou a invisibilidade de muitas pessoas dentro de grupos específicos que não tinham suas pautas colocadas, como

[...] pessoas negras ou de outras raças/etnias dentro dos movimentos LGBT; meninas negras ou de outras raças/etnias na luta contra o sistema que empurra os jovens da escola para a cadeia; mulheres nos movimentos de imigração; mulheres trans dentro dos movimentos feministas; e as pessoas com deficiência lutando contra o abuso policial.

Crenshaw (2015) afirma que essas pessoas, como reflexo da intersecção entre opressão de classe, racismo, transfobia, sexismo, capacitismo, entre outros, sofrem vulnerabilidades que podem, por meio da interseccionalidade, encontrar uma forma de ressaltar essas violências e lutar por visibilidade e por inclusão.

A autora utiliza uma metáfora em que a interseccionalidade funciona como ruas identitárias que se cruzam, buscando entender como se estruturam a opressão de classes, o patriarcalismo, o racismo e outras formas de violência que reforçam a discriminação (CRENSHAW, 2002).

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS, 2011, s/p).

Ohana Boy Oliveira (2020), escreve sobre a colonialidade do ser e o uso da interseccionalidade como metodologia, reconhece resquícios dos processos de colonização que sofremos como estruturantes de nossa sociedade, por afetarem nosso cotidiano e as memórias do nosso passado e possibilidade de futuro a serem vislumbradas.

A “colonialidade do ser”, que a autora investiga, interfere nas percepções que temos sobre nós e sobre o mundo que nos circunda, necessitando de uma percepção também da colonialidade das percepções, da subjetividade, do espaço e do tempo. A

autora apresenta que “pensando como são diversas as maneiras de dominação que transcendem a construção dos saberes e poderes, afetando diretamente também as possibilidades do ser” (OLIVEIRA, 2020, p.162). Assim, foge-se da superficialidade de debates que se apropriam de pautas identitárias, porém seguem propagando formas de colonialidade já reproduzidas por um sistema hegemônico capitalista, patriarcal, colonial e moderno europeu (Joaze BERNARDINO-COSTA; Nelson MALDONADO-TORRES; Ramón GROSGOQUEL, 2018). Grosfoguel (2008), nesse sentido, define a colonialidade do poder como um modo de exploração e de dominação, política, econômica, linguística, epistêmica, espiritual, sexual e racial; uma hierarquia entre o europeu sobre o não europeu.

Renata D’Avila (2018) afirma que essa perpetuação da produção de saberes hegemônicos colabora para a invisibilização de pessoas de grupos que são subordinados e que, para efetivamente descolonizar a epistemologia, as produções de saberes, é necessário levar em consideração grupos marginalizados, “o lado subalternizado da diferença colonial [...] além de outros movimentos contra o sistema que produz conhecimentos. Nesse sentido, é fundamental que sejam criados novos lugares tanto institucionais quanto não-institucionais” (D’AVILA, 2018, p. 42), para que essas pessoas sejam consideradas e percebidas na construção de um conhecimento e da transmissão de uma experiência não hegemônica.

Jones Manoel (2019) evidencia um apagamento histórico de lideranças revolucionárias que lutam contra os racistas e capitalismo, exemplificando com Angela Davis e Frantz Fanon, que não são reconhecidas como comunistas. Oliveira (2020) ainda cita Frida Kahlo (1907-1954), artista comunista e feminista, que tem seu caráter revolucionário reduzido a um ícone e a produtos comerciais, demonstrando a apropriação neoliberal de pautas identitárias. Frida Kahlo é também uma pessoa com deficiência, que em suas obras, como *A coluna partida* (KAHLO, 1944) e *Autorretrato com o retrato do doutor Farill* (KAHLO, 1951), deixa evidente seu corpo, porém, sua vivência enquanto pessoa com deficiência, seu corpo dissidente é, assim, apagado.

Oliveira (2020) destaca que não existe hierarquia de opressões, mas sim distintos atravessamentos impossíveis de serem combatidos separadamente e, por isso, a busca de sua não invisibilização. A autora coloca que a interseccionalidade ressalta que as pessoas têm diferentes oportunidades, ou seja, partem de diferentes

lugares, reforçando o entendimento de meritocracia como um mito, já que afirma que o esforço é suficiente para alguém alcançar seus objetivos, desconsiderando as opressões. Aponta, também, sobre o entendimento que a interseccionalidade não visa reduzir os debates e a representatividade, já que utilizar a interseccionalidade é tensionar e complexificar debates, analisando determinados aspectos de forma ampla. A utilização dessa ferramenta teórico-metodológica demonstra ser cada dia mais importante, em busca da descolonização dos pensamentos, contribuindo epistemologicamente, subvertendo a lógica de quem pode expressar e enunciar-se no mundo.

Tendo em vista a multiplicidade e a influência dos atravessamentos, o questionário utilizado por nós, neste trabalho, buscou explorar diferentes perspectivas para exploração e ampliação das nuances das pessoas entrevistadas. O título do questionário foi “Educação e construções identitárias de pessoas com deficiência LGBTI+”, isso porque inicialmente a perspectiva seria de colher informações e expressões de pessoas que se entendessem como da comunidade LGBTI+, porém, como obtive um número satisfatório de participantes trans, mudei o recorte para a análise principal de apenas esse público, bem como o enfoque do desenvolvimento da pesquisa.

O questionário foi dividido em quatro partes, a primeira com informações gerais, a segunda com informações gerais de múltipla escolha, a terceira com perguntas dissertativas e a quarta com informações finais. Todas as perguntas foram de respostas obrigatórias para prosseguir com o envio das mesmas, menos um campo de comentários e sugestões sobre a pesquisa antes de sua finalização. O questionário iniciou com uma apresentação informal sobre mim, e sobre a pesquisa. Escolhi essa abordagem para que houvesse uma melhor comunicação com o público da pesquisa. Em seguida trouxe o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE I), seguido da opção de resposta “aceito”, concordando com o termo, cuja resposta foi obrigatória, para continuar respondendo às perguntas.

Ainda na primeira parte, três perguntas de resposta única “sim”, a fim de que continuassem a responder apenas as pessoas delimitadas para a pesquisa, as com mais de 18 anos, LGBTI+, com deficiência e que tenham morado a maior parte de sua vida dos 0 aos 18 anos, no Brasil.

Inicialmente, o item sobre a pessoa ser uma pessoa com deficiência, vinha acompanhado de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146/15 (BRASIL, 2015), porém uma das primeiras pessoas que enviei a pesquisa me alertou sobre algumas deficiências que não são ainda consideradas legalmente no Brasil, como a gagueira, mas que, por exemplo, nos Estados Unidos da América (EUA) é considerada deficiência semelhante ao Transtorno do Espectro Autista (TEA)³⁰, e que devido às diversas barreiras enfrentadas, essas e outras pessoas poderiam considerar-se PcDs. Portanto alterei para a autodeclaração.

Por termos uma variedade de perspectivas, além da autodeclaração, inseri os termos legais, a fim de obter uma maior variedade de respostas. Citei a Lei que considera pessoas surdas legalmente como PcDs e garantem seus direitos, a Lei 5.296/04 (BRASIL, 2004). Especifiquei outras menos conhecidas, como a Lei referente ao TEA, que é um modo diferente de processamento neural, Lei 12.764/12 (BRASIL, 2012), e a Síndrome de Down, Lei 13.146/15 (BRASIL, 2015) que é uma das variações cromossômicas possíveis. Incluí também a lei referente à visão mononuclear Lei 14.126/21 (BRASIL, 2021) como deficiência, já que é uma lei mais recente, a fim de ampliar o conhecimento dessa como deficiência.

A última pergunta dessa etapa foi para que a pessoa inserisse um apelido ou pseudônimo. Caso eu mesmo colocasse um nome, ou um número para referir-me a eles, eu estaria corroborando com o contexto de invisibilização social que pessoas LGBTI+ passam.

A segunda parte do formulário trouxe 18 perguntas de resposta curta e de múltipla escolha – de resposta obrigatória para seguir com o envio das respostas – para obter informações que me ajudassem a entender o contexto sociocultural da pessoa entrevistada.

Na terceira parte, foram 8 perguntas de resposta dissertativa. A primeira foi para que a transdefeixa pudesse escrever um pouco sobre questões de gênero e

30 Caracterizado por padrões de comportamentos e déficits nas interações sociais (Thycia Maria Cerqueira de FARIAS; Ana Paula dos SANTOS; Alessandra Nascimento PONTES; Noemi Mello Loureiro LIMA; Evanisa Helena Maio de BRUM; Decio BRUNONI, 2022).

sexualidade no período escolar e a segunda sobre possíveis participações em grupos ou coletivos de ativismo ou militância presencial ou *on-line*.

As 5 perguntas seguintes tiveram a mesma estrutura, porém alterando palavras-chave sobre o ambiente da percepção questionada. Questionei como as experiências, nesses diferentes ambientes de transdefiças, influenciaram nas construções pessoais delas. Esses ambientes foram: familiar, religioso, escolar, redes sociais *on-line* e em trocas sociais *off-line*, como na rua ou vizinhança. Já a última pergunta da terceira etapa foi questionando quais pessoas inspiram – em um aspecto amplo – é transdefiça.

A quarta e última etapa foi com espaço para comentários e informações finais sobre a pesquisa e apontamento de interesse em deixar contato para receber os resultados. Também tive o cuidado de deixar um campo para a transdefiça deixar seu contato caso quisesse que fosse divulgado nessa pesquisa. Isso porque em um contexto de silenciamento e invisibilidade, constantemente procuram-se pessoas trans e/ou deficiça para responder questionários e participar de diferentes situações, porém frequentemente sem dar nomes ou créditos.

Ao analisar as respostas, mantive os apelidos escolhidos, mas ao final indiquei o contato das oito pessoas que pediram que fosse feito, sem uma preocupação com o anonimato, ou uma não identificação, pois no contexto dessa pesquisa, para a transdefiça que queira ter sua voz ampliada no contexto acadêmico, ela terá.

3.2. Quem atravessa!³¹











Quem atravessou nossos caminhos nessa pesquisa? Foram 80 as pessoas que enviei mensagem privada no *Instagram*, obtive 16 respostas, inicialmente a ideia da pesquisa era a participação de pessoas LGBTI+. Ao realizar o recorte para pessoas trans, ficamos com 6 respostas. Entre essas, percebi não haver nenhuma resposta de mulher trans ou travesti, diante disso, refiz o convite de responder à pesquisa a 5 mulheres trans ou travestis com deficiência, reiterando a importância de suas participações. Após isso obtive 2 novas respostas, totalizando 16 respostas no total e 9 de pessoas trans. Uma dessas possui gagueira, uma variação na fala que

31 Referência à música “Aquário” dos artistas Luz Ribeiro, Jupi77er e Sara Donato (2019).

não é considerada deficiência no Brasil, portanto, conforme instruções da banca no exame de qualificação, suas respostas não foram analisadas.

A última pergunta apresentada as participantes, foi questionando se a pessoa gostaria de deixar seu nome e/ou contato para ser divulgado na pesquisa. Das 16 pessoas LGBTI+ que responderam, 5 não quiseram divulgar o contato, as demais coloquei abaixo em ordem alfabética. Todas as pessoas que deixaram contato, foi o nome do *Instagram*, deixo junto a descrição pública do perfil de cada uma para aguçar o interesse para futuros acessos, já que são muito mais que somente siglas, como PcDs e LGBTI+. Para acessar, basta digitar no navegador do computador: <www.instagram.com/> seguido do nome de busca da primeira coluna abaixo, ou digitar essa coluna no campo de busca dentro da plataforma do *Instagram*. Essas descrições são de acesso em 28 de setembro de 2022.

QUADRO 2 – Contatos de Pessoas com deficiência LGBTI+

Endereço eletrônico na Plataforma <i>Instagram</i>	Descrição disponível na <i>Bio</i> , quando tive acesso aos perfis para a pesquisa
@debih_	<p>Debora Leone  parthe'nia. locheia. pho'sphorus.  diadema, sp    23 oraculista e sacerdotisa. para contato: @relicariodeartemis</p>
@Dorinhaan	<p>Isadora Maria  Criador(a) de conteúdo digital  21y  letras - uem  atriz, escritora de fanfic e poeta  @dixodorinha</p>
@Gagofonia	<p>Gustavo S. Fernandes [ela/ele] Comunidade</p>

	<p>🌈 "a gagueira é um ato transgênero" não-binária 🏴‍☠️ deficiência a partir de uma perspectiva aleijada- cuir, anarcafeminista y anticolonial</p> <p>🔗 siga: linktr.ee/gagofonia</p>
@Leonzurke	<p>LEON 🐼 🎨 Artista • Artista • Cientista • Autista • NB • Pan • Filho um guerreiro de uma flecha só 🏹 ▪São José dos Campos - SP 📍 ▪Ouça meu trabalho 🎵 🔗 linktr.ee/leonzurke</p>
@ludubrazil	<p>Lu Du Brazil 👑 🐼 🤍 TerapiaOcupacional-IFRJ-Realengo 🌳 @retodh 🕸 NãoBinária 🧡 Pan 🧡 🟡 💙 "Eu já fui uma pessoa, Hoje sou uma força da natureza" 💙 www.youtube.com/channel/UCXNu7k4jxEg_z_eVhL-y1lg</p>
@Nanalecio	<p>Taynan Alécio 🗣️ 🧑🦻 Surdo 📖 Mestrando em Educação - UEM 📖 Pesquisador 🧠 Neuropsicopedagogo e Psicopedagogo 🎓 Graduando em Letras Libras #ASL - #LIBRAS.</p>
@Phillipambundu	<p>Phillipa Mbundu Aspirante à roteirista 📄 Aspirante à produtora de cinema 🎬 Instrutora de língua de sinais 🗣️ Mulher em transição 🏳️🌈 ZO- Rio de Janeiro- Rj</p>
@pi.etapoeta	<p>Pi Eta Poeta Artista</p>

	NEGRO, músico, escritor, poeta marginal, campeão mundial de poesia falada, trans, professor, PaiDrinho, artista plástico e ator. Tá bom ou quer +açúcar? youtu.be/vQJfaxmtzL0
@Polianagabr	Poliana Gabriela Santim Email: poliana.santim@universo.univates.br www.universofantasticodepolianagabriela.blogspot.com
@thenoah00	Noah Santos ◆ 🌈 🏳️‍🌈 🏳️‍🌈 ♡Pcd Girl you're made for me... 🦋 🏳️‍🌈 ❤️ 、 √ #63999
@toranja.mecanica	Giovanna Massera Criador(a) de conteúdo digital Modelo, Fotógrafa e Influencer que não cabe em padrões •Negritude •PCD 🏳️‍🌈 •Lupus •Pan/Demi 🌈 ◆ Parceria via direct/email linktr.ee/toranja.mecanica

FONTE: ê Pesquisadore, 2022.

Uma pergunta que eu deveria ter feito no questionário, junto com o apelido da pessoa é qual pronome prefere que seja usado para referir-se a ela. Como a análise individual foi realizada somente com es transdefiça, descobri os pronomes de uma forma diferente. Quando não se consegue ou no meu caso, esquece-se de perguntar o pronome, uma forma para descobrir é observar como a pessoa faz para referir-se a ela mesma. Foi isso que fiz a partir da observação das respostas discursivas. Apenas uma pessoa não utilizou marcação de gênero em sua escrita, porém, como havia deixado seu contato do *Instagram*, colhi de lá a informação. Ficamos então com o Quadro 3, com apelido de cada respondente e o pronome que utiliza para escrever sobre si.

QUADRO 3 – Apelidos e pronomes utilizados

Apelido	Pronome utilizado
Azul	Ela
Dorinha	Ela
Joca	Ele
Leon	Ele
Nilo	Ele
Noah	Ele
Phi	Ela
Poliana	Ela

FONTE: ê Pesquisadore, 2022.

Um ponto interessante que ressalta a falha de não haver nenhuma pergunta sobre pronome no questionário, é que nenhuma das pessoas participantes utiliza ou utilizou em sua escrita no formulário da linguagem neutra. O que me faz refletir sobre o porquê. Será que é pela insegurança em utilizar uma neolinguagem? Será que não veem propósito para utilizarem pessoalmente? Será que como eu, utilizam a linguagem neutra em espaços restritos pela marginalização e desdenha que existe em torno desta linguagem? Essas respostas não teremos nessa pesquisa, ficam as discussões já colocadas anteriormente para refletirmos sobre e lembrarmo-nos de, nas próximas vezes, sempre questionarmos sobre com qual pronome cada pessoa sente-se mais confortável em ser referida.

3.3. Escrita bruta em primeira pessoa³²

Abaixo algumas informações des oito transdefiças ressaltades nessa pesquisa, e algumas de suas escritas no questionário proposto. Suas escritas estão sem correção, de forma bruta, no sentido da forma e conteúdo, escritas em primeira pessoa, assim como todo esse trabalho, de forma pessoal e considerando as afetações reveladas.

Devido às limitações de tempo e espaço para conclusão desta dissertação, escolhemos apresentar apenas alguns aspectos da Parte 02 do questionário

32 Referência à música “Aquário” des artistas Luz Ribeiro, Jupi77er e Sara Donato (2019).

(APÊNDICE II) para realização de um breve perfil das participantes, sem análise profunda. Da Parte 03, apresentamos a seguir as perguntas 01, 02, 05 e 06. As respostas, em ordem alfabética, são de: Azul, Dorinha, Joca, Nilo, Noah, Leon, Phi, Poliana.

I. Azul

Azul é preta, não-binária e pansexual, tem 23 anos e vive com menos de um salário-mínimo decorrente de um trabalho formal, tem deficiência física, pé torto congênito (PTC)³³. Nasceu em uma cidade pequena do Rio de Janeiro e hoje mora na capital. Mora com a namorada e possui ensino superior incompleto, estudou em escola e sala de aula regular, não segue nenhuma religião, se considera agnóstica.

Ao ser questionada se gênero e sexualidade foram questões refletidas e evidenciadas para ela durante seu período escolar, respondeu: "Foram, por eu nunca performar a normatividade hetero eu sempre fui vítima de *bullying* e como eu tinha deficiência as pessoas costumavam me imitar andando e falando pra que as pessoas à volta rissem dos meus trejeitos femininos, do meu jeito de falar e andar."

Em relação à pergunta de como Azul percebe que as suas experiências escolares influenciaram nas suas construções pessoais, ela respondeu: "Eu sempre fui muito incentivada a estudar pela minha família e pelos professores, a partir dos meus anos de escola eu percebi que eu gostava de entender o mundo nas mais diversas formas, porém como eu não tinha amigos na época por conta de preconceito eu acabava passando muito tempo estudando sozinha e lendo livros, de forma que hoje eu tenho uma sensação constante de que eu não pertencço aos espaços e que a maioria das pessoas só fala comigo quando é por algum objetivo, o diálogo comigo não é algo que entretém".

Conforme o relato da participante, a escola foi um espaço de violência para ela, um local em que se sente deslocada e que reconhece como importante para a aprendizagem, mas que para ela essa educação tornou-se solitária e deslocada do social.

³³ Pé Torto Congênito também chamado de *talipes equinovarus*. Essa deficiência tem origem na formação do bebê, antes de seu nascimento, fazendo com que os pés e tornozelos sejam torcidos ou em outra posição.

Como tornar a escola e conseqüentemente a sociedade menos violenta? Um caminho segundo estudos de Claudemar Pedroso Lopes, Suelen Soares Barcelo de Miranda e Eliane Rose Maio (2023), seriam os espaços de movimentos sociais e coletivos, espaços em que pessoas que lutam em torno de uma pauta podem discutir e pleitear políticas públicas e movimentações em torno de reivindicações de grupos minoritários de direitos.

Sobre o questionamento: "Você participa ou já participou de algum grupo ou coletivo de MILITÂNCIA ou ATIVISMO, presencial ou *on-line*? Se sim, relate brevemente sobre seu tema principal e como você percebe que essas experiências influenciaram nas suas construções pessoais?". Azul responde: "Participo do levante popular da juventude numa tentativa de conseguir me conectar com os debates nacionais e regionais dos mais diversos temas e poder usar minhas experiências de vida pra ajudar a aprender dentro dessa rede. Obviamente eu sempre direciono mais energias para as pautas trans por considerar no momento que essa é minha luta prioritária para garantia de acesso e participação das pessoas trans nos espaços deliberativos e de fala. E minha experiência molda minha realidade de forma que eu comecei a participar de muitos espaços pra reivindicar que o estado e as instituições estejam mais preparadas para receber a diversidade."

Segundo Patricia Hill Collins e Bilge Sirma (2021), que falam do feminismo 2.0 que seria aquele ativado pelas redes sociais, questionamos: "6) Como você percebe que as suas experiências NAS REDES SOCIAIS *ON-LINE* influenciaram nas suas construções pessoais?" e Azul responde: "Eu tive crises fortíssimas de ansiedade por conta das redes sociais, acredito que querendo ou não eu me comparava constantemente com as pessoas que eu seguia, e percebi que não tinha quase nenhuma diversidade nas pessoas que apareciam no meu perfil e eu não teria nunca como alcançar o padrão das pessoas brancas sem deficiência, eu me sentia com autoestima baixíssima e completamente insegura com meu corpo, hoje em dia eu acabei seguindo pessoas mais diversas então isso me deu um pouco mais de identificação de forma que o ambiente virtual se tornou muito mais confortável".

Se na escola tiver mais pessoas trans e com deficiência, mais pessoas diversas assim como nas redes sociais, será que assim esse seria um ambiente também mais confortável para Azul? E aí, pensando em estudantes, docentes e

outras pessoas que trabalham e estão inseridas na escola, adultos, que assim como as vitrines nas redes sociais, podem ser vitrines diversas em que para Azul, poderia ver-se "cabendo" nas roupas que tais modelos usariam na escola, em uma metáfora?

II. Dorinha

Dorinha é branca, não-binária de gênero fluido, pansexual e surda congênita, sabendo desde o 1º ano de idade de sua deficiência. Tem 21 anos e vive com renda entre 1 e 2 salários-mínimos que recebe do auxílio de familiares e/ou pessoas conhecidas. É paranaense, vive com um ou mais animais de estimação, Mãe, Avô e/ou avó, e demais familiares. Possui Ensino Superior incompleto e é agnóstica. Estudou em sala de aula regular em escola regular e em Escola bilíngue (Libras/Português) no horário escolar e contraturno.

Para responder às perguntas a participante não solicitou responder em vídeo em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para ser transcrito, respondeu digitando em Língua Portuguesa, sendo necessário ao ler suas respostas considerar a estrutura e concordância desta Língua usada por pessoas surdas (Nerli Nonato Ribeiro MORI, 2008). Sobre questões de gênero e sexualidade no período escolar, respondeu: "Eu nunca soube dessas coisas quando estudava. Eu tive as informações só depois de ter 18 anos".

Mediante o relato de Dorinha, o qual apresento em tom de denúncia, pontuo com base em Fernanda de Moraes da Silva (2022), que a organização curricular das escolas brasileiras, segue um modelo de educação amparado em valores civilizatórios ocidentais cisheteronormativos e hegemônicos, em que se tem uma

[...] perspectiva cisnormativa hegemônica, negando a diversidade sexual e de gênero existentes na sociedade brasileira. Isto é, repete-se, assim, uma ideologia de recusa e de inferiorização das transexualidades e das travestilidades, porque estão presentes no cotidiano nesses cultos. Nota-se que essa prática é intensificada é quando associada a outros marcadores sociais, que tais como, classe, raça e etnias (SILVA, 2022, p. 79).

Devido a uma organização hegemônica heterocisnormativa, colonialista, eurocêntrica, racista e excludente, as temáticas de gênero e sexualidade tem sido historicamente excluídas dos currículos formais de educação. Esta exclusão e

apagamento, tem ocorrido fortemente sobretudo após a posse da extrema direita conservadora. Neste ponto, posso apresentar Projetos de Lei e normativas criadas para a invalidação de direitos das existências plurais:

A respeito do Estado de São Paulo, ações como a do Governador João Doria (SP), de confiscar apostilas direcionadas à Rede Estadual apenas pelo fato de que discutem sobre identidade de gênero, traduzem o que nomearemos aqui de **institucionalização da transfobia como uma agenda de governo** (Erica MALUNGUINHO; Maria Clara Araújo dos PASSOS, 2022, p. 97 *grifos das autoras*).

Diante dos expostos, reforço a necessidade de repensarmos as Políticas Públicas em Educação, assim como a reorganização curricular das instituições formais de ensino, pois, o apagamento das pautas gênero e sexualidade, sobretudo no tangível as identidades, manterá distante de alunes as informações que almejam sobre suas próprias construções sociais. Acredito que a abordagem desses conteúdos quebrará barreiras, principalmente estereótipos e estigmas historicamente mantidos.

Para além dos atos do Governador João Doria (SP) anteriormente citado, a luta pelo apagamento da população trans tem ocorrido massivamente pela extrema direita conservadora, a qual rejeita que mulheres trans e travestis sejam mulheres, como visto com a “[...] retirada das mulheres transexuais do Dossiê proposto pela Deputada Isa Penna para sistematizar os dados de feminicídio do Estado” (MALUNGUINHO; PASSOS, 2022, p. 97). Apagar as mulheres trans e travestis do Dossiê em questão, é uma forma de extermínio dessa população, não as respaldando junto as leis. Ademais, destaco que se trata de um modo de proteger parceiros criminosos que matarem as companheiras trans e travestis.

Sobre as influências do período escolar em suas construções sociais: "Não sei responder, mas acho que é pelo grupo de amizade que ajuda a ter essa informação." Dorinha não participa de grupos de militância ou ativismo, e sobre as redes sociais "Quando os meus seguidores dizem que as minhas publicações ajudam muito. "

Assim a participante transdefiça Dorinha, que teve uma carência de debates e informações sobre possibilidades de existências relacionadas a gênero e sexualidade, hoje entende as redes sociais como um espaço em que ela pode ajudar

outras pessoas a ter acesso por meio de suas publicações. Pontuo que apesar de Dorinha não ter tido conhecimento de pessoas transdefeças como protagonistas em sua infância e início de adolescência, é um motivador para que possamos enfrentar estes epistemicídios sobrepostos contra a população trans e defeça. Logo, nossa escrita enquanto luta política, visa dar o protagonismo que lhes é de direito. Todavia, o conservadorismo reacionário se mantém ativo para tentar nos impedir, como revela o Projetos de Lei 346/2019:

que deseja banir travestis e transexuais dos jogos esportivos de alto rendimento no Estado correndo o risco de clubes e times serem multados, não só são aprovados em Comissões, como também entram em regime de urgência para votação e aprovação (MALUNGUINHO; PASSOS, 2022, p. 98).

III. Joca

Joca é branco, tem 39 anos, surdo congênito, é homem trans intersexo, sua renda é entre 3 e 5 salários-mínimos, que recebe de familiares e/ou pessoas conhecidas e de trabalhos esporádicos. Nasceu em São Paulo e mora no Rio de Janeiro com a namorada, possui mestrado e estudou em escola regular. Nesse ponto, ressalto que o ensino superior ainda é de difícil acesso para as pessoas trans, e de acordo com os dados, apenas 0,03% desse grupo compõe o público de estudantes das Universidades Federais (Maria Clara Araújo dos PASSOS, 2022).

Conta que na escola gênero e sexualidade "sempre foi uma questão evidente avaliando hoje", e que na escola "moldaram visões errôneas sobre mim mesmo". Nesse relato percebemos as feridas que a escola deixou, que ensina que existem apenas duas possibilidades de existência, a de um homem com as características masculinas, pênis, XY, espermatozoides, quadril estreito, peitoral reto, rosto quadrangular, gogó no pescoço, voz grave e mulher de cintura mais estreita que o resto do corpo, ombros menores que o quadril, genes XX, útero, menstruação, voz fina, traço delicados... o que apagam as existências intersexo desde o nascimento (CASSIANO, 2022).

A explanação de Joca traz à tona que as existências que não contemplam a heterocisnormatividade compulsória, tendem a ser rejeitadas no contexto escolar. As

normas hegemônicas de gênero e sexualidade – heterocisnormas - visam apagar as identidades e deslegitimar as corporalidades das pessoas que fogem do padrão imposto (PASSOS, 2022).

Reitero que o passado colonialista europeu e cristão de nosso país, reforça as inúmeras tentativas de apagamento da população trans, manifestando discursos de ódio e culpabilização que levam as pessoas a se odiarem e não aceitarem seus corpos. Esse apagamento do corpo trans origina-se com o cristianismo, com a perseguição da igreja católica, pois essas corporalidades estiveram atreladas ao mitológico e ao sagrado em culturas antigas, como encontrado em pinturas do Mediterrâneo no período Neolítico e na Idade do Bronze; além da divindade Ardhanarishvara retratada na Índia e Hapi no Egito (Megg Rayara Gomes de OLIVEIRA, 2022).

Sobre participar de movimentos de militância e ativismo responde: "sim, intersexo. David Reimer, Cheryl chase suas histórias e o desejo de lutar por uma infância livre para ser como se é" e sobre as redes sociais "me ensinam a ser mais cauteloso".

IV. Leon

Leon é branco, gênero fluido e umbandista, tem 22 anos. É autista e recebeu diagnóstico aos 16 anos. Sua renda é de 1 a 2 salários-mínimos, que recebe por meio de salário de um trabalho formal e auxílio financeiro governamental. É de São Paulo e mora com a mãe, possui Ensino Superior incompleto, estudou em escola e sala de aula regular. Sobre questões de gênero e sexualidade na escola, diz que a escola "Foi um ambiente onde tive muitas descobertas com os colegas, mas não era algo abordado nas aulas ou por parte da escola".

Visto que o currículo parte do olhar dominante de homens brancos, heterossexuais, cisgêneros, ocidentais e que performam a ideia de masculinidade da lógica heterocisnormativa, preservando lógicas curriculares colonialistas (PASSOS, 2022), o relato de Leon expõe o silenciamento escolar quando as necessidades estudantis. A escola enquanto território de saber, deveria abordar conceitos sobre

gênero e sexualidade, viabilizando assim o conhecimento científico e não mitos, tabus e falácias de senso comum.

A tradição de hierarquização e verticalização de saberes, em que os conhecimentos universalizantes do colonizador europeu são narrativas únicas, tem estendido o epistemicídio e a valorização de culturas hegemônicas sobre as outras (Megg Rayara Gomes de OLIVEIRA; Jaqueline Gomes de JESUS; Letícia Carolina NASCIMENTO, 2022). Nesse contexto de padrões heterocisnormativos, a escola assim como demais setores da sociedade, nos são disciplinadores (Carla Cristina GARCIA, 2022).

Sobre as influências da escola em suas construções pessoais revela: "Me ensinaram a lidar com o preconceito e provocações e buscar ser uma pessoa que luta contra isso". Aqui temos um relato sobre a escola que nos trouxe aspectos bons, de resistência e enfrentamento frente a possíveis violências, não situando nesta fala a escola unicamente como um espaço de violência.

Todavia, reflito que a necessidade de enfrentar e resistir mediante a opressões e violências, exibem que estas ainda existem. Neste panorama, entendo que o transfeminismo tem atuado contra a exclusão de pessoas trans dos espaços de educação formal – invisibilizar essa população é uma forma de exclusão que gera a evasão escolar – caracterizada como Transfobia na escola (PASSOS, 2022). A exclusão desse público do espaço escolar, gera a marginalização e a negação de sua cidadania, destituindo seus direitos previstos em Lei (PASSOS, 2022).

Logo, acredito que nossa luta seja para que estas não mais existam, para que crianças, adolescentes, jovens e adultos possam vivenciar sua sexualidade e identidade de gênero de forma livre, dentro e fora de espaços formais. Estou defendendo a urgência de todas, todos e todes poderem ser quem são, livres do medo e da reprovação. Com base na luta transfeminista (PASSOS, 2022), reforço que a nossa luta busca acessar lugares de visibilidade e legitimidade.

Sobre a participação em coletivos de militância e ativismo alega: "Participei de um coletivo de militância na minha cidade, filiado ao PSOL, que tem como base a luta antifascista e contra preconceitos no geral". E sobre redes sociais "Me influenciam diariamente ao pensar sobre meus atos diários e como isso afeta o mundo e a mim".

Destaco que o transfeminismo como movimento, luta pela visibilidade teórica e política de travestis e de mulheres e homens trans, evidenciando saberes e vivências de um público colocado à margem e que não teve a possibilidade de usar os mesmos espaços públicos que outros grupos para exporem suas vozes e reivindicações (PASSOS, 2022).

V. Nilo

Nilo, preto, homem trans, pansexual, com 27 anos, vive com até um salário-mínimo que recebe fixo, mensalmente, de contratos e trabalhos informais. Tem diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista e possui surdez parcial (unilateral).

"Nasci sendo surdo do lado esquerdo, e fui diagnosticado com TEA aos 19 anos". É de Minas Gerais, vive em favela com um ou mais animais de estimação, Filhe e/ou filhas e Familiare. Sem religião. Completou o Ensino Médio tendo estudado em escola e sala de aula regular tendo já recebido atendimento de professor auxiliar e/ou de apoio em sala de aula. Sobre questões de gênero e sexualidade: "Tive um certo atraso pra chegar a conclusões sobre gênero e sexualidade no período escolar porque tudo foi muito ofuscado pelas dificuldades de aprendizado e socialização. E enquanto PcD, com estereótipos visíveis, tive esse processo de autodescoberta prejudicado pelo capacitismo que me infantilizava. Não foi na escola que essas descobertas se deram".

Relato que corrobora para nossa hipótese de infantilização de PcDs, que são vistas como assexuais, pois, como é observado com o trabalho de Elaine da Silva Nantes e Geiva Carolina Calsa (2017), pessoas com deficiências não possuem a sua sexualidade considerada pela sociedade, havendo assim apagamento, críticas e deslegitimação.

Sobre as influências recebidas da escola, denunciou: "A escola é um ambiente que ainda me dá medo, meus maiores traumas se deram lá. Passei por diversas escolas, com muita dificuldade, sofri muito *bullying*, fui bastante agredido de formas extremas (fraturas, lesões sérias etc.) e toda a minha socialização escolar foi um desastre".

Enquanto criança trans preta, que inúmeras violências teriam sido acometidas contra Nilo no espaço escolar? A corponormatividade é violenta em todos os sentidos e âmbitos sociais, e como adendo, pontuo que ao ocorrer no espaço escolar como forma de silenciamento e invisibilização de pautas, é uma violência sistêmica (Bruno Latini PFEIL; Cello Latini PFEIL, 2023). Nesse panorama, aponto que essas violências corponormativas sistêmicas, validam tantas outras que são realizadas pelo público que acessa o espaço.

Violências sistêmicas são ligadas a ideia de normatividade - e são elas: heteronormatividade, branquitude, corponormatividade e cisnormatividade - e propagam sexismo, transfobia, racismo e capacitismo (PFEIL; PFEIL, 2023). A fala dolorida de Nilo, revela o quão dolorido é o percurso escolar para inúmeras crianças e adolescentes que não pertencem a norma heterocisgênera. Aqui, pontuo que *bullying* é uma violência e transfobia é outra. Devemos identificar as violências e opressões a fim de denunciá-las e não as romantizar.

Defendo que o papel da educação deve ser desconstruir preconceitos enraizados e fomentar o pensamento crítico (PASSOS, 2022). Ademais, é nesse território que se aprende sobre os direitos e deveres, Leis, cidadania etc. Dessa forma, é na escola que se tem o primeiro contato com essas informações, entendendo-se como ser de direitos (PASSOS, 2022). Com isso, posso destacar que as vivências de Nilo compartilhadas ao longo dessa pesquisa, não consideram a escola como espaço plural e democrático, visto que para ele, não houve marcas positivas assim em suas lembranças.

Sobre ativismo e militância: "Sou atualmente militante pelo movimento negro, pela causa indígena e antimanicomial através da arte enquanto artista e da educação como educador. Não sou mais membro de nenhum coletivo, mas já atuei em vários". Sobre redes sociais: "Trabalho através das redes e encontro nelas um bom veículo de difusão da minha arte, no mais, tento limitar minha exposição por saúde, não tenho redes pessoais, apenas a trabalho". Vê as redes sociais como potencial, mas também como algo que não o faz bem, tanto que não tem perfil pessoal.

VI. Noah

Noah é preto, agênero e pansexual, tem 23 anos. Com 17 anos sofreu um acidente e tornou-se paraplégico, não concluiu o Ensino Médio. portanto não esteve na escola enquanto PcD, apesar disso, escolhemos manter suas falas pois entendemos que suas respostas contribuirão para a pesquisa. Noah vive com um salário-mínimo que recebe de auxílio financeiro governamental, vive em favela na Bahia, como avô e/ou avó, estudou em escola rural, não possui religião.

Sobre questões de gênero e sexualidade conta: "Apesar de vivenciar alguns casos de homofobia eu nunca deixei nenhuma injustiça passar em vão, sempre dava um jeito de intervir até perceber que eu fazia parte daquele grupo".

Sobre a escola: "Só contribuíram para meus traumas atuais serem mais ferrados e eu ter vergonha de mim mesmo". A fala de Noah traz à tona feridas semelhantes as expostas por Nilo anteriormente. Pela ótica do Transfeminismo, podemos visualizar as violências sistêmicas que condicionaram as questões gênero e sexo, assim como as existências não normativas historicamente (JESUS, 2015). A partir disso, criticamos a prática social heterocisnormativa que legitimou e legitima a opressão de corpos que não se adequam a norma binária – as mesmas que definem que o homem necessita ter pênis e a mulher vagina (JESUS, 2015).

Sobre militância conta: "Já participei de grupo racial, falávamos várias pautas, mas a predominante era a racial". Sobre as redes sociais: "Aprendi muitas coisas boas, tipo, ter noção racial e social também, mas também me fez perceber de como as pessoas são tóxicas".

Noah, ao fim do questionário no espaço livre para sugestões conta que necessitou de ajuda para preencher o questionário "só achei um pouco difícil de entender algumas por conta do meu TDAH, mas pedi ajuda". Ao montar o questionário busquei atentar-me a compreensão e ao detalhamento, considerando a análise de um amigo autista que fez um pré-teste do formulário, detalhando algumas perguntas, porém esse detalhamento pode as ter deixado mais confusas e menos objetivas, o que dificultou o entendimento no caso de Noah e talvez de outras pessoas que desistiram de responder por terem achado muito complicado, cansativo e não quererem ou não terem a quem pedir ajuda, ressalto aqui essa limitação da pesquisa, que talvez se fosse uma entrevista aberta com questões estruturadas, poderia facilitar

em uma conversa, porém também poderia ter pessoas que não gostariam de participar por ter que conversar e pelo desgaste diferente do escrever. Limitações existentes, e agora conscientes, das escolhas feitas.

VII. Phi

Phi é mulher trans preta, tem 19 anos, é autista com diagnóstico desde os 7 anos. Sua renda é entre 3 e 5 salários-mínimos, que recebe de auxílio de familiares e/ou pessoas conhecidas e de trabalhos esporádicos. Vive na periferia do Rio de Janeiro com mãe, avô e avó. Possui Ensino Superior incompleto, estudou em sala de aula e escola regular. Sua religião é protestante não praticante. Respondeu: "Gênero e sexualidade só se tornaram algo muito relevante pra mim no final do meu ensino médio." Sobre as influências da escola respondeu com apenas uma palavra "Inseguranças".

Phi respondeu sobre suas experiências na escola com poucas palavras, porém que diz muito, insegurança é um sentimento que para mim causa angústia, e que no período escolar em que estive em formação foi negativo, eu não tinha segurança sobre meu corpo e sobre minhas capacidades, por causa dos padrões corponormativos que me eram impostos (GAVÉRIO, 2017).

Sobre ter participado de coletivos de ativismo e militância: "Sim, participo do Mne-Rj, Quilombo PcD e Fonatrans-Rj. Esses coletivos foram muito importantes pois a relação com eles me fez evoluir muito como pessoas e abriu oportunidades na minha vida. Me fizeram amadurecer." Percebemos que esse amadurecimento que poderia ter acontecido na escola, a formação cidadã, ocorreu só quando ela teve contato e participação com coletivos sociais.

A participação de Phi em movimentos sociais possibilitou a ela novos olhares e vivências enquanto mulher trans preta, pois, com a participação em grupos sociais é possível se autorreconhecer enquanto ser sociopolítico (PASSOS, 2022). Ademais, a organização dos grupos sociais ocorre frente as desigualdades, violências e opressões que estes coletivos sofrem, necessitando assim que representantes dos mesmos se organizem e reivindiquem seus direitos (PASSOS, 2022).

Entendo com Renan Antônio da Silva e Marilda Silva (2016) que os movimentos sociais foram marginalizados historicamente pelo Cistema, passando a ter liberdade e se evidenciando nos últimos tempos. Também, os movimentos sociais foram responsáveis por atribuir notoriedade às pessoas PcDs (Denise Silva dos Santos; Naiara Gaspar de Holanda Lima, 2019). Sobre as redes sociais: "Acho que me deixaram mais alerta.". Aqui um sinal de uma percepção de perigo e até de insegurança em relação a redes sociais.

VIII. Poliana

Poliana é branca, mulher trans, lésbica, tem 34 anos, e teve aos 32 anos o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista. Sua renda é de 1 a 2 salários-mínimos que recebe de salário de um trabalho formal. É do Rio Grande do Sul e vive no Paraná com a namorada. É ateia. Possui Ensino Superior completo e estudou em sala de aula exclusiva para PcDs ou dificuldades de aprendizagem em escola regular. Sobre gênero e sexualidade terem sido questões trabalhadas na escola, respondeu: "não, pois foi década de 1990 a início de 2000". Conta que a escola a influenciou em "ter postura mais política e social, ser revoltada com o mundo". Não participou de movimento sociais e sobre as redes sociais conta que: "Houve época em que fui *hater*³⁴. Isso me prejudicou".

34 A tradução de *hater* é odiador. O termo é usado para designar pessoas que fazem discurso de ódio na *internet*.

4 BUSCAR POSSIBILIDADES DE EXISTIR SEM SÓ RESISTIR³⁵

Diante dos relatos aqui presentes e escritas científicas em diálogo, dois espaços fizeram-se presentes nessa dissertação, as redes sociais e a escola. As redes sociais com seus avanços e retrocessos enquanto espaço de encontro às pessoas participantes de nossa pesquisa e de dualidade entre espaço que gera ansiedade e satisfação. A escola, com suas normas e normatividades e espaço de diversidade e busca de brechas.

Em ambos os espaços, assim como nos demais meios sociais, há uma busca por resistência. A resistência é necessária quando tem força que empurra, esmaga, derruba. Resistir nesse sentido é fundamental para manter sua existência. Durante a escrita das próximas linhas, busquei idealizar como seria possível não precisar mais resistir, por já não haver mais tamanha violência conosco, com corpos em dissidência. Será que os mecanismos atuais de funcionamento desses espaços possuem brechas para apenas existirmos sentindo-nos mais leves, sem as forças diárias contra nós?

4.1 *Instagram*

O Brasil é o terceiro país com maior número de usuáries no *Instagram*, 46,5% da população brasileira possui Smartphone, dessas 77% utilizam o *Instagram* (Brian DEAN, 2023). Esse espaço *on-line* foi “lançado em outubro de 2010 pelo americano Kevin Systrom e o brasileiro Mike Krieger, o *Instagram* é uma rede social on-line de compartilhamento de fotos e vídeos de curta duração. Em menos de um ano de seu lançamento atingiu a marca de 10 milhões de usuários” (MARIANO, 2009, p.3). Junto com as fotos e vídeos, também é possível escrever textos como legenda, ou inserir textos em plano de fundo, transformando-os em imagem, portanto, apesar da existência de textos, o foco principal dessa rede social são as imagens estáticas ou em movimento.

As redes sociais *on-line*, em que o *Instagram* está inserido, tem elevada relevância social e pessoal, para as pessoas que o utilizam e para as marcas e empresas que usam essa plataforma para vender seus produtos e ideias. Cláudia

35 Referência à música “Aquário” des artistas Luz Ribeiro, Jupi77er e Sara Donato (2019).

Sofia Gomes Pereira (2017), ressalta que não basta estar presente nas redes, mas também alinhar sua forma de fazer sua propaganda, para atingir seus consumidores.

Essa propaganda é chamada de *influencer marketing*, que afirma que é mais efetiva a comunicação realizada por meio de “líderes de opinião”, que são chamadas de *digital influencers*. São pessoas com perfil público que produzem conteúdos que demonstram suas vivências, opiniões e necessidades. O perfil dessas *Influencers*, é seguido por milhares ou até milhões de outras pessoas – com perfil público ou privado – que em tese, compartilham dos mesmos interesses dessa líder, que “têm o poder de influenciar atitudes e comportamentos através da sua popularidade, percebida como autoridade digital” (PEREIRA, 2017, s/p). Essa popularidade é medida de forma quantitativa de acordo com o número de pessoas que seguem o perfil. Quanto mais seguidores, mais autoridade, influência e reputação (Sandra Portella. MONTARDO, 2019).

As marcas, reconhecendo essa característica, investem na conquista dessas pessoas *Influencers*, para efetivar o *marketing* boca a boca (WON), já existente e tradicional de modo *off-line* (WON), quando buscamos indicações de amigos e familiares para escolher um produto ou serviço. Ari Mel Mariano (2019), pesquisou sobre esse fenômeno e afirma que essa forma de comunicação é a mais efetiva, por ter uma característica pessoal, sendo considerado mais confiável que as recebidas pela televisão ou rádio.

As redes sociais, por ter um carácter atraente de fácil utilização, torna-se um ambiente favorável para a pesquisa de informações de serviços e produtos pelas pessoas usuárias, favorecendo então o *marketing* boca a boca *on-line* (eWON) (MARIANO, 2019).

Essas indicações podem ocorrer individualmente, em relações *on-line* pessoais – entre amigos e familiares como na *off-line*; por *influencers*, que por vezes realizam indicações de modo espontâneo, ao mostrar seu dia por exemplo; direcionado pela marca, com o envio de produtos ou serviços gratuitos para a *influencer* realizar uma possível avaliação ou indicação sem compromisso; ou por um serviço de publicidade estruturada contratado para que a influenciadora realize seu perfil.

Mariano (2019, p. 3) sintetiza que um ponto fundamental para o sucesso do eWON no *Instagram*, é a Identidade Social, que é como “as pessoas identificam-se com as outras. Elas aderem a grupos sociais que mais se identificam e mantêm relações devido ao senso de identidade semelhante que possuem”.

Para encontrar perfis de pessoas e grupos que nos identificamos, podemos realizar uma pesquisa utilizando palavras-chave, que podem levar a: “Indicações” diversas do *Instagram*, perfis que são chamados de “Contas”, “Áudio” postados com a palavra pesquisada em seu título, “Tags” que são as *hashtags* (#) que escrevemos antes de uma palavra-chave na legenda de uma publicação, para agrupar por tema com outras pessoas usuárias, “Locais” que marca a geolocalização que leva o termo pesquisado e por fim “Reels”, que é o nome dado para vídeos publicados na plataforma.

Com essas ferramentas, em especial as *Tags*, pude encontrar es transdefiças participantes aqui descrites. Mas é importante saber que, apesar da autonomia para buscar os termos e acompanharmos perfis de pessoas que aparentemente têm os mesmos interesses que nós, são os algoritmos e interesses programados para a rede social, que designam qual resultado terá maior destaque e frequência em minhas visitas à rede. Esse aspecto é chamado de sociabilidade programada,

[...] que designa a condição segundo a qual os sites de redes sociais moldam a sociabilidade por meio de algoritmos ao incentivar a participação dos usuários nesses espaços. A partir de uma perspectiva foucaultiana, os algoritmos impõem condições específicas de estar junto *online*, de modo que a atenção dos usuários é direcionada para a interação o que, por sua vez, permite que as plataformas monetizem os dados daí resultantes sob forma de publicidade personalizada, por exemplo (MONTARDO, 2019, p. 172-173).

Essas indicações são realizadas pelo detalhado conhecimento de preferências e gostos das pessoas usuárias, portanto nós afetamos o sistema, ao mesmo tempo que somos afetados por eles. As marcas sabendo disso procuram nichos de influenciadores para atingir públicos específicos, que se sentem representados pelas líderes que seguem. Assim marcas contratam pessoas que estão fora de um padrão normativo de beleza, para alcançar um público específico.

4.2 Escola

Neste momento, abordamos questões ligadas à escola, debatendo educação, organização curricular, formação e atuação docente, a fim de articular olhares sobre as vivências das pessoas transdefeças no espaço escolar. Tenho como partida, discussões que versam sobre gênero e sexualidade em educação, envolvendo o cotidiano escolar e os fatores que excluem parte do público que procura acessar este espaço.

Eliane Rose Maio (2011) defende que a escola é lugar de conhecimento, logo, para Lucimar da Luz Leite, Suelen Miranda e Eliane Maio (2022) diante das temáticas plurais, cabe à escola assumir o papel de questionadora, apresentando diálogos e conteúdos plurais e científicos. Todavia, as autoras destacam que as instituições escolares (e não somente elas) mantêm práticas que reforçam estereótipos.

Entre essas práticas, destaco as binaridades de gêneros, que caracterizam estereótipos de gêneros, até hoje empregadas na escola para a realização de atividades e classificação dos grupos, como apresentam Suelen Miranda, Eliane Maio e Roberta Stubs Parpinelli (2020) no capítulo *“Professora eu quero ser o Homem-Aranha”*: o currículo como espaço de heterotopia.

Compreendo com apoio em Suelen Miranda (2023) que os estudos sobre as temáticas plurais de gêneros e diversidades, buscam desconstruir a imposição hegemônica de hierarquização das identidades. Essas hierarquias são amparadas na norma binária e heterossexual de gênero, com o feminino e o masculino, impondo padrões de comportamentos a cada grupo, como regras únicas a serem seguidas (MIRANDA, 2023). São regras sociais rígidas, que entendo necessitar de práticas educacionais plurais, abordando gênero e sexualidade (Márcio de OLIVEIRA, 2013).

Como adendo, pontuo que a definição do que é ser mulher ou ser homem em meio à sociedade refere-se a uma constante vigilância disciplinatória sobre os corpos que não se enquadram às normas impostas – hegemônicas, heterossexuais, normativas, cisgêneras (Fabiane Freire FRANÇA, 2009; FURLAN, 2013; Lucimar da Luz LEITE, 2015; Isaías Batista de OLIVEIRA JÚNIOR, 2013; OLIVEIRA, 2013; Samilo TAKARA, 2013; MIRANDA, 2023).

Defendo que pensar em práticas educativas que envolvam a diversidade, requer a reformulação curricular das instituições de ensino. Ao atentar para a inserção das temáticas de diversidade no currículo escolar, sigo pela ótica das teorias do currículo de Tomaz Tadeu da Silva (2011), pois, entendo que para mostrar o que é o currículo, torna-se necessário compreender como ele é definido, visto que é defendido por diferentes autorias e teorias que o formularam. Logo, é possível encontrar diferentes análises e defesas sobre o currículo e sua formulação, mediante o viés que é abordado.

O currículo, além de uma questão de conhecimento, é também fator de identidade (SILVA, 2011). Desse modo, reflete a identidade da instituição pela qual e para o qual foi formulado, refletindo os ideais e as concepções teóricas. Então, a ausência de temáticas de gênero, sexualidade, identidades e diversidades nos currículos, revela a preferência Cistêmica heterocisnormativa, excluindo, invalidando e invisibilizando o que não agrada a hegemonia.

Em continuidade, pensando na perspectiva pós-estruturalista, currículo é também uma questão de poder. As teorias do currículo ao postularem o que o currículo deve ser e conter, estão envolvidas em questões de poder, pois, o ato de selecionar configura uma operação de poder (SILVA, 2011).

Para pensar em pautar nos currículos a linguagem neutra de gênero, questões sobre as violências de gênero, sexualidades etc., é pertinente entender que cada teoria do currículo define qual o conhecimento será ensinado. Como exemplo, as diferentes teorias podem recorrer a discussões sobre a cultura, a sociedade, a natureza humana, da aprendizagem ou do conhecimento. As diferentes teorias se diferenciam, inclusive, pela ênfase que dão a esses elementos (SILVA, 2011).

É válido para mim pensar que o currículo é sempre resultante de uma seleção previamente definida, pois, organizadores curriculares selecionam o que será abordado e nessa perspectiva, alguns conhecimentos e saberes serão pautados enquanto outros não. Neste panorama, ao privilegiar um conhecimento entre as múltiplas possibilidades, mantém-se uma operação de poder. Complemento que na mesma perspectiva, destacar uma identidade ou subjetividade é uma operação de poder, assim como não frisar estes debates e ideias, pois, se está usando de poder para selecionar o que entrará ou não no currículo (SILVA, 2011).

Como já mencionado, sistemicamente serão pautados os conhecimentos que integram a hegemonia. E neste ponto, as teorias do currículo são ativamente envolvidas para garantir o consenso de obter e manter a hegemonia (SILVA, 2011). As pessoas que se afastam e se diferem da heterossexualidade, são consideradas desviantes e fogem do padrão de 'normalidade' (Berenice BENTO, 2011), assim como do que espera socialmente a hegemonia.

Logo, configuram desviantes “[...] a bicha, o sapatão e o afeminado” (BENTO, 2011, p. 552). Assim, todas, todos e todes que não performam a heterocisnormatividade e as regras binárias, desviam do que é esperado pela sociedade, como gays, lésbicas, travestis, trans mulheres, trans homens, não binários, deficias etc.

Ao defender a necessidade de se repensar e reformular os currículos formais das instituições escolares, Miranda (2023) e Silva (2011) destacam a necessidade de se reestruturar as políticas públicas em educação, a fim de prezar por conteúdos, formações e atuações docentes que priorizem a cidadania e os direitos de todas, todos e todes.

Compreendo com Rodrigo Pedro Casteleira e Eliane Rose Maio (2021) que os corpos não-normativos não são anunciados em espaços hegemônicos, pois, o Sistema tende a desanunciar, invalidar, excluir e apagar corpos que não são normativos. Para esses sistemas, corpos trans são perigosos (CASTELEIRA; MAIO, 2021) e nesse contexto de periculosidade e tentativa constante de apagamento, situo os corpos transdefiças.

Penso com Casteleira e Maio (2021) que os corpos trans usam da tática de *hackeamento* para se manterem, resistirem e existirem. Com base em Casteleira e Maio (2021), o *hackeamento* para mim, é o ato de transdefiças dobrarem o sistema heterocisnormativo e ocuparem espaços públicos, os quais, a sociedade tentou retirá-los ao longo da vida.

5 CONSIDERAÇÕES - EU VIM PRA SER RUPTURA DESSA ESTRUTURA FALIDA³⁶

Escrevo propositalmente ou sem intenção – eu assim como outras tantas outras pessoas que o fazem, tentando serem o mais isentas possíveis – nós com corpos não normativos, individualmente, abalamos as estruturas e juntas rompemos com padrões, paradigmas, certezas que não eram questionadas amplamente. Somos política, nossos corpos são políticos.

No decorrer dessa pesquisa esse ponto ficou ainda mais evidente para mim, que busco cada vez mais resgatar, conhecer e fomentar saberes de corpos em dissidência. Percebemos a escola como um ambiente de expansão, mas também de muita violência, pelos relatos. A busca por possibilidades de existências que se torna possível pelas redes sociais, devem ser ampliadas para a escola.

Um sistema escolar com currículo que pretende um respeito à “diversidade”, mas que considera apenas as produções normativas, precisa ser *hackeado*. É possível por meio de docentes que educam para a diversidade, com uma multiplicidade de saberes e com o fomento ao desenvolvimento livre, para além de binários normativos.

Investigamos como transdefiças percebem a influência da escola em seus desenvolvimentos pessoais, um recorte que possui diversas possibilidades de exploração não contempladas nessa dissertação. As limitações de nossa análise estão presente ao considerarmos o *Instagram* enquanto espaço de busca das participantes, afinal quem está nesses espaços?

O perfil de pessoas não-participantes diz muito sobre este espaço. Pessoas acima de 40 anos, com deficiência intelectual e visual, com surdo-cegueira, e tantas outras, não participaram da pesquisa. Qual será a influência que essas pessoas

36 Referência à música “Aquário” dos artistas Luz Ribeiro, Jupi77er e Sara Donato (2019).

receberam no ambiente escolar? Qual é a percepção e participação dessas em outras redes sociais?

Compreendo importante essa comparação geracional e entendimento das mudanças, avanços e retrocessos presentes no ambiente analisado. Essas são questões não respondidas aqui, que podem ser exploradas em momentos futuros.

Imaginei que quando chegasse aqui, nas considerações finais dessa dissertação, sentir-me-ia mas aliviado, com a sensação de trabalho cumprido. Quando iniciei o mestrado sabia que precisaria realizar um recorte, que por meio de minha pesquisa não poderia abarcar diversos aspectos ou realizar grandes mudanças externas, mas o que sinto é angústia e ansiedade, por não considerar satisfatória a escrita até aqui.

Gostaria de ter organizado melhor as minhas ideias, de ter segmentado de forma mais organizada minha introdução pelos temas abordados, de ter aprofundado na perspectiva de Teoria *Crip*, do *ciberativismo* e movimentos sociais *on-line*. De ter realizado entrevistas abertas semiestruturadas com as pessoas participantes para ampliar e conhecer mais sobre suas experiências. De ter debatido mais sobre uma educação não binária, em que gênero não fosse determinante nas relações sociais com as crianças na escola.

Mas, o que me acalma é que essas constatações de necessidades só foram possíveis após as análises apresentadas nessa pesquisa, portanto me indicaram caminhos. Amizades minhas disseram querer assistir minha defesa e ler essa dissertação para poder aprender comigo, mal sabem elas que eu muito mais aprendi do que ensinei.

Aprendi e li muitas coisas que não consegui organizar em palavras nessas páginas, sei que poderia ter explanado sobre elas em vez de ter dito tanto sobre outras. A frase que mais disse no decorrer dessas escritas foi “Eu não consigo”. Precisei de pessoas repetindo e confiando em mim, na minha capacidade e também respeitando os momentos em que realmente eu necessitava de uma pausa.

Acredito que esse incentivo, de acreditar na capacidade das pessoas é necessário, porém com cuidado, para não cair em uma lógica meritocrática, que considera apenas os aspectos do esforço e não os biológicos, fisiopsicológicos, sociais.

Fui incentivado por pessoas queridas a concluir esse mestrado em Educação, e espero retornar para elas, pelo menos um pouco desse carinho que recebi e conhecimentos adquiridos. Também me senti sozinho, esse processo, por mais que com a presença constante de minha orientadora e monitores do PROPAE em tantos momentos. A escrita acadêmica para mim é dolorida, acredito que não só para mim, pois colegas brincam que a dor de produção de uma dissertação é semelhante à de um parto. Não tenho esse parâmetro de comparação, mas espero que essas escritas acadêmicas cresçam e rendam bons frutos.

No momento não penso em iniciar um doutorado, preciso de férias e fingir um pouco que não tenho preocupações. Mas sei que essas questões transdefiças aqui abordadas vão seguir me afetando, e terão momentos em que sentirei a necessidade de estruturar novamente uma pesquisa sobre. No momento, sigo respirando, existindo e resistindo com meu corpo político em todos os espaços que conseguir adentrar. Novamente agradeço a todos que seguem juntos de nós!

REFERÊNCIAS

- ADICHE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2022.
- ALVES, Hailey. **Introdução ao transfeminismo**. 2012. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/2012/10/01/introducao-ao-transfeminismo>>. Acesso em: 12 de junho de 2023.
- ARARUNA, Maria Léo Fontes Borges. O direito à cidade em uma perspectiva travesti: uma breve autoetnografia sobre socialização transfeminina em espaços urbanos. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 8, p. 133-153, 2017.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 19, n. 2, 2011, p. 549-559.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- BERTUCCI, Pri. **Dossiê de Linguagem Neutra e Inclusiva**. Brasil: Diversity Box, 2022.
- BIALOGUE. **Bissexual Manifesto**. 2012. Disponível em: <<https://bialogue-group.tumblr.com/post/17532147836/atm1990-bisexualmanifesto>>. Acesso em: 23 mar. 2022.9
- BICALHO, Angélica Aparecida de Oliveira. **Narciso sem Espelho**. 153f. Doutorado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2010.
- BOCKORNI, Beatriz Rodrigues Silva; GOMES, Almira Ferraz. A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105-117, 2021. Disponível em: <<https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/empresarial/article/view/8346/4111>>._Acesso em: 13/06/2023.
- BRANDÃO, Flávio. Linguagem Neutra. In: TEODORO, Ana Cristina (Moderadora), **Mesa-redonda apresentada no X Multicom** da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018**. Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9508.htm>. Acesso em: 29 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 27 ago. 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146>. Acesso em: 27 ago. 2022.

BRASIL. **Lei 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 27 ago. 2022.

BRASIL. **Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 27 ago. 2022.

BRASIL. **Lei 14.126/21, de março de 2021.** Classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual. Diário Oficial da União. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.126-de-22-de-marco-de-2021-309942029>>. Acesso em: 27 ago. 2022.

BREVILHERI, Ursula Boreal Lopes; LANZA, Fabio; SARTORELLI, May Romeiro. Neolinguagem e “linguagem neutra”: potencialidades inclusivas e/ou reações conservadoras. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 11, 2022, s/p.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.) **O corpo educado** – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 151-177.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade.** 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARVALHOSA, Maria Stockler. Alguns encontros mudam a vida da gente pra sempre. Rádio Novelo. 2023. Disponível em: <<https://radionovelo.com.br/originais/apresenta/maria-e-cafe/>>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil: Consciência em debate.** São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

CASSIANO, Ophelia. **Guia para “Linguagem Neutra” PT-BR: Porque elas existem e você precisa saber.** 2022. Disponível em: <<https://medium.com/guia-para-linguagem-neutra-pt-br/guia-para-linguagem-neutra-pt-br-f6d88311f92b>>. Acesso em: 13 de setembro de 2022.

CASTELEIRA, Rodrigo Pedro; MAIO, Eliane Rose. Apagamentos de corpos: educação, corpo-enunciado e resistência. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, 2021, p. 1-14.

CLIPSON, Niles. **Eu sou uma jovem trans e deficiente, não apenas um ou o outro**. 2022. Traduzido por Gustavo S. Fernandes. Disponível em: <<https://gagofonia.wordpress.com/2022/04/08/eu-sou-uma-jovem-trans-e-deficiente-nao- apenas-um-ou-o-outro/>>. Acesso em: 20 de julho de 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

COMITÊ DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **Contracartilha de acessibilidade**: reconfigurando o corpo e a sociedade. ABA; ANPOCS; UERJ; ANIS; CONATUS; NACI: Brasília; São Paulo; Rio de Janeiro, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. **Porque a interseccionalidade não pode esperar**. 2015. Disponível em: <<https://ceert.org.br/noticias/genero-mulher/8590/porque-a-interseccionalidade-nao-pode-esperar>> Acesso em: 25 de agosto de 2021.

DANTAS, Lucas Silva. **Dissidência, resistência e transgressão no espaço escolar**: vozes trans, negras, indígenas e de pessoas com deficiência na encruzilhada epistêmica. 172f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

D'AVILA, Renata Almeida. **“Lute como uma menina”**: as jovens nas ocupações de escolas públicas de ensino médio do DF no ano de 2016. 177f. Dissertação de Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania – Universidade de Brasília. Brasília/DF, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DAVIS, Angela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. **Portal Geledés-Instituto da Mulher Negra**. 2011. Recuperado de <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/> 2011.

DEAN, Brian. **Principais estatísticas sobre o Instagram**: quantas pessoas usam e mais! Publicado em 20 de janeiro 2023. Disponível em: <<https://pt.semrush.com/blog/estatisticas-instagram/>> Acesso em: 18 de setembro de 2023.

DOIN, Rafael Romeiro. **O corpo (des)conhecido na docência da educação infantil**: narrativas docentes. 161f. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

ERCOLES, Clara Hanke. **Sereias do asfalto e suas trajetórias educacionais**. 141f. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Educação - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

FALCHI, Cinthia Alves. **Crítica ao paradigma da diferença identitária dos corpos:** transgressão de gênero como ruptura ética. 169f. Tese (Doutorado) – Programa de pós-graduação em Educação. Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.

FARIAS, Thycia Maria Cerqueira de; SANTOS, Ana Paula dos; PONTES, Alessandra Nascimento; LIMA, Noemi Mello Loureiro; BRUM, Evanisa Helena Maio de; BRUNONI, Decio. Conhecimento, práticas e atitudes sobre o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) na educação e na saúde: uma revisão. In: SEABRA, Alessandra Gotuzo; BRUM, Evanisa Helena Maio de; CARREIRO, Luiz Renato Rodrigues; BLASCOVI-ASSIS, Silvana Maria (Orgs.). **Estudos Interdisciplinares em Saúde e Educação nos Distúrbios do Desenvolvimento**. Maceió: Editora do CESMAC, 2022, p. 47-61.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANÇA, Fabiane Freire. **A contribuição dos estudos de gênero à formação docente:** uma proposta de intervenção. 2009. 125f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná.

FURLAN, Cássia Cristina. **Crianças e professoras com a palavra:** gênero e sexualidade nas culturas infantis. 2013. 230f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná.

GARCIA, Carla Cristina. Prefácio. In: PASSOS, Maria Clara Araújo dos. **Pedagogias das travestilidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022, p. 11-20.

GAVÉRIO, Marco Antônio. **Estranha atração:** a criação de categorias científicas para explicar os desejos pela deficiência. 111f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONÇALVES, Cleberson Diego (Maddox). **A/r/tografias urgentes na arte e educação forjando territórios dissidentes**. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2018.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

INSTAGRAM. 2022. **“Não-Binaridade e Linguagem Neutra”**. *Instagram*, janeiro de 2022. <https://www.instagram.com/tv/CZLClgilLOt/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D>.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, 2010.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Transfeminismo:** teorias e práticas. São Paulo: Metanoia, 2014a.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. **Universitas humanística**, v. 78, 2014b, p. 241-257.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, Jaqueline Gomes de (Org.). **Transfeminismo: teorias e práticas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015, p. 17 – 32.

JESUS, Jaqueline Gomes de. "Uma linguagem neutra de posicionamentos firmes". In: BERTUCCI, Pri (Org.). **Dossiê de Linguagem Neutra e Inclusiva**. Brasil: Diversity Box, 2022, p. 50-60.

JOSSO, Marie-Christine. Histórias de vida e formação: suas funcionalidades em pesquisa, formação e práticas sociais. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**. Salvador, v. 05, n. 13, p. 40-54, 2020.

KAHLO, Frida. **A Coluna Partida**. 1944. Pintura, tinta a óleo sobre tela de fibras, 39,8 x 30,7 cm.

KAHLO, Frida. **Autorretrato com o retrato do doutor Farill**. 1951. Pintura, tinta a óleo sobre masonita, 41,91 cm x 50,16 cm.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. São Paulo: Orfeu Negro, 2020.

LAMBERTI, Lua de Abreu. **Pe-drag-ogia como modo de tensionar/inventar territórios educacionais heterotópicos**. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2019.

LEITE, Lucimar Da Luz. **Representações de gênero e de sexualidade nas brincadeiras infantis e na docência: discurso, consolidação, resistência e ambivalência**. 2015. 141f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

LEITE, Lucimar da Luz; MIRANDA, Suelen Soares Barcelo de; MAIO, Eliane Rose. Gênero e sexualidade: um debate necessário no espaço da escola. In: MAIO, Eliane Rose; ROSSI, Jean Pablo Guimarães; LEITE, Lucimar da Luz (Orgs.). **Gênero, sexualidade e religião: diálogos em espaços plurais**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022, p. 203-220.

LOPES, Claudemar Pedroso; MIRANDA, Suelen Soares Barcelo de; MAIO, Eliane Rose. Produção teatral no ensino médio: LGBTQIAPN+fobia sendo combatida pela arte. In: DOMINGUES, Jonathan Machado (Org.). **Desvendando Horizontes: diversidade sexual, direitos humanos e educação**. São Paulo: Akademy, 2023, p. 49-55.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria *queer*: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estanho: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer***. 3. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MAIO, Eliane Rose. **O Nome da Coisa**. Maringá-PR: Unicorpore, 2011.

MAGALHÃES, Célia Elisa Alves de. Autoetnografia em estudos de linguagem e áreas interdisciplinares. **Veredas Online**. Juiz de Fora/MG, v. 22, n. 1, 2018, p. 16-33. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/27953>>. Acesso em 25/04/2023.

MALUNGUINHO, Erica; PASSOS, Maria Clara Araújo dos. Mandata Quilombo: travestilidades negras disputando a institucionalidade política. In: OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de; NASCIMENTO, Letícia Carolina; JESUS, Jaqueline Gomes de (Orgs.). **Gritarias Epistêmicas: (r)existências de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil**. Salvador: Devires, 2022, p. 92-106.

MANOEL, Jones. A luta de classes pela memória: raça, classe e Revolução Africana. In: MANOEL, Jones; LANDI, Gabriel (Orgs.). **Revolução Africana: uma antologia do pensamento marxista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019, p. 13-59.

MARIANO, Ari Melo *et al.* Antecedentes do marketing boca a boca digital efetivo: um estudo aplicado ao *Instagram*. **VII Simpósio de Engenharia de Produção do Vale do São Francisco**. v. 13, 2019. Disponível em: <www.researchgate.net/publication/315143746_antecedentes_do_marketing_boca_a_boca_digital_efetivo_um_estudo_aplicado_ao_instagram> Acesso em: 18 de setembro de 2023.

MASSI, Giselle; SANTANA, Ana Paula de Oliveira. A desconstrução do conceito de dislexia: conflito entre verdades. **Paidéia**, v. 21, n. 50, p. 403-411, 2011.

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique; BLOCK, Pamela. Não é o corpo que nos discapacita, mas sim a sociedade: a interdisciplinaridade e o surgimento dos estudos sobre deficiência no Brasil e no mundo. In: SCHIMANSKI, Edna; CAVALCANTE, Fátima Gonçalves (Orgs.). **Pesquisa e Extensão: experiências e perspectivas interdisciplinares**. 1ed. Ponta Grossa-PR: Editora UEPG, 2014, p. 91-118.

MELLO, Anahí Guedes de. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência**. 262f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2014.

MELLO, Anahí Guedes de. Dos pontos de vista antropológico, *queer* e *crip*: corpo, gênero e sexualidade na experiência da deficiência. In: GROSSI, Miriam Pilar; FERNANDES, Felipe Bruno Martins (Orgs.). **A Força da “Situação” de Campo: ensaios sobre antropologia e teoria queer**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018, p. 124-139.

MELLO, Anahí Guedes de. **Olhar, (não) ouvir, escrever: uma autoetnografia ciborgue**. 184f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2019.

MELLO, Suely Amaral. Ensinar e aprender a linguagem escrita na perspectiva histórico-cultural. **Revista Psicologia Política**, v. 10, n. 20, 2010, p. 329-343.

MIGNOT, Ana Chrystinac; SOUZA, Elizeu Clementino de. Modos de viver, narrar e guardar: diálogos cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 10-33, 2015.

MIRANDA, Ariane Camila Tagiacolo. **Relações de gênero na escola e violência contra as mulheres**: a construção social e cultural do masculino e feminino e sua reprodução na educação. 2013. 156f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná.

MIRANDA, Suelen Soares Barcelo de; MAIO, Eliane Rose; PARPINELLI, Roberta Stubs. “Professora eu quero ser o Homem-Aranha”: o currículo como espaço de heterotopia. In: MENDES, Everaldo dos Santos; SANTOS, Adevanucia Nere; FERNANDES, Stela Santos (Orgs.). **Educação, diversidades e inclusão**: travessias pedagógicas e sociais em tempos de pandemia. Curitiba: Bagai, 2020, p. 203-215.

MIRANDA, Suelen Soares Barcelo de. MAIO, Eliane Rose. Discutindo heterocisnormatividade na formação de professoras/es: diversidades de gêneros como direitos em educação. In: **XVI Congresso Nacional de Educação - EDUCERE**, 2023, Curitiba, Paraná. Disponível em: <<https://eventum.pucpr.br/educere>>. Acesso em: setembro de 2023.

MONTARDO, Sandra Portella. Selfies no *Instagram*: implicações de uma plataforma na configuração de um objeto de pesquisa. **Galáxia** (São Paulo), p. 169-182, 2019.

MOREIRA, Martha Cristina Nunes; DIAS, Francine de Souza; MELLO, Anahi Guedes de; YORK, Sara Wagner. Gramáticas do capacitismo: diálogos nas dobras entre deficiência, gênero, infância e adolescência. **Ciênc. Saúde Colet. (Impr.)**. 27(10): 3949-3958, out. 2022.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro. Língua brasileira de sinais (libras) e o desenvolvimento do surdo. In: GALUCH, Maria Terezinha Bellanda; MORI, Nerli Nonato Ribeiro (Orgs.). **Aprendizagem e desenvolvimento**: intervenção pedagógica para pessoas com deficiência sensorial auditiva. Maringá-PR: EDUEM, 2008, p. 35-50.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NANTES, Elaine da Silva; CALSA, Geiva Carolina. Violência sexual contra pessoas com deficiência intelectual e síndrome de down: revisão da produção acadêmica (2006-2016). In: MAIO, Eliane Rose (Org.). **Educação, gênero e feminismos**: resistências bordadas com fios de lutas. Curitiba: CRV, 2017, p. 65-78.

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade; VEILLETTE, Anne-Marie. Mulheres de favelas e o (outro) feminismo popular. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 30, n. 1, 2022, p. 01-15.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência**: travestilizando a educação. São Paulo: Devires, 2020.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de. **O/a diretor/a não viu, a pedagoga não ouviu e a professora não quer falar**: discursos docentes sobre diversidade sexual, homofobia e “kit gay”. 260f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

OLIVEIRA, Márcio de. **Gênero na literatura infantil**: a valorização de alternativas como possibilidade da desconstrução de estereótipos. 149f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

OLIVEIRA, Ohana Boy. **Aspectos da colonialidade do saber, do poder e do ser**: uma análise das performances de Regina Casé em sua trajetória televisiva. 306f. Tese de Doutorado em Comunicação – Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Salvador: Devires, 2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de; JESUS, Jaqueline Gomes de; NASCIMENTO, Letícia Carolina. Apresentação. In: OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de; NASCIMENTO, Letícia Carolina; JESUS, Jaqueline Gomes de (Orgs.). **GRITARIAS EPISTÊMICAS**: (r)existências de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil. Salvador: Devires, 2022, p. 09-22.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. De santa à perigosa: representações e apagamentos de corpos trans femininos nas artes visuais até o século XIX. In: OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de; NASCIMENTO, Letícia Carolina; JESUS, Jaqueline Gomes de (Orgs.). **Gritarias Epistêmicas**: (r)existências de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil. Salvador: Devires, 2022, p. 42-47.

PACHECO, Paula Ramos. Gênero neutro: do latim clássico ao desaparecimento na formação da língua portuguesa, uma proposição contemporânea. In: BERTUCCI, Pri (Org.). **Dossiê de Linguagem Neutra e Inclusiva**. Brasil: Diversity Box, 2022, p. 91-107.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. **Pedagogias das travestilidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

PEREIRA, Cláudia Sofia Gomes. **Digital influencers e o comportamento dos seguidores no Instagram**: um estudo exploratório. 97f. Tese de Doutorado. Instituto Politécnico do Porto (Portugal), 2017.

PFEIL, Bruno Latini; PFEIL, Cello Latini. Sobre a normatização do corpo moderno uma breve análise da patologização da transexualidade e de inscrições corporais. **Revista de Estudos Anarquistas e Decoloniais**, v. 3, n. 4, 2023, p. 124-147.

PRECIADO, Paul. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: Zahar, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. Apresentação. In: AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2022, p. 13-15.

RIBEIRO, Luz; JUPI77ER; DONATO, Sara. **Aquário**. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rByl8ixTGlw>>. Acesso em: 20 de jul. 2022.

RODRIGUES, Cicera Sineide Dantas; THERRIEN, Jacques; FALCÃO, Giovana Maria Belém; GRANGEIRO, Manuela Fonseca, Pesquisa em educação e bricolagem científica:

rigor, multirreferencialidade e interdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa**, 46(162), 966–982, 2016.

SANTOS, Denise Silva dos; LIMA, Naiara Gaspar de Holanda. Questão de gênero e pessoa com deficiência: um estudo sobre a inserção da PcD do gênero feminino no mercado de trabalho através do SINE/MANAUS. **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. 2019. Disponível em: <<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1371/1339>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SANTOS, Gissele Fajreldines dos. **Políticas deficientes, pessoas públicas: Uma autoetnografia “brocada”**. 2022. 91f. Trabalho de Conclusão de Curso de graduação de Ciências Sociais. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2022.

SASSINE, Leila Antoniassi. **Jogos digitais em áudio: entretenimento e acessibilidade para deficientes visuais**. 34f. Trabalho da disciplina Empreendimentos em Comunicação. (Bacharelado em Comunicação e Mídias) – Universidade Estadual de Maringá, 2014a.

SASSINE, Leila Antoniassi. **O Mistério dos Bardolf**. Áudio para a disciplina Empreendimentos em Comunicação. (Bacharelado em Comunicação e Mídias) – Universidade Estadual de Maringá, 2014b. Disponível em: <<https://on.soundcloud.com/imtbe>>. Acesso em: 29 de outubro de 2022.

SASSINE, Leila Antoniassi. **A comunicação com e entre pessoas com surdocegueira no Atendimento Educacional Especializado**. 15f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Atendimento Educacional Especializado) - Faculdade de Ensino Superior Dom Bosco, 2018.

SASSINE, Leila Antoniassi. **Autismo e Educação Infantil: identificando e encaminhando uma criança com suspeita de Transtorno do Espectro Autista para avaliação**. 17f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Claretiano Centro Universitário, Maringá, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2013.

SENNA, Ariane Moreira de. A quem interessa a solidão da mulher trans, negra e periférica? In: OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de; NASCIMENTO, Letícia Carolina; JESUS, Jaqueline Gomes de (Orgs.). **Gritarias Epistêmicas: (r)existências de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil**. Salvador: Devires, 2022, p. 34-41.

SILVA, Fernanda de Moraes da. Candomblé: um ambiente de resistência e luta pela liberdade cidadã e culto religioso da população das mulheres transexuais e travestis. In: OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de; NASCIMENTO, Letícia Carolina; JESUS, Jaqueline Gomes de (Orgs.). **Gritarias Epistêmicas: (r)existências de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil**. Salvador: Devires, 2022, p. 78-91.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SILVA, Renan Antônio da; SILVA, Marilda. Incluir excluindo ou excluir incluindo: escola destinada ao público gay e o processo (tentativa) de inclusão social. Porto Velho (RO): **EDUCA** – Revista Multidisciplinar em Educação, v.3, n.5, 2016, p. 26-43. Disponível em: <<https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/1599/1575>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SILVEIRA, Drielly Teixeira Lopes. **Sob o Signo da Sereia**: a feminilidade na experiência de mulheres trans deficientes. 199f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Programa de pós-graduação em Educação Sexual, Araraquara, 2020.

SOARES, Rosângela. PGM 5: Pedagogias culturais produzindo identidades. In: Educação para a igualdade de gênero. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Org.). **Salto para o Futuro**. [Online], v. 18, n. 26, 2008, p. 47-54. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/salto_futuro_educacao_igualdade_genero.pdf>. Acesso em: 12 set. 2023.

STELLA, Marcello Giovanni Pocai. A Batalha da Poesia... O slam da Guilhermina e os campeonatos de poesia falada em São Paulo. **Ponto Urbe. Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP**, n. 17, 2015.

SYMPLA. 2022. **Não-binaridade e Linguagem Neutra**. Disponível em: <<https://www.sympla.com.br/evento-online/nao-binaridade-linguagem-neutra-com-jupi77er-nega-preto-e-ophelia-cassiano/1640819>>. Acesso em: 27 de setembro de 2022.

TAKARA, Samilo. **Gênero e blog**: problematizações dos discursos de professoras e professores. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, 2013.

TOMANIK, Eduardo Augusto. **O olhar no espelho**: “conversas” sobre a pesquisa em ciências sociais. 2. ed. rev. Maringá-PR: EDUEM, 2004.

TOLENTINO, Luana. **Sobrevivendo ao racismo**: memórias, cartas e o cotidiano da discriminação no Brasil. Campinas-SP: Papirus 7 Mares, 2023.

TROI, Marcelo de. **Salvador, cidade movente**: corpos dissidentes, mobilidades e direito à cidade. 336 f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade). Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Poscultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes. **Pesquisa qualitativa em administração** - teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estamos te convidando a participar da pesquisa intitulada “DEFIÇA E LGBT+: REFLEXOS E FRESTAS EDUCACIONAIS”. A pesquisa em questão, faz parte do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Diversidade Sexual (NUDISEX/CNPq), orientada pela Prof.^a Dr.^a. Eliane Rose Maio. Evidenciamos que seu contato foi obtido por meio de marcações e *hashtags* de sua página que foram apresentadas ao pesquisador e por postagens de outros perfis. Todas as postagens acessadas e que direcionaram o pesquisador ao seu endereço eletrônico do aplicativo, estiveram relacionadas às questões das deficiências. Em seguida, foi observada a descrição de seu perfil e suas publicações, para a confirmação de você ser uma possível pessoa participante dessa pesquisa, sendo uma pessoa com deficiência e lésbica, gay, bissexual, travesti, trans e/ou intersexo (LGBTI). O contato inicial foi realizado via mensagem privada na Plataforma *Instagram*, de forma individual. O pesquisador teve acesso ao perfil de cada pessoa envolvida por meio de indicações da Plataforma *Instagram*, que utiliza de algoritmos para apresentar ao usuário conteúdos que estejam atrelados às suas buscas recentes naquele sítio. O acesso aos perfis indicados, contempla o método de coleta de dados adotados, apoiado na técnica *Snowball Sampling* como técnica de amostragem para redes sociais. Dessa forma, foram estabelecidas buscas por participantes sendo uma pessoa com deficiência LGBTI. O objetivo da pesquisa é analisar as construções de expressões identitárias por meio da educação formal e informal, de pessoas com deficiência da comunidade LGBTI+. Para isto, a **sua participação** será por meio do preenchimento desse questionário, com questões objetivas e dissertativas. Este questionário está disponibilizado por meio da plataforma *Google Forms* e poderá ser respondido em dia e horário, de acordo com sua disponibilidade. O questionário completo estará disponível em PDF para *download* na página inicial da pesquisa no *Google Forms*. A disponibilização prévia do questionário no formato PDF, possibilita a pessoa participante decidir sobre sua participação, aceitando ou não, visto que tem acesso ao conteúdo do material a que terá vínculo. Quaisquer dúvidas sobre a pesquisa poderão ser elucidadas, quanto a sua metodologia, antes e durante a sua realização. Quanto a identificação de cada integrante, cada pessoa escolheu um nome fictício que foi adotado para a pesquisa e empregado pelo pesquisador nos escritos do trabalho. Ao aceitar participar, este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, devidamente preenchida e assinada, sendo que uma delas poderá ser enviada para o *e-mail* ou endereço do pesquisador contido no fim desse documento. Após o recebimento da via assinada pelo/a participante e pelo pesquisador, deverá salvar o arquivo em seus arquivos pessoais. Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos/as de modo a garantir o acesso ao documento completo.

Para sua comodidade em relação à realização das assinaturas e rubricas, poderá ser empregado o recurso digital, por meio de assinatura digital, ou se for preferido, poderá escanear o documento após assinar com caneta azul ou preta, encaminhando o material em seguida pela plataforma como anexo, além de encaminhar via *e-mail*. Mediante a essas exigências referentes ao aceite, o presente termo encontra-se previamente assinado e rubricado pelo pesquisador, com espaçamento disponível para assinatura e rubrica da pessoa participante. Informamos que o pesquisador retornará o arquivo devidamente assinado e verificado, para o seu *e-mail*, sinalizando o recebimento e ciência de sua participação na pesquisa.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido está disponível para **download** na página inicial da pesquisa no *Google Forms*, juntamente com o questionário e a apresentação desta, para a pessoa participante. Informamos que poderão ocorrer os **riscos/desconfortos** a

seguir: salientando que podem gerar algum incômodo por adentrarem em questões delicadas devido aos questionamentos sobre suas vivências, porém, afirmamos que o teor das perguntas preza pelo respeito, havendo ainda a **garantia** de que se não quiser responder por sentir-se desconfortável, terá plena liberdade de recusar ou retirar seu consentimento durante a pesquisa, sem nenhuma penalização. Ademais, se tem a **garantia** do sigilo em decorrência inicial dos nomes fictícios adotados. No tangível a **riscos/desconfortos** inerentes ao ambiente virtual, evidencia-se que as informações pessoais obtidas com a pesquisa ficarão sob sigilo, ninguém (além dos/as participantes e do pesquisador) saberá que você está participando da pesquisa; não será falado e muito menos serão dadas, a outras pessoas, as informações que você nos confidenciar. Os resultados da pesquisa serão publicados/divulgados (em revistas, anais de eventos, livros etc.), mas sem identificar dados pessoais, vídeos, imagens, áudios e gravações dos/as participantes. Quanto à ocorrência de risco de violação das informações em ambiente virtual, buscamos lhe tranquilizar expondo que não há evidências na pesquisa do nome fictício escolhido por você, possibilitando-lhe o anonimato. Em relação aos **benefícios**, esperamos que a aplicação desta pesquisa possibilite suscitar-lhe os debates acerca dos temas citados e permita que estas discussões possam desenvolver novos níveis de compreensão. Com relação às **garantias mínimas**, evidencia-se a garantia de que danos previstos serão evitados. Em caso de dúvidas ou se necessitar de mais informações, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta deste documento.

Eu, _____ declaro que fui devidamente esclarecido/a e concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa coordenada pela Professora Dra. Eliane Rose Maio.

Assinatura ou impressão datiloscópica Data:

Eu, Leila Antoniassi Sassine, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra nominado.

Assinatura do pesquisador Data: de ____ de ____ 2023.

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser sanada com as pessoas pesquisadoras, conforme o endereço a seguir:

Coordenadora: **Eliane Rose Maio**

Endereço: Av. Colombo, 5790, Maringá/Paraná

Telefone/e-mail: (44) 3011-4887, e-mail <elianerosemaio@yahoo.com.br>

Pesquisador: **Leila Antoniassi Sassine**

Endereço: Av. Colombo, 5790, Maringá/Paraná

Telefone/e-mail: (44) 3011-4887, e-mail <pg403579@uem.br>.

Informamos que o CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos

participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos, conforme a Resolução CNS n.º 510, de 2016, Artigo 17, Inciso IX.

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM Universidade Estadual de Maringá.
Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.
Bloco da Pró – Reitoria de Pesquisa e Pós – Graduação (PPG) da UEM.
Bairro Jardim Universitário. CEP 87020-900. Maringá-Pr.
Tel: (44) 3011-4597
Fax: (44) 3011-4444
E-mail: copep@uem.br
Presencialmente, nos seguintes horários:
das 7h40 às 11h40 e das 13h30 às 17h30, ou pelos canais de atendimento.

APÊNDICE II – QUESTIONÁRIO

Educação e construções identitárias de pessoas com deficiência LGBTI+

Olá, se estou te enviando esse questionário é porque percebi pela sua descrição ou postagens no *Instagram*, que você é uma pessoa com deficiência (neste contexto, o sentido de PcD inclui pessoas surdas e que estejam no espectro do autismo) e seja lésbica, gay, bissexual, travesti, trans, intersexo e/ou LGBTI+. Por favor, se você não for esse público-alvo, me avise. Se tem menos de 18 anos e/ou morou menos de 9 anos no Brasil dos seus 0 aos 18 anos, infelizmente dessa vez, você não vai poder responder, agradeço a disposição. Essas perguntas são para minha pesquisa do mestrado em Educação. Quem sou eu? Leila Antoniassi Sassine (@leilapcd), sou uma pessoa trans não-binária com deficiência visual, professora de crianças, bissexual, não-monogâmica e um monte de coisinhas mais. Essa pesquisa faz parte do Mestrado em Educação, na Universidade Estadual de Maringá, sendo orientado pela Dra. Eliane Rose Maio. Estou procurando entender como ocorrem as construções das expressões de pessoas com deficiência LGBTI+ nos espaços de educação formal e informal. Você pode me ajudar respondendo às perguntas a seguir, são 18 perguntas de múltipla escolha para entender seu perfil social e 8 perguntas dissertativas sobre suas vivências. Sua resposta é muito importante para mim, caso precise responder em áudio ou Libras, por favor me avise. Você também pode me ajudar, indicando outras pessoas com deficiência que sejam LGBTI+, para responder.

*opto pela utilização da linguagem neutra de gênero, a fim de abarcar pessoas que utilizam diferentes pronomes.

PARTE 01

-Você se autodeclara uma pessoa com deficiência? Também consideramos pessoa surda (Lei 5.296/04), no espectro do autismo (Lei 12.764/12), com Síndrome de Down (13.146/15) e com visão monocular (Lei 14.126/21).

-Você tem mais de 18 anos?

-Você pertence a comunidade LGBTI+?

-Você morou a maior parte da sua infância e adolescência no Brasil? (ao menos 9 anos, considerando dos seus 0 aos 18 anos de idade).

-Escolha um pseudônimo (um apelido) que você quer que seja usado para referir-se a você nos resultados da pesquisa.

PARTE 02

Sobre você, responda objetivamente:

1) Considerando a classificação racial do IBGE, em que grupo étnico você se classifica?

Opções: Branca; Parda; Preta; Amarela; indígena ou Outro.

2) Sobre você, responda objetivamente:

Opções: de 18 até "90 ou mais".

3) Qual a média de renda mensal (Base Salário-Mínimo Nacional) por pessoa que mora com você (renda total das pessoas que moram juntas dividida pelo número de pessoas é igual a média. Se você mora sozinho, considere apenas a sua).

Opções: Sem renda; Até um S. M. (R\$ 1.212,00); Acima de 1 até 2 S. M. (R\$ 1.212,00 - 2.424,00); Acima de 2 até 3 S. M. R\$ (2.424,00 – R\$ 3.636,00); Acima de 3 até 5 S. M.; Acima de 10 S. M. (R\$ 12.120,00).

4) Sobre suas fontes de renda, você recebe: (pode selecionar mais de uma opção).

Opções: Salário de um trabalho formal; Auxílio de familiares e/ou pessoas conhecidas; Auxílio financeiro governamental; Valor fixo de contratos e trabalhos informais; Rendimento de bens; Valores pontuais de trabalhos esporádicos; Bolsa de estudos; Salário por contratação em serviço público.

5) Qual a sua deficiência? (exemplo: cegueira, surdocegueira, surdez, deficiência intelectual, Transtorno do espectro autista...).

6) Você possui essa deficiência desde que nasceu ou adquiriu posteriormente (doença, acidente...). Se posteriormente, adquiriu com qual idade?

7) Com quantos anos você teve consciência de sua deficiência?

8) Você nasceu no Brasil? Se não, escreva o país que nasceu.

9) Qual Estado do Brasil você nasceu?

Opções: Eu não nasci no Brasil e nome de todos os estados brasileiros.

11) Qual Estado do Brasil você mora atualmente?

Opções: Eu não moro no Brasil e nome de todos os estados brasileiros.

12) Você mora em: (pode selecionar mais de uma opção).

Opções: Cidade; Cidade pequena (até 50 mil habitantes); Capital; Favela; Periferia; Área Rural; Comunidade Ribeirinha; Território Indígena; Território Quilombola; Outro.

13) Você morou a parte mais significativa (que mais te marcou) da sua vida em: (pode selecionar mais de uma opção).

Opções: Cidade; Cidade pequena (até 50 mil habitantes); Capital; Favela; Periferia; Área Rural; Comunidade Ribeirinha; Território Indígena; Território Quilombola; Outro.

14) Quem mora junto com você? (pode selecionar mais de uma opção).

Opções: Ninguém; Um ou mais animais de estimação; Filhe e/ou filhas; Pai; Mãe; Avô e/ou avó; Familiares; Colegas de república ou pensão; Amizades; Outros.

15) Você é: (pode marcar mais de uma opção).

Opções: intersexo; homem cis; mulher cis; homem trans; mulher trans; travesti; gênero não-binário; gênero fluido; agênero; transgênero; gay; lésbica; bissexual; pansexual; assexual; heterossexual; Outros.

16) Qual seu nível educacional?

Opções: Não frequentei a escola; Educação Infantil; Ensino Fundamental incompleto; Ensino Fundamental completo; Ensino Médio incompleto; Ensino Médio completo; Ensino Superior incompleto; Ensino Superior completo; Especialização; Mestrado incompleto; Mestrado completo; Doutorado incompleto; Doutorado completo.

17) Você já estudou ou estuda em: (pode selecionar mais de uma opção).

Opções: Nunca estudei em uma escola; Sala de aula regular em escola regular (sala de aula com pessoas com e sem deficiência); Escola regular (escola com pessoas com e sem deficiência); Sala de aula exclusiva para PcDs ou dificuldades de aprendizagem em escola regular; Escola exclusiva para pessoas com deficiência; Escola bilíngue (Libras/Português); Sala de recursos no contraturno escolar; Escola exclusiva para pessoas com deficiência no contraturno escolar; Sala de aula exclusiva para pessoas com deficiência no contraturno escolar; Escola bilíngue (Libras/Português) no contraturno escolar; Lugar onde recebi auxílio de professor de apoio em sala de aula (sala com pessoas sem e com deficiência); Já estudei em escola rural; Já estudei em escola indígena; Já estudei Educação para Jovens e Adultos; Outros.

18) Você atualmente pertence a alguma religião ou grupo religioso? Se sim, qual?

PARTE 03

Responda de acordo com suas percepções e vivências:

Sobre as influências aqui citadas, considere questões em diferentes aspectos, que podem ser considerados negativos ou positivos para você.

1) Gênero e sexualidade foram questões refletidas e evidenciadas para você durante seu período escolar? Escreva um pouco sobre suas vivências (período escolar entre educação infantil e ensino médio, considerando o que frequentou).

2) Você participa ou já participou de algum grupo ou coletivo de MILITÂNCIA ou ATIVISMO, presencial ou on-line? Se sim, relate brevemente sobre seu tema principal

e como você percebe que essas experiências influenciaram nas suas construções pessoais?

3) Como você percebe que as suas experiências FAMILIARES influenciaram nas suas construções pessoais?

4) Como você percebe que as suas experiências RELIGIOSAS influenciaram nas suas construções pessoais?

5) Como você percebe que as suas experiências ESCOLARES influenciaram nas suas construções pessoais? (entendendo escolares como período entre educação infantil até o ensino médio).

6) Como você percebe que as suas experiências NAS REDES SOCIAIS ON-LINE influenciaram nas suas construções pessoais?

7) Como você percebe que as suas experiências EM TROCAS SOCIAIS OFF-LINE influenciaram nas suas construções pessoais? (amizades em diferentes espaços presenciais, na rua, com vizinhança).

8) Qual ou quais pessoas mais te inspiram no momento? Escreva um pouco sobre quem é ou são essas pessoas, onde conheceu e o porquê da sua escolha (pode ser pessoa familiar, amizade, professore, pesquisadore, pessoa famosa, influencer digital...).

PARTE 04

Finalização.

-Caso queira deixar algum comentário ou sugestão sobre essa pesquisa, escreva aqui:

-A previsão de finalização dessa pesquisa é até Julho de 2023. Você quer receber o resultado? Se sim, deixe seu e-mail. Atenção, esse e-mail não será divulgado e suas informações continuarão anônimas.

-Você quer que eu divulgue seu nome e contato das redes sociais em minha pesquisa? Se sim, deixe seu endereço, contato e/ou @ abaixo.

ANEXO I – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DEFIÇA E LGBTQ+: REFLEXOS E FRESTAS EDUCACIONAIS

Pesquisador: Eliane Rose Maio

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 64200022.3.0000.0104

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Maringá

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.199.097

Apresentação do Projeto:

Trata-se de resposta à pendência referente ao parecer número 6.062.410 do projeto de pesquisa original vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, proposto pela pesquisadora Eliane Rose Maio.

Objetivo da Pesquisa:

Investigar como pessoas com deficiência explicam a influência do ensino formal e informal em suas construções pessoais sobre gênero e sexualidade.

Objetivos Secundários:

- Investigar por meio de vivências de pessoas que produzem conteúdo para o Instagram, as existências e possibilidades pedagógicas sobre gênero e sexualidade no contexto de PCDs;
- Verificar a intersecção acadêmica entre deficiência e questões de gênero e sexualidade; - Revisar estudos sobre corponormatividade, Teoria Queer e Crip.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora informa que poderão ocorrer os riscos/desconfortos a seguir: salientando que podem gerar algum incômodo por adentrarem em questões delicadas devido aos questionamentos sobre suas vivências,

de recusar ou retirar seu consentimento durante a pesquisa, sem nenhuma penalização, e podem contactar a pesquisadora.

Com relação aos benefícios, esperamos que a aplicação desta pesquisa possibilite suscitar-lhe os debates acerca dos temas citados e permita que estas discussões possam desenvolver novos níveis de compreensão.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Considerando o arquivo “PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2033184”, proveniente da Plataforma Brasil, o presente estudo tem como objetivo investigar como pessoas com deficiência explicam a influência do ensino formal e informal em suas construções pessoais sobre gênero e sexualidade. Como referencial teórico-metodológico serão utilizadas as Teorias Queer e Crip e Estudos Feministas. Como instrumento de coleta de dados será utilizado um Questionário Aberto Semiestruturado na Plataforma Google Forms., a ser enviado para Pessoas com Deficiência (PCDs) que se identifiquem como da comunidade LGBTI+ em suas páginas pessoais do Instagram. Esperamos, com esta pesquisa, trazer reflexões e discussões acerca das percepções dessas pessoas sobre questões de gênero e sexualidade pertinentes a PCDs em espaços de educação formal e informal.

Na introdução traz que, Pessoa com Deficiência, é o termo utilizado em Lei (BRASIL, 2015), porém a utilização de deficiã, vem de modo potente, do aleijamento de “deficientes” (MELLO, 2019). É uma abreviação carinhosa, a partir dos Estudos Culturais, “da mesma forma em que no Brasil usamos os termos ‘negro’ e ‘indígena’ ao invés da expressão ‘pessoas de cor’, também podemos falar de ‘deficiente’” (MELLO, 2019, p. 55). Essa fissura no termo vem como uma reivindicação a também aleijar a possibilitar frestas em padrões de corponormatividade – também considerando questões de gênero e sexualidade. Buscando ressignificar e ampliar também as percepções sobre pessoas e vivências marginalizadas, ampliando as corporalidades consideradas possíveis (COMITÊ DEFICIÊNCIA e ACESSIBILIDADE, 2020). Somos constituídas de atravessamentos múltiplos, culturais, históricos, políticos, pessoais. Pré-julgamentos baseados em uma preposição externa a si, é uma parte e uma perspectiva mínima de quem uma pessoa é ou pode vir a ser. Michel Foucault (1979, p. 18), sobre nosso corpo, afirma que “ele é destroçado por ritmos de trabalho, repouso e festa; ele é intoxicado por venenos alimentos ou valores, hábitos alimentares e leis morais simultaneamente; ele cria resistências”. A estrutura capitalista atual em que estamos inseridas, administra nossos corpos no sentido de manter uma estrutura de poder. As normas compulsórias, por seguirem um padrão binário de “certo”, produzem o que não se ajusta, o

“errado”. E esse não ajustamento à norma são os corpos abjetos, são esses que possibilitam a fronteira para os corpos normativos que são considerados os que importam (Judith BUTLER, 1999). “São abjetas as pessoas que não se encaixam no padrão homogêneo da norma branca machista e colonizadora” (GONÇALVES, 2018, p.18). De acordo com Foucault (1979, p. 45), “onde há poder, ele se exerce” por meio de dispositivos de força que controlam e garantem o assujeitamento e a docilidade. O autor coloca que nenhuma pessoa é efetivamente localizada como a detentora do poder, porém sabemos “quem não o possui” (p. 45), e essas são as minorias sociais de direitos. Se onde há poder, há resistência (FOUCAULT, 1979), corpos dissidentes são resistências. A Teoria Queer vem da multiplicidade de autoras que buscavam ir contra a heteronormatividade, tendo Judith Butler como um grande nome (LOURO, 2018). Surgiu e se mantém da ação de corpos com expressões de sexualidade e gênero não normativos, que resistem às categorizações definitivas e absolutas onde as diferenças não são suportadas (LOURO, 2001). Outra teoria de resistência é a Teoria Crip (significa “aleijada”), que é oposta à uniformização cultural, vem do desdobramento dos Estudos Feministas das deficiências e tem como princípio de que a nossa sociedade é postulada sobre a corponormatividade que é a não sensibilidade à diversidade corporal (GAVÉRIO, 2017). Propor saberes que se baseiam em uma perspectiva de desmonte da hegemonia corponormativa, impulsiona-se pela negação de hierarquias baseadas em poderes que foram sustentados historicamente pela sobreposição de determinados grupos sobre outros. Corpos que não se enquadram no ideal homem, cisgênero, heterossexual, branco e sem deficiência eram, e ainda são, em diferentes proporções, mortos, violentados, invisibilizados. A “Contracartilha de acessibilidade: reconfigurando o corpo e a sociedade”, publicada pelo Comitê Deficiência e Acessibilidade da Associação Brasileira de Antropologia (2020) afirma que a maioria dos materiais que dialogam sobre a acessibilidade para pessoas com deficiência, procuram trazer como diminuir ou acabar com as barreiras encontradas para a participação plena de todas as pessoas na sociedade, apresentando tecnologias assistivas e procedimentos atitudinais. As pessoas autoras afirmam essa ser uma etapa importante, mas que muitos desses manuais, apesar de terem qualidade ao apresentarem recursos e normativas, diminuem a história, lutas e pautas das pessoas com deficiência em seus protagonismos, além das especificidades e diferenças de pessoas com uma mesma deficiência. Assim, a acessibilidade vem no sentido de estabelecer vínculos, diante do encontro com as diferenças, com as pluralidades de nossos próprios corpos e comportamentos, reconhecendo padrões antes considerados naturais. Diante dessa percepção anticapacitista, somos convidadas a nos ampliar, pluralizar, em diferentes aspectos, cognitivos, perceptivos, corporais e comunicacionais. Sobre questões pedagógicas, quando se tem a cultura do acesso desenvolvida



em um ambiente, as relações entre as pessoas fluem, já que as diferenças são consideradas (COMITÊ DEFICIÊNCIA e ACESSIBILIDADE, 2020). A deficiência nessa cultura não é vista como uma falta em um encontro, e sim como uma singularidade. Essa mesma perspectiva pode ser utilizada ao pensar em pessoas com marcadores sociais da diferença, que não sejam os hegemônicos e padronizados. Ao possibilitar a ampliação de suas perspectivas e corporalidades, por meio da abertura para outras existências, além da informação e acesso às vozes de pessoas múltiplas de grupos marginalizados, nossas práticas rumam a não exclusão. “Os marcos legais e os padrões técnicos, embora extremamente necessários, nunca serão suficientes” (COMITÊ DEFICIÊNCIA e ACESSIBILIDADE, 2020, p.13), é da interação que as práticas vão se acomodando, na mudança de atitude, e nos encontros que possibilitam outras formas de fazer as coisas. Pensando na perspectiva dessa multiplicidade, nos aspectos de gênero, nossa língua baseia-se em uma divisão binária entre masculino e feminino, além da utilização do padrão masculino para se referir a um coletivo de pessoas. “Popularmente, dizemos que a primeira manifestação feminista que uma menina pode vivenciar é a revolta com a ideia de que pode haver noventa e nove mulheres em um espaço, mas se houver um homem, o pronome será ‘eles’” (ERCOLES, 2020, p.22-23). Sendo assim, seguindo o movimento de outras autoras feministas, utilizarei o feminino como ação política de embate a esse masculino hegemônico (ERCOLES, 2020) e como um convite à reflexão de pensar-se uma escrita – não só – que respeite diferentes identidades de gênero e a retirada do masculino como um poder acima das demais. Com relação aos métodos, informam que a pesquisa possui abordagem qualitativa exploratória. Qualitativa pois, por meio do instrumento de coleta de dados utilizado, a pesquisadora fará observações críticas, a fim de identificar, compreender e explicar quais as principais potencialidades e/ou entraves que o público participante apresenta em relação à temática investigada. De acordo com Marcelo Vieira e Deborah Zouain (2005), a abordagem qualitativa permite atribuir valor aos depoimentos das atrizes sociais abrangidas, aos discursos e significados expressados por elas. Sendo assim, a pesquisa qualitativa possibilita a análise crítica e detalhada dos fenômenos e fatos que a compõem.

Ainda será pautada em uma pesquisa bibliográfica que de acordo com Antonio Carlos Gil (2008, p.69) apresenta como vantagem “permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que poderia pesquisar diretamente”, utilizando-se da revisão de literatura nas principais base de dados como a Base Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD); Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e no e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Além disso, haverá a utilização da pesquisa

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4

Bairro: Jardim Universitário

CEP: 87.020-900

UF: PR

Município: MARINGÁ

documental, que de acordo com Gil ela consta com “uma série de vantagens [...] e as fontes são muito mais diversificadas” (GIL, 2008, p. 70), se diferenciando da pesquisa bibliográfica pois ela consta no uso de documentos normativos como leis e decretos, por exemplo.

Ademais, também é caracterizada como uma pesquisa de campo, pois se pretende analisar uma certa realidade (GIL, 2008), utilizando de um Questionário Semiestruturado (Apêndice 1) como forma de coleta de dados para compreender as percepções das participantes da pesquisa sobre as influências recebidas em diferentes espaços educacionais.

Será solicitada a anuência na pesquisa por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice 2). Após o aceite, aplicaremos o Questionário, on-line via Google Forms. O campo da pesquisa: será realizada com pessoas com deficiência que se identificam como da comunidade LGBTI+. São aproximadamente 80 pessoas que foram localizadas a partir de suas postagens na rede social Instagram que traziam o tema desses marcadores sociais e listadas pelo pesquisador ao longo dos últimos três anos. Para a coleta de dados será utilizada a aplicação de um Questionário Aberto Semiestruturado (Apêndice 1) a fim de verificar a percepção de deficiências LGBTI+ sobre as relações estabelecidas em espaços educacionais formais e informais. Em primeiro momento, o projeto será submetido ao Comitê Permanente de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (COPEP) da UEM. Sendo assim, após a aprovação do projeto pelo COPEP, a pesquisadora dará início à coleta de dados da pesquisa. Logo, antes da aplicação do questionário, será apresentado às participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contendo o objetivo da pesquisa e o sigilo quanto as informações coletadas.

Uma vez que obtermos a concordância das participantes, será aplicado o Questionário Semiestruturado pela Plataforma Google Forms. Não estabelecemos tempo de resposta, já que esse cálculo considera uma padrão normativo de processamento de informações e controle corporal para realizar a respostas, e como nessa pesquisa há a reivindicação de que as pessoas devem ser consideradas às que, em suas múltiplas formas de comunicação, sensorialidades e expressões corporais (COMITÊ DEFICIÊNCIA e ACESSIBILIDADE, 2020), consideramos também que não deve haver um tempo médio de resposta ao questionário.

Os questionários serão analisados na íntegra e as participantes da pesquisa terão como feedback o acesso aos resultados da pesquisa.

Para a identificação individual das participantes da pesquisa, serão utilizados pseudônimos, apontados por elas. As respostas serão analisadas a partir da Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin.

Na Folha de Rosto consideram um tamanho amostral de 50 participantes.

Solicitam a dispensa da Carta de Autorização, de alguma instituição, pois as pessoas participantes serão escolhidas, a partir do Instagram.

Pendências constantes no parecer número 5.766.441 emitido no dia 21/11/2022:

Pendência 1: Solicita-se que seja revisto e padronizado o número de participantes esperado para a pesquisa, uma vez que na descrição dos métodos, inserida na Plataforma Brasil, consta que serão esperados 80 participantes, enquanto no campo de denominação, também na Plataforma Brasil, e na Folha de Rosto consta o montante de 50 participantes. Não é aceitável um montante superior ao que está considerado na Folha de Rosto. – PENDÊNCIA ATENDIDA.

O número de participantes foi padronizado em todos os campos, Folha de Rosto, Plataforma Brasil e métodos, sendo informado: “A pesquisa será realizada com pessoas com deficiência que se identificam como da comunidade LGBTI+. São aproximadamente 50 pessoas que foram localizadas a partir de suas postagens na rede social Instagram que traziam o tema desses marcadores sociais e listadas pelo pesquisador ao longo dos últimos três anos.”.

Pendência 2: Solicita-se que, nos métodos da pesquisa, seja incluída a explicação de todas as etapas/fases não presenciais do estudo, inclusive o procedimento a ser adotado para o convite para a participação na pesquisa. Como os participantes serão identificados, como serão obtidos os contatos para o convite e quais serão os procedimentos para a obtenção do termo de consentimento livre e esclarecido, visto que fica claro que a pesquisa será realizada em ambiente virtual. – PENDÊNCIA NÃO ATENDIDA.

Na descrição dos métodos da pesquisa, tanto na Plataforma como no Projeto, a pesquisadora informa que os participantes foram identificados a partir de uma rede social e que antes da coleta de dados serão informados quanto aos objetivos, riscos e apresentado o TCLE, no entanto, não informa como será feito o contato com esses participantes para o convite e obtenção do TCLE. Segue trecho: “... após a aprovação do projeto pelo COPEP, a pesquisadora dará início à coleta de dados da pesquisa. Logo, antes da aplicação do questionário, será apresentado às participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contendo o objetivo da pesquisa e o sigilo quanto as informações coletadas. Uma vez que obtermos a concordância das participantes, será aplicado o Questionário Semiestruturado pela Plataforma Google Forms.” Entretanto, no TCLE

consta a seguinte informação “O percurso metodológico será da seguinte forma: serão entrevistadas pessoas que se declaram como pessoas com deficiências e são LGBTI, por meio da Plataforma Zoom e realizado um contato inicial pelo Instagram.”

Pendência 3: Considerando que a pesquisa será realizada em ambiente virtual, solicita-se que sejam revistas as informações contidas no TCLE quanto à rubrica, assinatura e disponibilização da via ao participante, o que não é compatível com a realização da coleta de dados virtual. (Ver o OFÍCIO CIRCULAR Nº23/2022/CONEP/SECNS/DGIP/SE/MS e as Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual - CONEP 25/fev/2021, disponível em <http://www.ppg.uem.br/index.php/eticabiosseguranca/copep>) – PENDÊNCIA NÃO ATENDIDA.

A pesquisadora mantém o formato de TCLE em que o participante receberá uma cópia do arquivo em que foi feita assinatura eletrônica de ambos, participante e pesquisador responsável, após a leitura do TCLE (Consentimento pós-informado). Apesar de informar na carta resposta que “Em relação à pendência 3, um novo TCLE foi elaborado e anexado à Plataforma, constando as informações sobre quanto à rubrica, assinatura e disponibilização da via ao participante que será enviado, via e-mail, para cada participante e assinado pela pesquisadora do projeto, antecipadamente.”, não constam no arquivo submetido a informação sobre o envio do Termo via e-mail, tem-se “Recebi uma cópia deste termo, realizei sua leitura na íntegra e concordo em participar da pesquisa/estudo. As assinaturas devem ser feitas eletronicamente.”

Pendência 4: No arquivo do TCLE consta como título da pesquisa “Educação e construções identitárias de pessoas com deficiência LGBTI+” enquanto nos demais documentos consta “DEFIÇA E LGBT+: REFLEXOS E FRESTAS EDUCACIONAIS”, solicita-se que o título seja revista e padronizado em todos os documentos, inclusive no TCLE. – PENDÊNCIA ATENDIDA.

O título foi padronizado constando em todos os arquivos e informações: “Defiça e LGBT+: reflexos e frestas educacionais”.

Pendência 5: Solicita-se que seja inserido no TCLE, além dos riscos e benefícios relacionados à participação na pesquisa, os riscos característicos do ambiente virtual, em função das limitações das tecnologias utilizadas. Adicionalmente, devem ser informadas as limitacoes dos pesquisadores para assegurar total confidencialidade e potencial risco de sua violacao. – PENDÊNCIA PARCIALMENTE ATENDIDA.

Apesar de constar os cuidados para garantia do sigilo das informações, a saber “As informações ficarão sob sigilo, ninguém (além dos/as participantes) saberá que você está participando da pesquisa; não será falado e muito menos serão dadas, a outras pessoas, as informações que você nos confidenciar. Os resultados da pesquisa serão publicados/divulgados (em revistas, anais de eventos, livros etc.), mas sem identificar dados pessoais, vídeos, imagens, áudios e gravações dos participantes.”, a pesquisadora não deixa explícito que há riscos inerentes ao ambiente virtual relacionados ao potencial risco de violação das informações. Pendência 5: Solicita-se que seja incluída paginação no documento referente ao TCLE. – PENDÊNCIA ATENDIDA.

O arquivo foi paginado.

Pendências constantes no parecer número 6.062.410 emitido no dia 16/05/2023:

Pendência 1: Solicita-se que, nos métodos da pesquisa, e não somente no arquivo do Termo de Consentimento, seja incluída a explicação de todas as etapas/fases não presenciais do estudo, inclusive o procedimento a ser adotado para o convite para a participação na pesquisa. A pesquisadora informa que os participantes foram identificados a partir de uma rede social e que antes da coleta de dados serão informados quanto aos objetivos, riscos e apresentado o TCLE. Já no TCLE informa que “O percurso metodológico será da seguinte forma: serão entrevistadas pessoas que se declaram como pessoas com deficiências e são LGBTI, por meio da Plataforma Zoom e realizado um contato inicial pelo Instagram”. Solicita-se que nos métodos sejam explicitadas todas as etapas de execução da pesquisa, desde o recrutamento: como foi feita a identificação dos participantes, como será feito o contato para o convite de participação, como será acordada a forma de obtenção e devolutiva do TCLE - será via e-mail? Como será obtido o endereço eletrônico? Além disso, a pesquisadora mantém o formato de TCLE em que o participante receberá uma cópia do arquivo em que foi feita assinatura eletrônica de ambos, participante e pesquisador responsável, após a leitura do TCLE (Consentimento pós-informado). Apesar de informar na carta resposta que “Em relação à pendência 3, um novo TCLE foi elaborado e anexado à Plataforma, constando as informações sobre quanto à rubrica, assinatura e disponibilização da via ao participante que será enviado, via e-mail, para cada participante e assinado pela pesquisadora do projeto, antecipadamente.”, não constam no arquivo submetido a informação sobre o envio do Termo via e-mail, tem-se “Recebi uma cópia deste termo, realizei sua leitura na íntegra e concordo em participar da pesquisa/estudo. As assinaturas devem ser feitas

eletronicamente.” Solicita-se que a informação seja padronizada e disponibilizada nos métodos e nos demais arquivos. – PENDÊNCIA ATENDIDA.

A pesquisadora inseriu as seguintes informações nos documentos: : Evidenciamos que seu contato foi obtido por meio de marcações e hashtags de sua página da plataforma Instagram, que foram apresentadas ao pesquisador e por postagens de outros perfis da mesma rede social. Todas as postagens acessadas e que direcionaram o pesquisador a seu endereço eletrônico do aplicativo, estiveram relacionadas às questões das deficiências. Em seguida, foi observada a descrição de seu perfil e suas publicações, para a confirmação de você ser uma possível pessoa participante dessa pesquisa, sendo uma pessoa com deficiência e lésbica, gay, bissexual, travesti, trans e/ou intersexo (LGBTI). O contato inicial foi realizado via mensagem privada na plataforma Instagram, de forma individual. O pesquisador teve acesso ao perfil de cada pessoa envolvida por meio de indicações da plataforma Instagram, que utiliza de algoritmos para apresentar ao usuário conteúdos que estejam atrelados às suas buscas recentes naquele sítio. O acesso aos perfis indicados, contempla o método de coleta de dados adotado, apoiado na técnica Snowball Sampling como técnica de amostragem para redes sociais. Dessa forma, foram estabelecidas buscas por participantes sendo uma pessoa com deficiência e lésbica, gay, bissexual, travesti, trans, transexual, transgênera e/ou intersexo (LGBTI). O objetivo da pesquisa é analisar as construções de expressões identitárias por meio da educação formal e informal, de pessoas com deficiência da comunidade LGBTI+. Para isto, a sua participação será por meio do preenchimento desse questionário, com questões objetivas e dissertativas. Este questionário está disponibilizado por meio da plataforma Google Forms e poderá ser respondido em dia e horário, de acordo com sua disponibilidade. O questionário completo estará disponível em PDF para download na página inicial da pesquisa no Google Forms. A disponibilização prévia do questionário no formato PDF, possibilita a pessoa participante decidir sobre sua participação, aceitando ou não, visto que tem acesso ao conteúdo do material a que terá vínculo. Quaisquer dúvidas sobre a pesquisa poderão ser elucidadas, quanto a sua metodologia, antes e durante a sua realização. Quanto à identificação de cada integrante, cada pessoa escolheu um nome fictício que foi adotado para a pesquisa e empregado pelo pesquisador nos escritos do trabalho. Ao aceitar participar, este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, devidamente preenchida e assinada, sendo que uma delas poderá ser enviada para o email ou endereço do pesquisador contido no fim desse documento. Mediante a isso, o pesquisador retornará o arquivo devidamente assinado e verificado, para o seu e-mail, sinalizando o recebimento e ciência de sua participação na pesquisa.

Pendência 2: Considerando que a pesquisa será realizada em ambiente virtual, solicita-se que seja informado no TCLE que, após o recebimento da via assinada pelo participante e pela pesquisadora, ele deverá salvar o arquivo em seus arquivos pessoais. (Ver o OFÍCIO CIRCULAR N°23/2022/CONEP/SECNS/DGIP/SE/MS e as Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual - CONEP 25/fev/2021, disponível em <http://www.ppg.uem.br/index.php/eticabiosseguranca/copep>). – PENDÊNCIA ATENDIDA.

Foi inserida no TCLE a informação: “após o recebimento da via assinada pelo/a participante e pela pesquisadora, deverá salvar o arquivo em seus arquivos pessoais”. Além da assinatura nos campos específicos pelas/os pesquisadoras/es e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos/as de modo a garantir o acesso ao documento completo. Para sua comodidade em relação à realização das assinaturas e rubricas, poderá ser empregado o recurso digital, por meio de assinatura digital, ou se for preferido, poderá escanear o documento após assinar com caneta azul ou preta, encaminhando o material em seguida pela Plataforma como anexo, além de encaminhar via email. Mediante a essas exigências referentes ao aceite, o presente termo encontra-se previamente assinado e rubricado pelo pesquisador, com espaçamento disponível para assinatura e rubrica da pessoa participante.

Pendência 3: Solicita-se que seja inserido no TCLE, além dos riscos e benefícios relacionados à participação na pesquisa, os riscos característicos do ambiente virtual, em função das limitações das tecnologias utilizadas. Apesar de constar os cuidados para garantia do sigilo das informações, a pesquisadora não deixa explícito que há riscos inerentes ao ambiente virtual relacionados a potencial violação das informações. – PENDÊNCIA ATENDIDA.

Foi inserida a informação: “como também riscos inerentes ao ambiente virtual relacionados a potencial violação das informações”. Informam que poderão ocorrer os riscos/desconfortos a seguir: salientando que podem gerar algum incômodo por adentrarem em questões delicadas devido aos questionamentos sobre suas vivências, porém, afirmamos que o teor das perguntas preza pelo respeito, havendo ainda a garantia de que se não quiser responder por sentir-se desconfortável, terá plena liberdade de recusar ou retirar seu consentimento durante a pesquisa, sem nenhuma penalização. Ademais, se tem a garantia do sigilo em decorrência inicial dos nomes fictícios adotados. No tangível a riscos/desconfortos inerentes ao ambiente virtual, evidencia-se que as informações pessoais obtidas com a pesquisa ficarão sob sigilo, ninguém (além dos/as

participantes e do pesquisador) saberá que você está participando da pesquisa; não será falado e muito menos serão dadas, a outras pessoas, as informações que você nos confidenciar. Os resultados da pesquisa serão publicados/divulgados (em revistas, anais de eventos, livros etc.), mas sem identificar dados pessoais,

vídeos, imagens, áudios e gravações dos participantes. Quanto a ocorrência de risco de violação das informações em ambiente virtual, buscamos lhe tranquilizar expondo que não há evidências na pesquisa do nome fictício escolhido por você, possibilitando-lhe o anonimato.

Para mais, o cronograma foi alterado de modo a constar coleta/análise dos dados nos meses de agosto e setembro de 2023. Ainda, a Folha de Rosto foi atualizada, constando 50 participantes e datada de julho de 2023.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Em acordo com a Norma Operacional 001/2013 do CNS que versa sobre os itens obrigatórios para o desenvolvimento de pesquisa, a presente proposta apresenta: Projeto Detalhado, TCLE e carta de resposta à pendência.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

De acordo com a análise realizada e as informações constantes nos arquivos anexados, baseado na legislação vigente, Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS e Ofício - Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual – 24/02/2021, este Comitê julgou aprovado o presente protocolo de pesquisa. Alerta-se para a necessidade de apresentação de relatório final no prazo de 30 dias após o término do projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2033184.pdf	03/07/2023 18:47:36		Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	03/07/2023 18:47:24	Eliane Rose Maio	Aceito
Outros	respostasaspendedencias.pdf	03/07/2023 17:13:38	Eliane Rose Maio	Aceito



Continuação do Parecer: 6.199.097

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	03/07/2023 17:13:07	Eliane Rose Maio	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	03/07/2023 17:09:45	Eliane Rose Maio	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MARINGÁ, 25 de Julho de 2023

Assinado por:

**Maria Emília Grassi Busto Miguel
(Coordenador(a))**